



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

VINÍCIUS WEITZEL NOVAES

**GEOPARQUES E TURISMO: UM OLHAR SOBRE OS PIRINEUS -
PIRENÓPOLIS/GO.**

Brasília/DF
2016

Vinícius Weitzel Novaes

**GEOPARQUES E TURISMO: UM OLHAR SOBRE OS PIRINEUS -
PIRENÓPOLIS/GO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Turismo; linha de pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

Brasília/DF
2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

NT938g Novaes, Vinícius Weitzel
GEOPARQUES E TURISMO: UM OLHAR SOBRE OS PIRINEUS
PIRENÓPOLIS/GO / Vinícius Weitzel Novaes; orientador
Luiz Carlos Spiller Pena. -- Brasília, 2016.
181 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Turismo) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Geoparque dos Pireneus. 2. Geoturismo. 3.
Pirenópolis. 4. Interdisciplinaridade. I. Pena, Luiz
Carlos Spiller, orient. II. Título.

**GEOPARQUES E TURISMO: UM OLHAR SOBRE OS PIRINEUS -
PIRENÓPOLIS/GO.**

VINÍCIUS WEITZEL NOVAES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Turismo - linha de pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo –, defendida no dia 06 de julho de 2016 e aprovada pela banca abaixo relacionada:

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena
Universidade de Brasília (UnB) – Presidente

Profa. Dra. Marutschka Martini Moesch
Universidade de Brasília (UnB) – Membro efetivo interno

Prof. Dr. Bruno Pereira Bedim
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – Membro externo

Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos
Universidade de Brasília (UnB) – Membro efetivo interno (Suplente)

Dedico este trabalho aos meus pais, Agostinho Franco de Novaes e Marise Fátima Weitzel Novaes (sempre presente), que consagraram parte de sua vida à aventura de genitores e, com isso, lutaram para me proporcionar grandes oportunidades, que me fizeram chegar até aqui. Muito Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Jesus, pela benção da vida, pela saúde e pela oportunidade.

Aos meus pais Agostinho Franco de Novaes e Marise Fátima Weitzel Novaes por me proporcionarem a dádiva de me sentir amado.

A minha irmã Priscila, pelo exemplo de trabalho e dedicação.

Ao meu cunhado Marcelo, há muitos anos membro irmão da família.

À pequena Helena, pelo exemplo de esperança que se renova diariamente.

Às minhas afilhadas, que eu seja o motivo de orgulho para elas.

Aos meus familiares pelas orações.

Ao Prof. Spiller, como Mestre, orientador e amigo, pelos ensinamentos, paciência e compreensão.

À Universidade de Brasília, que diariamente constrói conhecimento e transforma sonhos em realidade.

Aos mestres da UnB que diretamente contribuíram para construção deste trabalho.

Ao Prof. Renato Santos Gonçalves, grande parceiro e incentivador nesse empreendimento, desde quando não se passava de um desejo e de ideias soltas.

À cidade de Brasília, que fez de suas asas braços abertos que me receberam carinhosamente, em novembro de 2013.

Aos amigos que fiz, desde que cheguei na capital federal.

Aos amigos do grupo “SUCESSO” que, comigo, compartilharam as angustias dessa caminhada.

Aos meus colegas de classe, que junto comigo estão colhendo os frutos do árduo trabalho.

À família DAA-2 (INCRA), por estarem comigo desde o primeiro dia de aula no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB).

À CPRM, empresa na qual trabalho, que me forneceu, de maneira despretensiosa, meu objeto de estudo e um novo olhar sobre o patrimônio geológico, sustentabilidade, Geoparques e Turismo.

Ao geólogo Carlos Schobbenhaus Filho, fomentador e um dos organizadores do Projeto Geoparques do Brasil, pelas várias conversas, indicações bibliográficas e exemplo de profissional.

À Belo Horizonte, meu ninho e meu refúgio.

Aos grandes amigos que possuo, muitos deles oriundos do mágico processo de educação, desde o ensino básico até a formação superior.

À toda equipe da secretaria do CET, em especial à Tatielle, sempre solícita.

“O que prevemos raramente ocorre; o que menos esperamos geralmente acontece.”

(Benjamin Disraeli)

RESUMO

Os Geoparques se difundem a partir da necessidade da preservação do patrimônio geomorfológico. Segundo as diretrizes da UNESCO, um Geoparque deve gerar desenvolvimento sustentável, principalmente através do turismo. Considerando que o fenômeno turístico ocorre essencialmente no território, a criação e a implantação do Geoparque deve considerar todas as dinâmicas relacionadas ao território em que será realizado o projeto. A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais elaborou um documento com algumas propostas de geoparque a serem implantadas no Brasil. O município de Pirenópolis, em Goiás, marcado pelas atividades de extrativismo mineral, foi contemplado com a Proposta Geoparque dos Pireneus. Diante desse cenário, esta pesquisa, orientada pelo método do materialismo histórico dialético, reflete se a implantação do Geoparque dos Pireneus pode elevar a preservação do ecossistema na região, a partir do geoturismo, e fomentar práticas sustentáveis. A pesquisa é iniciada com discussão teórica sobre geoparques, interdisciplinaridade, território e sustentabilidade, e suas respectivas interlocuções com o fenômeno turístico. Posteriormente, realizou-se um estudo de caso sobre a Proposta de Geoparque dos Pireneus e a relação entre geoparques e turismo. O estudo de caso relacionou a história e economia de Pirenópolis a dados empíricos documentais, bem como a dados complementares. Observa-se, nos geoparques, possibilidade de redimensionamento do fenômeno turístico em Pirenópolis, bem como alternativa sustentável para a economia local e empoderamento comunitário, desde que o projeto seja elaborado sob perspectiva interdisciplinar e com participação popular.

Palavras-chave: Geoparque dos Pireneus, Geoturismo, Pirenópolis, Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Geoparks diffuse from need to preserve the geomorphological heritage. According to the guidelines from UNESCO, a geopark should generate sustainable development, mainly through tourism. Whereas the tourist phenomenon essentially occurs in the territory, geopark's creation and implementation must consider all the dynamics related to the territory on which the project will be performed. The Mineral Resources Research Company prepared a document with some proposals in order to implement geoparks in Brazil. The city of Pirenópolis, in Goiás, is marked by mineral extraction activity, was awarded the Proposal Geopark of Pireneus. In this scenario, this research, guided by the dialectical historical materialism method, reflects if the implementation of the Geopark of Pireneus can increase the ecosystem's preservation in the area from geotourism, and encourage sustainable practices. The research begins with a theoretical discussion of geoparks, interdisciplinarity, territory and sustainability, and their respective dialogues with the tourist phenomenon. Subsequently, it was held a case study on the Geopark of the Pireneus proposal, and the relations among geoparks and tourism. The case study related the history and economy of Pirenópolis to documentary empirical data, as well as supplementary data. It is observed, in geoparks, a possibility of resizing Pirenópolis' tourism phenomenon, and a sustainable alternative to the local economy and community empowerment - since the project is developed under interdisciplinary perspective and popular participation.

Keywords: Geopark of the Pyrenees , Geotourism , Pirenópolis , Interdisciplinarity.

Lista de figuras

Figura 1: Parque Nacional de Yellowstone – Estados Unidos	64
Figura 2: Propostas de Geoparques – CPRM	72
Figura 3: Dados sócio econômicos.....	102
Figura 4: Jazida de extração de quartzito em Pirenópolis.....	110
Figura 5: Pilha de rejeitos em jazida de extração de quartzito em Pirenópolis	111
Figura 6: Estratégias para o Turismo em Pirenópolis.....	132
Figura 7: Localização Geoparque dos Pireneus.....	137
Figura 8: Distribuição espacial e localização do Geossítios que compõe o Geoparque dos Pireneus	139
Figura 9: Vista do Pico dos Pireneus.....	140
Figura 10: Cidade de Pedras.....	141
Figura 11: Cachoeira do Abade.....	143
Figura 12: Cachoeira do Rosário.....	144
Figura 13: Canal do Poço Rico.....	145
Figura 14: Canal do Lázaro	146
Figura 15: Cachoeira Meia Lua	148
Figura 16: Cachoeira dos Dragões.....	149

Lista de Quadros

Quadro 1: Pirenópolis a partir das práticas sócio econômicas.....	159
---	-----

Lista de siglas

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABEQUA	Associação Brasileira para Estudos do Quaternário
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CELG	Companhia Energética de Goiás
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DAIA	Distrito Agro Industrial de Anápolis
DER – RJ	Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro
DETEL	Departamento Técnico de Licenciamento Urbano
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DRM – RJ	Departamento de Recursos Minerais Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FLIPRI	Festa Literária de Pirenópolis
GILGES	Global Indicative List of Geological Sites
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	International Union for the Conservation of Nature
IUGS	International Union of Geological Sciences
MICT	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A.
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
REG	Rede Europeia de Geoparques
SBE	Sociedade Brasileira de Espeleologia
SBG	Sociedade Brasileira de Geologia
SBP	Sociedade Brasileira de Paleontologia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIGEP	Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URCA	Universidade Regional do Cariri

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1 REFERENCIAL TEÓRICO	19
1.1 TURISMO E INTERDISCIPLINARIDADE	19
1.1.1 Conhecimento Tradicional e a Crise do Paradigma Científico Tradicional	19
1.1.2 Interdisciplinaridade como alternativa de superação à crise do paradigma científico tradicional	22
1.2 TURISMO E TERRITÓRIO	26
1.2.1 Território: reflexões conceituais	26
1.2.2 Uso do território	31
1.2.3 Território usado e Turismo	40
1.3 TURISMO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	43
1.3.1 Desenvolvimento sustentável: breves conceituações	43
1.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Endógeno	50
1.3.3 Turismo e Desenvolvimento Sustentável	52
1.4 GEOPARQUES E AS POSSIBILIDADES DA GEOCONSERVAÇÃO, GEOEDUCAÇÃO E DO GEOTURISMO	63
1.4.1 Histórico	63
1.4.2 Abordagem conceitual para compreensão dos Geoparques	69
1.4.3 Geodiversidade e Geoconservação	72
1.4.4 Geoparques como processo de Geoeducação	74
1.4.5 Geoturismo	76
1.4.6 A primeira experiência das Américas: O Geoparque do Araripe	79
1.4.7 Trilhas: uma possibilidade para o geoturismo e para a geoeducação	83
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	86
2.1 Categorias de Análise	93
2.2 Categorias Operatórias	96
3 GEOPARQUE DOS PIRINEUS: ESTUDO DE CASO	102
3.1 Goiás e Pirenópolis no processo histórico	103
3.2 A conjuntura socioeconômica de Pirenópolis	109
3.3 Turismo em Goiás e em Pirenópolis	114
3.4 Pirenópolis: Reflexões Documentais e seus Reflexos	119
3.4.1 Plano Diretor do Município de Pirenópolis	121
3.4.2 Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis	126
3.4.3 Proposta do Geoparque dos Pireneus	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161

REFERÊNCIAS	167
-------------------	-----

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais, sua base territorial perpassa regiões equatoriais e subtropicais que propiciam uma vasta riqueza natural que, aliadas ao clima e a diversidade de solo e de vegetação, garantem uma riqueza de paisagens naturais admiradas mundialmente.

A percepção sobre esse tipo de riqueza, nos últimos anos, especialmente durante o século XX, em várias partes do mundo e principalmente na Europa, delineou uma perspectiva de valorização e preservação desse patrimônio. Com ela, surgiu a figura do geoparque que, em processo de interlocução entre a geoconservação e o turismo, amplia as fronteiras do que era antes geomorfológico, e, agora, integra outras relações, especialmente as culturais entre visitantes e visitados. Delineia-se, então, a ideia de geoecoturismo como um segmento do ecoturismo, caracterizado especialmente pelo seu valor geomorfológico:

Geoparque é uma marca atribuída pela Rede Global de Geoparques sob os auspícios da UNESCO a uma área onde sítios do patrimônio geológico representam parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Um geoparque deve gerar atividade econômica, notadamente por intermédio do turismo, e envolve um número de sítios geológicos (ou geossítios) de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens. Vale salientar que aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar também importantes componentes de um geoparque (NASCIMENTO; MEDEIROS; GOMES, 2015).

Percebe-se então que a elaboração de propostas de um geoparque e, conseqüentemente, sua implementação, dependem não somente de estudos técnicos e levantamentos desenvolvidos somente por um grupo de especialistas – como geólogos, por exemplo –, mas de uma análise que compreenda diversas áreas do conhecimento, conferindo ao sítio um entendimento mais amplo sobre sua configuração territorial.

Nesse contexto, se a instalação de um geoparque pressupõe conjugar a lógica da preservação e do desenvolvimento econômico, por meio do turismo, conforme proposto pela UNESCO (2004), diferentes interesses poderão ser contemplados na sua proposta de criação. Estamos falando, aqui, também de processos de participação na criação de um Geoparque.

Entretanto, os atuais projetos de criação de geoparques tem se balizado em estudos limitados às riquezas geomorfológicas, à fauna, à flora, desconsiderando, muitas vezes, as variáveis humanas e sociais, as quais merecem ser levadas em consideração, quando da investigação acerca dos estudos sobre a criação de um geoparque sob chancela do Poder Executivo¹.

Diante disso, percebe-se que a elaboração de propostas de um geoparque, assim como sua implementação, dependem não somente de estudos técnicos e levantamentos desenvolvidos por geólogos, mas de uma análise que compreenda diversas áreas do conhecimento que possibilitem ampliar o entendimento sobre a dinâmica territorial do sítio, de modo a inserir a comunidade nos projetos de geoparques, conjugando a lógica da preservação e desenvolvimento econômico através do turismo, como proposto pela UNESCO (2004).

Isso porque, território não deve ser compreendido apenas como o local em que o Estado exerce ou manifesta seu poder e sua soberania, conforme concepção tradicional; a concepção territorial a que se volta o presente trabalho é construída em uma perspectiva integradora – um local de desenvolvimento de reprodução social de um determinado grupo. Dentro desses critérios de utilização social do território, de forma articulada à atuação estatal, importante ideia é a de regulamentação ou organização de seu uso de forma sustentável, concebido a partir do equilíbrio entre as práticas culturais, tradicionais e econômicas (incluindo-se, portanto, as práticas turísticas).

No caso específico da proposta de geoparque dos Pireneus, parte-se da premissa de que, com a criação do geoparque, as práticas turísticas, já bem características da região, fomentarão não só as interações sociais advindas do

¹A pesquisa para o desenvolvimento de projetos de criação de geoparques no Brasil é, atualmente, de responsabilidade e iniciativa da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

encontro entre visitantes e visitados, mas também poderão aumentar a oferta de serviços, que demandam uma nova dimensão em relação ao acesso e permanência no local.

Sendo assim, o problema colocado pela presente pesquisa é: a implantação de um geoparque, a partir da perspectiva interdisciplinar, no território dos Pireneus pode elevar a preservação do ecossistema na região, por meio do geoturismo, e fomentar práticas sustentáveis?

Ante o problema apresentado, delinea-se o objetivo geral do trabalho, a saber: analisar a possibilidade de preservação dos Pireneus pelo geoturismo.

Já os objetivos específicos traçados consistem em:

- a) Demonstrar a relação entre o fenômeno do turismo e a interdisciplinaridade, com o foco específico nas atividades turísticas na natureza;
- b) Identificar as potencialidades territoriais na região dos Pireneus para a implantação de um geoparque, sob perspectiva interdisciplinar;
- c) Analisar as possibilidades de preservação do patrimônio geológico pela implantação de um geoparque, sob perspectiva interdisciplinar;
- d) Evidenciar que a utilização de sítios geológicos, enquanto atrativo turístico, pode ir além do seu valor geomorfológico;
- e) Analisar as formas de elaboração de propostas para a criação de geoparques em sua relação com a interdisciplinaridade.

Delineados o problema e os objetivos de pesquisa, com uso do materialismo histórico dialético como método, o presente trabalho se qualifica como uma pesquisa qualitativa, com nível de profundidade descritiva, iniciada pela revisão bibliográfica, seguida pela coleta de dados documentais e estudo de caso, permitindo-se então a reflexão sobre o problema delineado inicialmente.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 TURISMO E INTERDISCIPLINARIDADE

1.1.1 Conhecimento Tradicional e a Crise do Paradigma Científico Tradicional

Para se pensar a interdisciplinaridade, necessário que se faça uma pequena digressão histórica, uma vez que a ciência, tal qual se coloca nos dias de hoje, tem sido criticada, demonstrando que seu atual paradigma² está em crise, abrindo novas possibilidades de se enxergar a produção do conhecimento científico, dentre as quais se insere a interdisciplinaridade.

Entretanto, o conhecimento científico tido como tradicional, possuiu importante papel para desconstruir as formas de conhecimento anteriores, credenciadas pela Igreja e, portanto, calcadas na religiosidade, fé e tradicionalismo.

No final da Idade Média, o poder da Igreja Católica é enfraquecido. Com o advento do Renascimento, os valores religiosos e seus respectivos dogmas, que ditavam o que era o ser, o sentido da existência, o conhecimento e como deveriam ser construídas as interações sociais foram colocados em dúvida (VICENTE; PEREZ, 2003). Nota-se, portanto, que a mudança das formas de se perceber o conhecimento e o ser se dão a partir de processos de questionamentos, críticas, contradições e sínteses e, nesse sentido, o mesmo paradigma atualmente questionado já foi questionador de um paradigma anterior, ou seja, um vetor de mudanças em outros tempos. Assim, a assertiva de que o conhecimento e as formas de saber, além de serem historicamente construídas, estão em constante transformação, até o momento em que uma nova mudança substancial ocorra, denotando que dinamicidade das conjunturas histórica, social, política e moral exercem forte influência sobre os meios (e porque não até dos fins) da produção de conhecimento.

Nesse contexto, percebe-se ainda que, se o conhecimento científico e seus paradigmas não conseguem acompanhar a dinâmica mencionada acima, seu

² Para Edgar Morin, paradigma é conceituado como o princípio soberano de sistematização das teorias e disciplinas. Do paradigma se constroem conceitos e relações aptos a delinear a lógica discursiva de uma determinada comunidade científica (MORIN, 1998).

processo de erosão e desconstrução se inicia, até que haja lugar para o novo, em todas as suas vertentes.

Segundo Piaget e Garcia (2011), essas novidades não se constituem ao acaso e a partir do nada, senão por algo pré-constituído, que se evidencia no constante devir da construção da ciência, resultando em saltos e cortes, (re)equilíbrio e desequilíbrio.

Na Europa medieval imperava uma visão de mundo orgânica, erigida pela dependência e ligação de fenômenos naturais e espirituais, e pela submissão do interesse individual aos interesses coletivos.

Contudo, mudanças radicais ganharam corpo, a partir dos séculos XVI e XVII, atingindo a ciência medieval. A concepção de natureza viva e animada cedeu espaço para uma ciência mecânica e inanimada.

Descartes, um dos precursores do racionalismo, é considerado um dos grandes nomes desse período. O ponto nuclear de seu método, de sua visão de construção do conhecimento era a racionalidade, essência da natureza humana, revelada na famosa expressão *penso, logo existo* (DESCARTES, 1996). Ou seja, o conhecimento (racional-científico) se torna condição para reconhecimento da natureza e atividade humanas e, acima de tudo, é um importante instrumento de emancipação.

Na visão cartesiana, devido a pressuposição de divisibilidade infinita do objeto (totalidade divisível), acentua-se a prioridade das partes em detrimento do todo, culminando-se, nos nossos dias, na hiperespecialização sem articulação devida do contexto das demais partes e do todo, desconsiderando uma visão holística sobre o alvo da investigação científica.

Na sexta parte do “Discurso do Método”, Descartes apresenta a sua ideologia científica, grande referência para toda a ciência produzida a seguir, tanto no que diz respeito à relação entre o cientista e o objeto estudado, natureza e cultura, mente e espírito, entre outras questões – pautando-se sempre na especialidade, na disciplina e fragmentação como formas de se conhecer o todo.

[...] em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas, pode-se encontrar numa outra prática, mediante a qual, conhecendo a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos rodeiam tão distintamente como conhecemos os diversos ofícios de nossos artefatos, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos a que são adequados e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza (DESCARTES, 1996, p. 69, grifo nosso).

Assim, duas grandes percepções se tornam visíveis nesse processo. A primeira, uma visão de que o conhecimento deve se voltar a questões práticas e *úteis*, sem espaço para especulações ou abstrações. Assim, o conhecimento passa a ser um meio que busca o domínio de processos, formas e elementos do meio ambiente. A segunda, diz respeito ao antropocentrismo, uma perspectiva que vê o homem como centro do planeta – dominador da natureza, portanto.

O que foge dessa lógica racional e suas regras mecanicistas, portanto, não pode ser reconhecido como científico; iniciou-se um processo de *mecanização das ciências humanas*, trazendo para seu arcabouço metodológico as regras das ciências naturais, movimento denominado positivismo. Nessa perspectiva, o que não se adapta à lógica do cálculo e utilidade não é suficiente. O que não se traduz em números é desconsiderado pelo positivismo. A realidade se evidencia a partir do que pode trazer resultados, que é concreta – a partir da quantificação.

Todavia, muito do que a ciência prometeu não se cumpriu e, novamente, encontramos-nos em um momento que o conhecimento tradicional não mais consegue responder os questionamentos da humanidade, que estão em constantes transformações. Novos caminhos para essa ciência hermética, fragmentada e pouco dialógica passam a ser traçados.

Desenvolve-se, então, a teoria da indicação da crise do paradigma tradicional de conhecimento científico, à beira da implementação de novas formas de se compreender a realidade. O panorama de crise e incertezas recebe importantes aportes teóricos de transformação, sendo um dos mais importantes a interdisciplinaridade e toda a reflexão que para ela converge.

Conforme assinala Morin (2003, p. 99), “não se pode reformar a instituição sem a prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma

prévia reforma das instituições”. Por esse viés, se torna necessário que o debate científico, e que as instituições acadêmicas reflitam e debatam sobre novas possibilidades paradigmáticas, construindo-se alternativas e possibilidades para a construção do conhecimento científico, de modo a ultrapassar esse cenário de crise e respostas inadequadas às demandas do conhecimento. E, dentro dessas possibilidades e alternativas, a interdisciplinaridade é apresentada como pertinente meio para a construção do conhecimento que se busca no presente trabalho.

1.1.2 Interdisciplinaridade como alternativa de superação à crise do paradigma científico tradicional

Como apresentado, o conhecimento cartesiano, técnico – baseado em números e resultados pré-definidos e mensuráveis – é responsável por diversos avanços técnicos e científicos e, por facilidades, utilizadas no cotidiano, como computadores e *internet*. Entretanto, esses conhecimentos isolados se demonstram falíveis quando se trata da pesquisa em ciências sociais, por tratar-se de uma área do conhecimento que é imprevisível, dependente de diversas variáveis e imbricada por várias áreas do conhecimento (MOESCH, 2002).

Para que se possa entender o processo de interdisciplinaridade no turismo é premente que, inicialmente, se diferenciem os conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, uma vez que

o ensino por disciplina, fragmentado e dividido, impede a capacidade natural que o espírito tem de se contextualizar. E é essa capacidade que deve ser estimulada e desenvolvida pelo ensino, a de ligar as partes ao todo e o todo às partes (MORIN, 2000).

A multidisciplinaridade é a investigação ou a busca pela solução de questões com o auxílio de disciplinas de diversas áreas conhecimento, sem que elas se interpenetrem. Não há a modificação, interação ou enriquecimento de disciplinas. A multidisciplinaridade contribuiu para a diminuição na busca da especialização das disciplinas.

Basicamente, pode-se dizer que a interdisciplinaridade é a forma de se construir uma pesquisa ou solucionar questões de investigação em conjunto com as diversas disciplinas, ou seja, o desenvolvimento de uma pesquisa desconsiderando-se o fracionamento do conhecimento, e a hiperespecialização das disciplinas. Na interdisciplinaridade, existe uma interação, um intercâmbio entre as disciplinas que as enriquecem nesse processo.

Nesse sentido, para Gusdorf (2000):

Estudos interdisciplinares autênticos supõe uma pesquisa comum e vontade, em cada participante de escapar ao regime de confinamento que lhe é imposto pela divisão do trabalho intelectual. Cada especialista não procura somente instruir os outros, mas também receber instrução. Em vez de uma série de monólogos justapostos, como acontece, geralmente, ter-se-ia um verdadeiro diálogo.

Segundo Moesch (2002, apud MORIN, 2000):

Interdisciplinaridade pode significar também troca e cooperação, o que faz com que possa vir a ser alguma coisa orgânica. Já a multidisciplinaridade constitui uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou objeto que lhes seja comum... Na transdisciplinaridade tratam-se, frequentemente, de esquema cognitivos que podem atravessar as disciplinas.

Já a transdisciplinaridade pode ser considerada uma confrontação de disciplinas que faz surgir novos dados trazendo uma nova visão da natureza. Edgar Morin (1987) diz, ao se referir à transdisciplinaridade, que “o desenvolvimento da ciência não se efetua por acumulação dos conhecimentos, mas por transformação dos princípios que organizam o conhecimento. A transdisciplinaridade ultrapassa o enriquecimento das disciplinas visível na interdisciplinaridade, buscando uma nova compreensão da realidade ao conjugar elementos que passam entre, além e através das disciplinas, sejam estas técnicas, filosóficas, históricas, sociológicas etc. Pode-se dizer que a transdisciplinaridade está entre, através e além das disciplinas.

O objetivo e objeto da interdisciplinaridade é, basicamente, superar a fragmentação do conhecimento, tão presente na educação disciplinar praticada no atualmente, na qual as diversas disciplinas não se comunicam. Importante ressaltar que, cada vez mais, a construção dos saberes perpassa diversas disciplinas, já que o conhecimento passa pela totalidade. Conforme Morin (2000),

Nós seguimos, em primeiro lugar, um mundo formado pelo ensino disciplinar. É evidente que as disciplinas de toda ordem ajudaram o avanço do conhecimento e são insubstituíveis. O que existe entre as disciplinas é invisível e as conexões entre elas também são invisíveis. Mas isto não significa que seja necessário conhecer somente uma parte da realidade. É preciso ter uma visão capaz de situar o conjunto.

O fenômeno turístico, nesse contexto, está envolto em diversas áreas do conhecimento, em diversas disciplinas. Entendido como um sistema aberto, diferencia-se das disciplinas baseadas no conhecimento cartesiano, como as chamadas ciências da natureza. O entendimento do fenômeno turístico não consegue ser compreendido pela lógica disciplinar, ou pela falta de interlocução entre diversas disciplinas. A produção de conhecimento sobre o Turismo necessita da diversidade disciplinar, em perspectiva dialógica, como um fenômeno, e não mera atividade econômica (MOESCH, 2002).

Necessário se torna, cada vez mais, que o conhecimento parta da perspectiva da multiplicidade de dimensões dos fenômenos investigados, considerando-os distintos, mas interligados, interdependentes e, ao mesmo tempo, contraditórios, portanto, imprevisíveis e incertos. A interdisciplinaridade se origina em uma dinâmica de movimento, conjugação, articulação e religação dos saberes fragmentados pela lógica cartesiana, com a consciência de que o conhecimento completo é inatingível (SANTOS; HAMMERSCHMIDT, 2012).

Ante o exposto, compreende-se a interdisciplinaridade como um exercício, uma postura do pesquisador, de estar aberto ao diálogo entre diversas áreas do conhecimento que convergem para o objeto de pesquisa (no presente trabalho, a relação entre geoparques e o turismo). Dessa forma, o pesquisador turismólogo não

avoca para si o papel de geógrafo, biólogo ou historiador, mas se mostra aberto ao diálogo entre o Turismo e outras áreas do conhecimento.

Por isso, constituição e posterior gestão de um geoparque deve ser considerada também pela lógica da interdisciplinaridade, que permeia o fenômeno turístico como um todo:

O turismo, considerado como um uso do território, em princípio, é somente uma atividade econômica. Entretanto, o movimento de usar o território com o turismo é muito mais. (...) Envolve também a ação política dos atores sociais e os conflitos decorrentes do próprio uso turístico e dele com os demais. Esses envolvimento carregam inevitavelmente, noções sociológicas, ecológicas, históricas e antropológicas, entre outras. Nesse sentido uma análise centrada no uso turístico do território não se fecha na geografia (STEINBERGER, 2009).

Além disso, considerando-se que uma das categorias analíticas da dialética se dá a partir da totalidade e fragmentação, percebe-se que o objeto de estudo não pode ser analisado de maneira isolada, mas sim dentro de todo o seu contexto. Ao refletir sobre a realidade, a partir de sua construção pelo processo histórico, revela-se a interdisciplinaridade como importante aliada do método em questão.

A prática da interdisciplinaridade tem por base a construção do conhecimento de forma a constituir a consciência pessoal e totalizada. A realidade, de forma geral, é una e supera os limites da fragmentação do conhecimento.

(...)Considerando essa problemática, apontam que o ensino quando pautado pela interdisciplinaridade, possibilita a construção do conhecimento global, em detrimento do saber restrito aos limites disciplinares. Com efeito, crescentemente, a interdisciplinaridade vem sendo abordada nas pesquisas como fundamento imprescindível à formação de alunos que saibam resolver problemas das mais diversas naturezas (GARRUTTI; SANTOS, 2004).

A interdisciplinaridade, portanto, permite que a investigação científica, ao agregar diversas visões sobre um objeto, situação ou relação, permite que um novo olhar a ele(s) se volte(m). A partir do diálogo que constitui a interdisciplinaridade, nasce, em última instância, uma nova forma de se observar a diversidade humana,

concebida ante as semelhanças e diferenças dos atores sociais, seja no que tange à questões culturais, biológicas, ambientais ou econômicas. O resultado é a percepção da realidade de forma complexa e potencializada, e não somente a partir de uma somatória das disciplinas.

1.2 TURISMO E TERRITÓRIO

1.2.1 Território: reflexões conceituais

No mundo ocidental, desde a Idade Média, o conceito de território esteve muito atrelado aos muros, aos arranjos e divisões físicas do território. Na modernidade, o território, em suas definições estritas, congrega a base física dos Estados, incluindo área continental, espaço aéreo e águas territoriais. Entretanto, para outras comunidades, o território possui uma dimensão identitária, na qual a identidade cultural está diretamente atrelada ao espaço social de vivência e convivência, como por exemplo, algumas comunidades indígenas que possuem relação intrínseca com a *Mãe-Terra*.

Para Souza (1995), o território possui diversas dimensões, dentre elas:

- dimensão física: abarcam as características geomorfológicas, aspectos físicos como solo, clima, vegetação.
- dimensão econômica: que congrega os processos produtivos, de comércio e consumo;
- dimensão simbólica: congrega relações culturais e afetivas entre grupos e lugares específicos;
- dimensão sócio-político: abarcam as interações sociais e relações de poder e dominação.

Da mesma forma, o conceito de territorialidade esteve vinculado a base territorial dos estados e seus instrumentos normativos aplicados aos seus habitantes. Para Albagli (2004):

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.

Importante destacar que a territorialidade não é fixa como o território. A territorialidade é dinâmica e pode ser transportada junto com as pessoas que a compõe, como no caso dos refugiados que constroem em outras localidades novas dinâmicas sociais. Para Santos (2000),

[...] a partir do espaço geográfico, cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. A sobrevivência, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho e que gera visibilidade do interesse comum.

O território, entendido aqui enquanto limites territoriais instituídos, representa o projeto de uma comunidade ou os interesses dos detentores de poder. Da demarcação do território surge então a fronteira que exerce as funções legais, fiscais ideológicas e militares.

Entretanto, para alguns, os territórios não são definidos apenas por fronteiras. Eles são dinâmicos e podem formar-se e dissolver-se em um espaço curto de tempo, ou, ainda no mesmo território desenvolverem-se diferentes dinâmicas em decorrência do momento do dia como, por exemplo, a Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, que durante a semana é um local exclusivo para o tráfego de carros e pessoas e aos domingos a avenida é fechada e torna-se uma das maiores feiras livres do Brasil, tornando-se um espaço de convivência, troca e exposição de artesanatos regionais.

Para Albagli (2004), o território e a territorialidade podem ser considerados sob as mesmas quatro dimensões definidas por Souza (1995), porém sob novas perspectivas:

1 – dimensão física: são as características físicas específicas de cada território como clima, vegetação, solo independente se forem naturais ou decorrentes das práticas humanas no local. Os elementos físicos de um território se tornam potencialidades na medida em que as sociedades se apropriam dos recursos e os transformam de alguma forma como, por exemplo, o represamento de rios para obtenção de energia ou, inclusive, a transformação de um geossítio em um Geoparque, e sua conseqüente exploração turística.

2 - dimensão político organizacional: explicitada nas formas e dinâmicas de poder realizadas no território, sejam aquelas presentes nos instrumentos normativos, sejam as práticas informais, assim como nas marcas de identidade territorial – seu nome que o torna único e fortalece o sentimento de pertencimento.

3 - dimensão simbólica: o território possui um patrimônio ideológico que atua no sentido da manutenção da estrutura território/identidade/mito/legitimação política. Possui símbolos que permitem a identificação das pessoas como pertencentes, mesmo que de maneira arcaica, a um grupo de certa forma homogêneo. Dentre os símbolos mais característicos, destacam-se a bandeira, o hino, as unidades linguísticas oficiais. São esses símbolos de identificação identitária que, muitas vezes, justificam as instituições e relações de poder instituídas. Sabe-se que existe grande diversidade cultural dentro de um mesmo território (considerando-se sua dimensão física), não cabendo ao território a produção e desenvolvimento da cultura. Esse pode, sim ser um dos elementos constitutivos da mesma, mas não é fator determinante. Descendentes de Europeus, por exemplo, trouxeram para o Brasil, um país tropical, diversos hábitos de uma cultura típica de países frios e nórdicos.

4 - dimensão econômica: fatores produtivos e dinâmica econômica estão, há muitos anos, ligados intrinsecamente ao território e à busca por novos ambientes. O século XV, o período das grandes navegações, foi marcado pela procura de territórios que fossem, ao mesmo tempo, fornecedores de matérias-primas e consumidores. Foi caso das colônias da América Latina e, posteriormente, a África,

durante o período do neocolonialismo. Atualmente, o uso do território continua a ser, muitas vezes, determinante na atividade econômica. A globalização e a expansão das empresas multinacionais faz com que as fábricas se localizem onde existe abundância dos fatores produtivos ou onde a produção seja mais barata, tornando o produto mais rentável para as indústrias. Por isso, empresas americanas produzem, por exemplo, na Índia, onde a mão de obra é abundante e as leis de proteção ao trabalhador são mais brandas, barateando o custo de produção. Nesse mecanismo de produção, também é observável a formação de *clusters*, nos quais atividades produtivas complementares se encontram territorialmente próximas. Indispensável ressaltar que essas aglutinações produtivas, por muitas vezes, considera apenas fatores econômicos, relegando aspectos sociais, ambientais e culturais para segundo plano.

Território é um termo que projeta o exercício do poder, cada vez mais organizado dentro das possibilidades da democracia, ainda que esta proposição se restrinja, na maior parte das vezes, à formalidade dos documentos normativos. A formalidade indica quem domina, governa, trabalha e manda em determinado território, por meio de processos democráticos ou não. A soberania de um povo e de uma nação está diretamente ligada ao exercício de poder e a atos normativos.

Na sua origem, o sentido de território esteve vinculado ao sentido de território nacional, tanto pela Geografia quanto pelo Direito. Albagli (2004) afirma que,

Em sua origem, a noção de território foi vinculada estritamente à de território nacional, não apenas pela Geografia, mas também pela ciência política e o Direito. Abordagem clássica da geografia política, inaugurada com a obra de Friedrich Ratzel em finais do século XIX, esteve, por um bom tempo, centrada no Estado – nação como unidade exclusiva de poder e única unidade representativa do político; e no território como fonte básica de poder do Estado, por sua vez entendido como um produto do meio físico.

Também na doutrina do Direito, o conceito de território esteve fundamentalmente vinculado ao território do Estado. Do ponto de vista jurídico, o território do Estado define-se como “o âmbito geográfico da jurisdição do Estado, oua base física que delimita a jurisdição do Estado, ou ainda a área física ideal em que o Estado exerce jurisdição sobre pessoas e coisas.

Assim, o território é concebido como a instituição física, concreta das unidades políticas jurídicas e administrativas, e as dinâmicas nele processadas são definidoras de sua comunidade.

“Lugar” é outro termo que também possui diversos significados e que, muitas vezes, extrapola o sentido estritamente físico, podendo ter o sentido de residência, uma rua ou até uma cidade, mas só existe em conjunto com as pessoas que o fazem. Alguns relacionam lugar a uma localidade onde as pessoas realizam suas atividades. Para Albagli (2004), a significação de lugar é “originada de uma motivação humana básica – agrupar-se e organizar-se para sobreviver, utilizando-se para tanto dos recursos que o território oferece -, viver, a localidade estabelece uma relação social e simbólica entre os indivíduos e o território”. Para Santos (2001) “lugar é o conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais exercendo em um lugar.”

Agnew e Ducan (1989) acreditam que o conceito de local pode ser entendido a partir de três dimensões:

- dimensão econômica: local como espaço de atividades produtivas, comerciais e financeiras;
- dimensão macrossociológica, como espaço de convivência e macrossociológico como espaço de realização das estruturas sociais.;
- dimensão antropológica cultural como o lugar como espaço de identificação do sujeito com o espaço habitado.

O ideário envolto no termo *território*, como dito, demanda reflexões relativas ao exercício do poder, haja vista que, tradicionalmente, o território é onde o Estado exerce suas atividades, sobretudo se for considerado que a tensão entre forças e as relações de poder existem em todos os campos da realidade social³, não sendo diferente quando se pensa na construção territorial. Moraes (2005) afirma que os territórios são entidades históricas, que expressam o controle social do espaço por uma dominação política institucionalizada.

³ Raffestin (1993) afirma que “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações.”

Isto posto, entende-se, porém, que território deve ser percebido de forma ampla, para além do físico ou biológico, composto de forma cultural, por seres com capacidade de representações sociais que deem novo sentido ao meio em que se inserem, destacando-se que, para a concepção destas representações sociais, há interferências de variáveis econômicas, de gênero, etárias, étnicas, religiosas etc.

1.2.2 Uso do território

Raffestin (1993), em reflexão sobre o conceito e percepções sobre a questão do território e seu uso, explica que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um território, concreta ou abstratamente (...), o ator “territorializa” o espaço”. Acrescenta-se que essa territorialização do espaço, pelo ator, e modificação da natureza se dão a partir do trabalho e, conforme será observado adiante, a partir da técnica e do conhecimento científico (PORTO-GONÇALVES, 1989). A própria ideia que se tem de natureza é uma construção social, estabelecendo-se, a partir dessa construção, um vínculo entre o natural e o social, ligados através da técnica:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (PORTO-GONÇALVES, 1989).

Percebe-se, portanto, que natureza e sociedade (cultura) não estabelecem uma relação dicotômica, mas dialógica, já que a natureza é transformada pela sociedade, a partir do trabalho (técnica).

Partindo-se dessa análise, observa-se que o território pode representar fatores de uma determinada trajetória social. Ao analisar as nuances, as modificações físicas, bem como as interações sociais é possível identificar mudanças na sociedade pelo ‘próprio território, bem como as alterações que ele

provoca nas pessoas. Percebe-se, portanto, que o território contém e é contido pela política e pela economia. Milton Santos (1992) afirma que

o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

Essa organicidade conferida ao território bem como a tudo que lhe é envolto (considerando inclusive as interações) está em constante movimento, o que atribui ao território diferentes frações do todo social. As formas geográficas contêm partes do social que lhes atribui significados (SANTOS, 1992). Assim, o território geográfico não é apenas o local onde determinadas ações se desenvolvem, não é restrito à dimensão material, mas sim vivo, dinâmico, e não pode ser compreendido de forma alheia às dimensões política, cultural e econômica.

Nesse sentido, Milton Santos (2006) afirma que o espaço geográfico é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos (materialidade) e sistemas de ações (movimento de determinada sociedade). Referidos sistemas, articulados, atuam de forma única, confirmando a união inseparável entre a materialidade do espaço e as interações sociais que nele são desenvolvidas. No que tange aos conceitos de espaço e território, necessária a indicação do trabalho de Steinberger (2006), que coloca espaço e natureza como sendo sistemas que se (re)definem no processo histórico, ao passo que o território é o meio de vida que se organiza, desorganiza e reorganiza diante dessas constantes (re)definições. Por isso, espaço e território não são subsequentes, mas afins e simultâneos; um não existe sem o outro, e são unidos pelo processo de totalização.

Isto posto, afirma-se que o território não abarca tão somente o patrimônio físico de um país, mas também suas estruturas produtivas e os espaços de reprodução da sociedade. Nele se inserem os recursos naturais e ambientais destinados ao desenvolvimento de uma determinada sociedade, e é nele que são acumuladas as formas espaciais produzidas pela sociedade, durante sua trajetória histórica, tornando-se estruturas territoriais (MORAES, 2005).

Observa-se, assim, que o “espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele” (SANTOS, 1992). Ou seja, o território, como produto social, é dinâmico e sofre transformações através do processo histórico e, nesse contexto, as relações sociais são transformadas. A sociedade molda o território conforme molda a si. Não há como estudar o território sem a observância da (re)construção das interações sociais, as quais refletem-se na configuração do espaço e suas funções. Da mesma forma, a sociedade pode ser analisada a partir da configuração espacial:

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade (SANTOS, 1992).

Nesse sentido, percebe-se ainda que as mudanças na função e valores do território, advindas de mudanças nas relações sociais, não necessariamente deletam a configuração do território anterior, notadamente no que diz respeito à paisagem. Esta carrega reminiscências das determinações anteriores, que não são destruídas de forma imediata e completa, o que Santos (1992) denomina “rugosidades”. As mudanças valorativas da sociedade, refletidas no território, podem nele e por ele serem percebidas, uma vez que “a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, e os valores variam segundo a estrutura socioeconômica específica dessa sociedade” (SANTOS, 2008).

Se o território tem seus valores e configuração delineados a partir das relações sociais, na sociedade moderna e capitalista, o incremento de atividades favoráveis à acumulação de capital é importante vetor para a construção, desconstrução e reconstrução do território – a ideia de produção torna-se atrelada à ideia de lugar. Território e produção são conceitos dependentes, já que frações da sociedade necessitam de uma fatia de determinado território para desempenhar uma determinada forma de produção.

Isto posto, a utilização do território deve também ter a historicidade como parâmetro, uma vez que o território está em constante transformação, inclusive em

decorrência das alterações em seus usos. Para Santos e Silveira (2008), “cada momento da história tende a produzir uma ordem espacial que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social.”

A título de exemplo, no que tange à utilização do território no processo histórico, menciona-se que a Avenida Paulista, na capital do Estado de São Paulo, concentra hoje o centro financeiro do Brasil, sendo inclusive sede da Bolsa de Valores de São Paulo; era, no início do século XX, a área residencial mais valorizada de São Paulo, onde moravam os Barões do Café. Nesse sentido, verifica-se que

(...) uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. O território visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual (SANTOS; SILVEIRA, 2008)

A divisão e o uso do território, portanto, podem ser entendidos com base nas atividades empreendidas no espaço, em um determinado momento. Essa divisão, denominada por Santos e Silveira (2008) por divisão territorial do trabalho “cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”. Assim, as empresas criam uma divisão territorial do trabalho já que, para existirem, precisam de um ou vários pontos territoriais, nos quais imprimem sua personalidade e acabam por influenciar e, muitas vezes, determinar toda a realidade social circundante.

Percebe-se, assim, que a partir do estudo e análise do uso do território, sob o viés econômico, pode-se analisar povoamento, ocupação, exploração dos recursos. Santos e Silveira (2008) afirmam que três grandes momentos podem representar o meio geográfico (ou território usado): o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

O primeiro momento é marcado pelo domínio da natureza sobre o homem. O segundo momento é marcado pelo início de dominação da natureza pelo homem, inicialmente com o uso de instrumentos rudimentares que, paulatinamente, se aperfeiçoaram e acabaram por colocar a natureza a serviço do homem. E, finalmente, o terceiro momento é marcado pelo desenvolvimento dos meios de

comunicação e a conseqüente difusão das técnicas pelo Brasil, porém não de maneira uniforme. Essas divisões territoriais do território e seus usos econômicos geram o que se chama de divisão territorial do trabalho. Essa divisão determina o uso do território e determina, a partir dele, as relações sociais que nele se constituem.

As atividades econômicas determinaram, por exemplo, no período colonial, ocupação do interior de Minas Gerais, em decorrência da exploração de ouro e diamantes; a ocupação do litoral nordestino, por conta das plantações de cana-de-açúcar e da cidade de Salvador e; do Rio de Janeiro, por conta das atividades de administração pública. Cabe ressaltar que a ocupação do litoral, não apenas a nordestina, mas de todo o país, foi estratégica, já que as atividades econômicas preponderantes da colônia foram de produtos de exportação, sem esquecer da proibição de manufaturas na colônia, até 1808 (liberada após a vinda da família real Portuguesa para a colônia), que tornava o porto a porta de entrada de vários produtos para os residentes no Brasil e a saída para a produção – foco da colônia de exploração.

Com o passar dos anos e com os avanços políticos iniciados com a independência do Brasil e, posteriormente, com a Proclamação da República, a dinâmica econômica e as atividades se intensificaram. A matriz econômica brasileira se diversificou. Entretanto, apesar do crescimento das manufaturas e indústrias, algumas de tecnologia de ponta, o foco continuou sendo a exportação. A rede de transportes deixou de ser essencialmente ferroviária e aquaviária para se tornar rodoviária. A malha viária expandiu exponencialmente, alterando a configuração do território e as dinâmicas sociais e econômicas. Houve uma maior integração entre os diversos estados favorecendo trocas culturais.

Contudo, tanto os avanços tecnológicos quanto os urbanísticos se concentraram em algumas regiões do país. O estado de São Paulo se configurou como o principal polo industrial do Brasil. Brasília, a nova capital federal, impulsionou a ocupação e a urbanização do centro-oeste. Esses fatores causaram o desenvolvimento de vários fluxos migratórios do país para essas regiões mais desenvolvidas, relegando aos outros Estados, papéis, muitas vezes, secundários na dinâmica econômica nacional, alterando inclusive as transformações no espaço e no

uso do território, formando o que se considera como bolsões de desenvolvimento, envoltos em grandes áreas com outras dinâmicas de uso do território. Para Santos e Silveira (2008),

Uma nova divisão territorial do trabalho esboça-se no Brasil a partir da necessidade de transformar minérios, de produzir derivados do petróleo e, a um só tempo, de substituir esse recurso em alguns setores da circulação. É o momento de implantação de complexos industriais em diversas regiões do país... Gesta-se, a um só tempo, uma grande especialização territorial, com tendência à concentração da produção de bens e serviços mais “nobres” e escassos em alguns pontos do Sudeste e do Sul.

Mais recentemente, com o desenvolvimento das práticas econômicas envoltas pela realidade da globalização⁴, na qual empresas internacionalizam sua produção em busca de menores custos produtivos, o território passou a se configurar, cada vez mais, em consequência de práticas econômicas. Nesse sentido, é que se afirma que essa internacionalização do capital (advinda da globalização), permite novas mudanças na valoração do território, e definição de suas funções, desconstruindo as antigas noções de região e de autossuficiência dentro dos territórios.

Mesmo o caso das atividades cujo circuito de cooperação se limita à própria área não significa que os agentes possam bastar-se completamente com os processos puramente regionais. As necessidades de consumo, por exemplo, se incluem cada vez mais num circuito muito mais amplo, de um ponto de vista espacial. Assim, não é suficiente levar em conta a produção propriamente dita, mas se deve também considerar as outras instâncias de produção (SANTOS, 1992).

No Brasil, os estados da federação lutam entre si, por meio de guerras fiscais, por exemplo, para serem os territórios nos quais grandes corporações poderiam

⁴ A globalização pode ser entendida como um processo de internacionalização econômica, social e política que se intensificou com o desenvolvimento dos meios de comunicação. Um dos fenômenos mais marcantes do processo é a multiplicação de empresas multinacionais que distribuem sua produção em áreas que permitem maiores ganhos financeiros.

instalar suas operações. Para atrair tais investimentos, o território se configura com estradas, portos e aeroportos, atraem migrantes e alteram a dinâmica social e territorial. O local, regional, nacional ou global estão conectados, sob a perspectiva que:

O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso, as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais, não mais naturais... o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças as enormes possibilidades da produção e, sobretudo da circulação dos insumos, dos produtos do dinheiro, das ideias, das informações, das ordens e dos homens (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Essa privatização do território acaba por formar o que Santos e Silveira (2008) chamam de território corporativo. Os investimentos estatais, a mão de obra, o comércio e constituição de novas empresas se formam para atender os interesses das grandes corporações. O mesmo ocorre com as diversas cidades, chamadas também de cidades corporativas, que se desenvolvem, investem seus recursos financeiros e não financeiros para atender o grande capital corporativo.

Respectivas corporações, juntamente com o poder público, fomentador de tais práticas de investimento exploratório, impõem sobre a população e sobre o território políticas públicas do tipo *top down*, ou seja políticas que, muitas vezes, atendem aos interesses de poucos, geralmente aqueles que se encontram dominando as esferas de poder, o que, na era da globalização, são marcadamente os detentores do poder econômico.

Outra importante questão a ser destacada no processo de valorização do território e de sua redefinição, atendendo a demandas mercantilistas de circulação mundial do capital, é o desenvolvimento de tecnologias que fomentem as possibilidades de aproveitamento, ao máximo, do território. No contexto de expansão do capital burguês, que corresponde com a ascensão do conhecimento científico tradicional, percebe-se o meio técnico como importante instrumento para que se legitime a utilização da natureza, vista como objeto a ser explorado. Conseqüentemente, o território é alterado a partir da destruição da natureza pelo extrativismo.

O processo produtivo, portanto, conta com a tecnologia como importante aliada na utilização e modificação do território, visando a acumulação de riquezas, com pouca ou nenhuma preocupação com as possibilidades de renovação dos ecossistemas. O conhecimento científico se constrói, então, como força produtiva.

Nessa linha, percebe-se que, com a internacionalização do capital, as atividades produtivas, além de seguirem a dinâmica mencionada, se tornaram extremamente fragmentadas. As empresas multinacionais, cada vez mais, fabricam partes de seus produtos em diferentes países, estimulando a circulação global de riquezas, bens e serviços. Essa fragmentação de atividades econômicas e papéis produtivos no território faz com que o conhecimento técnico não se sedimente entre os territórios periféricos destinados à produção, já que cada espaço será utilizado para poucas atividades da produção. Em países subdesenvolvidos, essa dinâmica se apresenta de forma mais contundente, pois mesmo que, nesses países, importantes descobertas científicas sejam realizadas, a respectiva valorização da descoberta ocorrerá nos países desenvolvidos, que venderão aos países periféricos técnicas reelaboradas ou retocadas (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Assim, “firmas transnacionais cuja vontade de lucro faz com que busquem frações de espaço localizadas em diversos países o valor de uso que, mediante a sua estratégia e o seu poder, transformam em valor de troca” (SANTOS; SILVEIRA, 2008). Referido movimento mercantil torna o uso do território mais capitalístico, ao permitir que o valor do território seja dado a partir das suas possibilidades de uso e aptidões frente ao capital (é o caso de territórios utilizados para a agricultura, mineração e indústrias, por exemplo). Conseqüentemente, os detentores do conhecimento tecnológico, necessário para as respectivas atividades, se instalam nos respectivos territórios de exploração, mas a exploração não é o único elemento de reconfiguração espacial.

Conforme Santos e Silveira (2008), a chegada de mão de obra de outras áreas leva a expulsão ou migração forçada de grande número de residentes tradicionais, caso as demandas produtivas externas sejam diferentes das demandas tradicionais. Outra consequência desse processo de transformação do território tradicional para o território internacional é a desculturização da área,

[...] na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios, dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante largo tempo e que se veem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (SANTOS, 1992).

Ressalta-se, portanto, que o grande capital, em geral encarnado geralmente nas multinacionais, exploram o território quando este ainda é economicamente interessante, caso contrários buscam novos territórios, quando a oferta destes é mais atraente. Quando isto ocorre, as empresas abandonam instalações cidades e comunidades inteiras, em busca de áreas mais rentáveis. Essa realidade é muito verificada em áreas de mineração, as quais, quando se tornam inviáveis do ponto de vista econômico, são abandonadas, sem recursos e com estrutura e população formadas, muitas vezes, com traços homogeneizantes da cultura globalizada dominante. Santos e Silveira (2008) afirmam que “o resultado já sabido é que, a partir de sua origem exógena, as frações do território assim atingidas acabam por manifestar uma verdadeira crise de identidade.”

Por fim, observa-se que, se o espaço é compreendido a partir da união entre sistemas de objetos e de ações, tendo o território como sua materialização, como resultado das relações (e tensões) de poder nele existentes, relações estas conjugadas ao ambiente, o território usado consiste na permanente realização dessa dinâmica: objetos e ações sendo concretizados, com a base material e a natureza se reorganizando a partir das relações entre a sociedade e natureza. Conforme o ensino de Milton Santos (2005), “o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.”

Ou seja, para que se compreenda a ideia de território usado, é necessário que sejam observadas as relações dialógicas entre a natureza e a ação do homem (através do trabalho, política, no decorrer do processo histórico – e portanto, em constante transformação). Ademais, se no espaço nascem relações de poder, que, entre outros fatores, delineiam o território, compreende-se que o território usado inclui a todos, considerando a resistência, e não apenas a dominação (CATAIA,

2011). Esclarecendo um pouco mais a questão, Santos e Silveira (2008) afirmam que:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação de sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Nesse processo, as forças do Estado e do mercado se inter-relacionam, favorecendo ou prejudicando os sujeitos (e porque não o território que ocupam), através da distribuição de terras, valorizando, de forma diferencial, as frações territoriais ocupadas. Entretanto, se o território é voltado para atividade exploratória sem participação da população no resultado de seu trabalho, o desenvolvimento é estacionado, haja vista que a riqueza produzida não é direcionada para o consumo interno – e todo esse processo gera nova formação territorial. Assim, se a (re)construção do território é reflexo de relações de poder (político, econômico, entre outros), o território se torna um ponto de convergência de forças entre atores sociais, em busca de diversos usos dos recursos dele provenientes, para desenvolvimento de atividades como a agricultura, extrativismo, indústria, conservação ambiental e turismo.

Como poderá ser percebido no estudo de caso, o município de Pirenópolis é ponto de convergência dos temas desta discussão, uma vez que, além de ser tradicional local de visitação turística, tem como atividade econômica a extração mineral (quartzito), a qual reconfigurou o território através do conhecimento tecnológico, destacando-se ainda que a riqueza financeira produzida é remetida para além do território.

1.2.3 Território usado e Turismo

Partindo-se das reflexões sobre Turismo e seu aspecto interdisciplinar, no sentido de um fenômeno que atinge e perpassa diversas áreas do conhecimento, incluindo questões socioeconômicas bastante relevantes, e considerando ainda que o território, considerado sob o prisma do território usado – sinônimo de espaço habitado - também é permeado por múltiplas disciplinas –, Santos e Silveira (2008) propõem a definição do território como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações - e que o Turismo, para acontecer, necessita, dentre outros fatores, do território; a relação entre eles é intrínseca. Steinberger, nesse sentido, afirma que:

Essa abordagem – entendimento do Turismo como fenômeno - , por se fundamentar na inseparabilidade entre espaço geográfico e território usado, permite integrar várias disciplinas, pois a teoria espacial na qual está assentada é interdisciplinar (STEINBERGER, 2009).

Considerando assim o Turismo como fenômeno que necessita do território para se concretizar, pode-se considerar o território geográfico como uma das categorias de análise do Turismo, já que, assim tomado como atividade de uso do território, concorre com outras atividades, como o uso do ambiente. Ponderando a teoria de divisão territorial do trabalho, já mencionada, Ouro Preto, em Minas Gerais, por exemplo, apresenta um Turismo eloquente que concorre com a exploração mineral de minério de ferro. Ao mesmo tempo, verificam-se atividades complementares como a atividade hoteleira, a atividade gastronômica e de entretenimento, já que “o que produz (cria) o espaço é a utilização do território, como diz Milton Santos; cabe dizer que, ao se utilizar o território com o turismo está se produzindo o espaço” (STEINBERGER, 2009).

Continuando, a partir do exemplo de Ouro Preto, e sob o olhar da totalidade, o Turismo, ao resgatar elementos no passado, na natureza, ou mesmo na realidade humana para se concretizar como fator de atração, envolve os elementos e constrói o presente com base na análise crítica da historicidade totalizante, analisando circunstâncias históricas da formação de uma cidade importante do ponto de vista

turístico atualmente, bem como do ponto de vista socioeconômico em momento anterior.

Assim, sopesando o território usado como o território modificado pelo homem por meio do seu trabalho, território que se modifica com o tempo adaptando-se as dinâmicas sociais, o território utilizado para (e pelo) Turismo oferece objetos naturais que, com o passar do tempo, obtêm significado turístico, como, por exemplo, praias anteriormente inabitadas que, aos poucos, adquirem estrutura turística e modificam o território de uma aldeia de pescadores para um balneário, ou mesmo uma cidade que, construída em período colonial para atender as necessidades de um tempo, se torna objeto turístico de contemplação em virtude de seu patrimônio arquitetônico preservado, como no caso das cidades históricas mineiras. Steinberger (2009), complementa:

O espaço social é um fato histórico, e o Turismo, uma das atividades efervescentes na sociedade contemporânea, cada vez mais participa da constante produção da história e do próprio espaço. Essa produção manifesta-se nas formas espaciais dos objetos geográficos naturais e artificiais, as quais por meio de técnicas vão mudando de conteúdo ao longo do tempo. O Turismo toma esses objetos e presentifica suas formas conteúdo ao longo do tempo.

Sob ponto de vista da construção e das dinâmicas sociais em um território usado pelo fenômeno turístico, é perceptível saber que, naquele espaço, coexistem de forma quase simbiótica turismo, turistas e seus elementos, além dos autóctones, que possuem suas atividades e vivências como moradores (não como turistas). Entretanto, por se tratar o território como um sistema aberto, existe uma relação forte de troca entre visitantes e visitados que contribui diretamente para construção, formação e alteração do território. Steinberger (2009) conclui que as transformações territoriais advindas do uso turístico não se restringem a efeitos em sujeitos específicos e determinados, mas abrange todos os atores, sejam os ligados ao território de forma mais definitiva, como moradores, empresários e governo local; mas também os ligados de forma mais transitória, como empresários hoteleiros, agentes de viagem e turistas. O território urbano, ganha então novas feições, como

desdobramento das relações de poder estabelecidas entre sujeitos ligados ao território de forma definitiva e temporária.

1.3 TURISMO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

1.3.1 Desenvolvimento sustentável: breves conceituações

Nas últimas décadas, a humanidade vivencia o desenvolvimento de tecnologias e equipamentos que facilitam a vida moderna e tornam os dias mais confortáveis. Esse desenvolvimento, aliado ao crescimento populacional e ao aumento da expectativa de vida em todo o mundo, aumentou o uso e a exploração dos recursos naturais, renováveis ou não.

O desenvolvimento tecnológico, percebido durante e no pós segunda grande guerra, é evidenciado, dentre outros momentos marcantes, com a chegada do homem à Lua, que demonstrou que os limites para a humanidade pareciam quase inexistentes, até que a natureza começou a manifestar sinais de exaustão aos meios de consumo modernos. Grandes secas em certas partes do planeta, chuvas ácidas em países nórdicos, aumento do volume do nível dos oceanos pelo derretimento das calotas polares sugeriam que algo não estava bem nos atuais hábitos de consumo mundiais. Além disso, o contexto histórico da Guerra Fria, entre União Soviética e Estados Unidos, com uso frequente de testes nucleares, gerou uma poluição nuclear que ultrapassou as barreiras físicas dos Estados nacionais.

Em decorrência dessas mudanças perceptíveis, principalmente em relação ao clima, as grandes potências mundiais começaram a se preocupar em encontrar alternativas para não alterarem o padrão de vida de consumo de suas populações sem, no entanto, esgotarem os meios naturais. Com isso, fez-se necessário o surgimento de uma “abordagem holística e interdisciplinar, na qual cientistas naturais e sociais trabalham juntos em favor de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando sua diversidade.” (SACHS, 2009). Leff (2002), aponta que:

A problemática ambiental na qual confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade não pode ser compreendida em sua complexidade e nem resolvida em eficácia sem o concurso e integração de campos muito diversos do saber.

Aparece então a ideia de sustentabilidade, também denominada de ecodesenvolvimento. A sustentabilidade pode ser considerada, inicialmente, sob duas vertentes. Conforme Nascimento (2012):

A primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se a capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, deflorestamento, fogo, etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar.

Em princípio, a sustentabilidade abarcava situações ligadas apenas ao meio ambiente e aos danos ambientais causados pelo hábitos de consumo modernos, vinculados, por exemplo, à queima de combustíveis fósseis e ao consequente aumento no buraco da camada de ozônio.

Entretanto, nas primeiras reuniões a respeito do tema, concretizadas na Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, evento ocorrido em Estocolmo, em 1972, passou-se a analisar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento. O pensamento, até então vigente, era de que o ser humano deveria dominar a natureza para dela extrair seu meio de vida, recursos para produção de bens e serviços. Nesse momento, passa-se a perceber que não se pode pensar em dominação, mas em parceria. Os recursos são escassos e, se ocorre a dominação, a tendência é a destruição de um pelo outro, ou seja, o homem domina e destrói a natureza pelo uso irracional de seus recursos. Consequentemente, a natureza – ou a ausência dela – destrói o ser humano que não pode viver sem esses recursos.

Nos embates travados, os países desenvolvidos preocupavam-se com degradação ambiental que podia alterar seu modo de vida, enquanto os países

considerados em desenvolvimento estavam preocupados com a possibilidade das novas políticas ambientais atravancarem suas possibilidades de crescimento. Para Sachs (2009):

Os primeiros – the cornucopians – consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos... Uma alternativa média emergiu entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital pelo PIB.

Molina (1999), a seu turno, afirma que⁵:

Este enfoque ampliado de médio humano contribuyó a salvar la conferencia, que en ciertos momentos fue rechazada por los países menos desarrollados. Em este contexto surge la propuesta del ecodesarrollo, que implicaba un esfuerzo por ordenación ambiental em beneficio del proceso de desarrollo.

Contribuindo com essa ideia, a *One World News Service* (1999), reitera que “de um modo geral, os países ricos, com cerca de 20% da população mundial, emitem cerca de 60% do total dos gases do efeito estufa produzido pelo mundo”.

Traça-se, a partir disso, um paralelo direto entre a pobreza e as agressões ambientais e que, portanto, a preservação ambiental está diretamente conectada a melhoria de condições de vida da população. Buarque (2008) afirma que a “aceleração e a amplitude dos impactos ambientais e dos problemas sociais em diversas regiões e países tornam o meio ambiente e a pobreza uma questão de abrangência planetária e um problema global altamente explosivo”. Nascimento (2012), complementa:

⁵ Esta abordagem ampliada para o ambiente humano contribuiu para salvar a conferência que, em certos momentos foi rejeitada pelos países menos desenvolvidos. Neste contexto surge a proposta de eco- desenvolvimento, que necessitaria de um esforço em benefício da gestão ambiental no processo de desenvolvimento.

[...] a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessas populações e das próximas... Posta dessa forma, a questão ambiental deixava de ficar restrita ao meio natural e adentrava o espaço social. Graças a esse embate, o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia) é substituído por uma tríade, introduzindo-se a dimensão social.

A segunda conferência das Nações Unidas, a respeito do meio ambiente, ocorreu em 1982, em Nairobi, no Kenya. Molina (1999) afirma que desta reunião houve, pela primeira vez, o consenso de cuidado com o meio ambiente e desenvolvimento, que podiam ser conjugados com base no manejo racional dos recursos naturais.

Desse esforço em conjugar preservação ambiental e desenvolvimento econômico, surge a noção de desenvolvimento sustentável. Para Lenzi (2006), “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades.” Hanai (2012) afirma que “o desenvolvimento sustentável não nega o crescimento, mas se refere à necessidade de mudar a qualidade do crescimento.”

A comissão mundial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, presidida por Brundtland, que ocorreu em 1987, definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987).

Sob essa perspectiva, diversos autores discorrem sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável. Apesar de algumas discordâncias, basicamente são consideradas três principais: a primeira é a dimensão ambiental, cuja ideia permeia basicamente a noção de produção e consumo de maneira a garantir a auto-reparação dos ecossistemas para as gerações futuras. A segunda, econômica, trata da ideia de melhoria da produtividade, de modo a fornecer mais produtos com menos matéria-prima, redução do uso de combustíveis fósseis (ecoeficiência). Já a terceira dimensão tem foco no social, ou seja, busca meios para erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade entre os povos, de forma que todos tenham o mínimo

necessário para uma vida digna sem que isso signifique uso irracional dos recursos naturais.

Para Sachs (2009), a sustentabilidade deve ser considerada sob 08 aspectos:

1 – social: que busca uma distribuição de renda justa, pleno emprego e igualdade de oportunidades para acesso aos recursos;

2 – cultural: um projeto que respeite a tradição e que ao mesmo tempo esteja aberto para o mundo;

3 – ecológica: preservação dos recursos renováveis e limitação do uso dos recursos não renováveis;

4 – ambiental: respeito ao meio ambiente e suas limitações;

5 – territorial: equilibrar investimentos em áreas urbanas e rurais buscando diminuir as disparidades regionais; proteção das áreas ecologicamente frágeis;

6 – econômico: desenvolvimento e pesquisa visando a melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos;

7 – política nacional: coesão social buscando democracia sob a égide universal dos direitos humanos;

8 – política internacional: cooperação internacional, buscando equilíbrio de forças entre países ricos e pobres, fortes e fracos, por meio do compartilhamento de tecnologias, conhecimentos e controle do sistema financeiro internacional.

Hanai (2012) considera que

a simples existência da palavra sustentabilidade já permite agregar múltiplos significados, tais como: redistribuição de rendimentos, equidade de produção; manutenção dos ecossistemas; manutenção da resiliência natural e do homem; e redistribuição do poder.

Apesar das diferenças conceituais entre os autores, observam-se alguns pontos comuns. Basicamente, é incontroverso afirmar que tanto o estudo, quanto a prática do desenvolvimento sustentável provém de um pensamento interdisciplinar,

que busca o uso produtivo dos recursos de maneira racional. Sachs (2009) ainda afirma que os três pilares do desenvolvimento sustentável são “critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica.” Seguindo essa perspectiva, Buarque (2008) diz que

O propósito central de uma proposta de desenvolvimento sustentável consiste em implementar iniciativas e ações que gerem, ao mesmo tempo, uma maior equidade, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade (eficiência) econômica.

Romero (2004) também comenta sobre a necessidade de um pensamento holístico e integrado, quando se refere ao desenvolvimento sustentável. “Integração significa fazer perguntas integradas para obter respostas integradas”, pois

Os sistemas ambientais são sistemas abertos, complexos e mutáveis e a ciência ambiental deve focar-se nas inter-relações dos componentes sociais, políticos, econômicos, biológicos e físicos, assim como os componentes humanos, reconhecendo valores e preferências como parte integrante do sistema.

Prosseguindo com o histórico sobre as reflexões relacionadas à sustentabilidade, menciona-se que após a Conferência de Estocolmo (1972), houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92. A conferência reuniu chefes de estado de vários países e foi organizada pelas Nações Unidas e realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de debater os dilemas ambientais mundiais.

Buarque (2008) enuncia a Eco 92 “como um dos mais importantes acontecimentos de políticos do final do século XX, propaga a proposta de desenvolvimento sustentável e a busca de comprometimento das nações com as gerações futuras.”

Apesar das críticas sobre alguns insucessos do encontro, a Rio 92 foi o estopim para que as pautas ambientais obtivessem espaço nas políticas sociais e econômicas ao redor do mundo. Desse encontro, surgiu a agenda 21, um programa

de ação adotado por 178 países, que traça um consenso global sobre a necessidade da sustentabilidade. As práticas relacionadas à reutilização e reciclagem, além da busca por formas de energia limpa e renovável, se intensificaram desde então. A Organização das Nações Unidas (ONU) continua com papel fundamental, sendo inclusive fomentadora de políticas e tratados internacionais sobre o tema. Sachs (1986), em relação aos processos de reciclagem, complementa:

[...] em muitos casos a prudência ecológica se financia até em termos econômicos tradicionais. Por exemplo a transformação do lixo em riqueza, através de reciclagem, composição ou extração de energia pode vir a ser um empreendimento lucrativo.

Importante ressaltar que a ideia de desenvolvimento sustentável não se escora em santuários de preservação ecológica ou na criação de parques nacionais para visitação guiada. Certamente, esses espaços são importantes e, inclusive, necessários para preservação e manutenção de espécies frágeis, ao contato com as práticas de consumo atuais, mas o desenvolvimento busca, em sua essência, direitos e cidadania plena para todos com uso racional dos recursos, sejam eles ambientais, humanos ou tecnológicos.

Com esse pensamento, Sachs (2009) cita a possibilidade de criação de uma economia de permanência, que busca a “satisfação genuína das necessidades humanas, autolimitadas por princípios que evitam a ganância, caminha junto com a conservação da biodiversidade.”

Destaca-se, nesse sentido, o papel fundamental das comunidades locais no planejamento e na gestão das políticas de ecodesenvolvimento. Afinal, esses atores são os reais detentores dos recursos, cabendo a eles decidir, com fundamento na conservação, o melhor uso dos mesmos. Sachs (2009) pontua que:

O Ecodesenvolvimento requer, dessa maneira, o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área. Para alguns autores mais radicais, é necessário também o reconhecimento dos direitos legítimos aos recursos e às necessidades das comunidades locais, dando a estas um papel

central no planejamento da proteção e do monitoramento das áreas protegidas.

1.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Endógeno

Diversas pequenas comunidades, no Brasil, percebem no desenvolvimento sustentável uma alternativa para não sucumbirem frente à dinâmica socioeconômica globalizante que, além de exaurir os recursos naturais com práticas de consumo irracionais, estimulam uma cultura homogeneizante, buscando a transformação das pessoas em consumidoras de produtos de multinacionais, aniquilando, muitas vezes, práticas culturais e hábitos de vida típicos de uma comunidade.

Diante desse contexto, surge o desenvolvimento endógeno. Com base nos ideais do desenvolvimento sustentável que, como mencionado, congregam importância social, cuidado ecológico e viabilidade econômica, o desenvolvimento local/endógeno preconiza o desenvolvimento material e social de comunidades locais conciliado com a preservação dos recursos e cultura locais. Para Beni (2006),

O desenvolvimento endógeno consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo. O território é um agente de transformação, não mero suporte de recursos e atividades econômicas, pois existe interação entre as empresas e demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. Assim, o desenvolvimento endógeno visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em relação à posição do sistema produtivo local na divisão nacional ou internacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local, o que leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e capacidades de cada economia e sociedades locais (BENI, 2006).

Para que isso ocorra é necessário que a comunidade tenha uma agenda comum, democraticamente estabelecida, através de um agrupamento coerente e mobilizado, para que de forma organizada possa fazer valer seus interesses enquanto povo frente às tensões estabelecidas junto ao mercado e interesses políticos alheios. Somente a partir da organização focada é que os movimentos

sociais podem ter efetivamente poder de discussão com alteridade com os demais atores que à seus interesses fazem frente. O movimento social organizado tem força política apta a mudar as políticas e planejamento sobre o território e seu uso. Hanai (2012), por sua vez, assevera que:

Desta forma, o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades.

O dinamismo e viabilidade em questão depende, em grande parte, das pequenas empresas e empreendedores individuais, que acabam tendo relevante papel na articulação entre o mercado, infraestrutura, capacidade produtiva, trabalho, conhecimento técnico e a comunidade. Dessa forma, recursos humanos, culturais, institucionais e econômicos compõem a base da capacidade de desenvolvimento (BENI, 2006). Entretanto, para que essa articulação ocorra com alteridade, é necessário que as identidades culturais estejam fortalecidas, de modo a não serem subjugadas pelos interesses de mercado locais e externo.

Isso não diminui o papel do Estado na defesa e proteção dos direitos humanos das comunidades (destacando-se aqui o direito humano à cultura, memória e preservação da identidade), pelo contrário: deve estimular a participação engajada dos atores sociais, por meio de políticas públicas inclusivas e programas que garantam acesso e voz na deliberação dos rumos da distribuição dos bens e serviços (inclusive turísticos) desenvolvidos no território – delineadores de seu uso, calcados nas vertentes econômicas, sociais e naturais, dentro de uma lógica de intervenção estatal focada na mitigação da desigualdade advinda da vulnerabilidade das comunidades tradicionais. Assim, conforme pontuado por Beni (2006), a intervenção pública deve constituir uma proposta transformadora, e não mantenedora do *status quo*. Aliás, destaca-se que a participação política das comunidades não deve ser meramente formal e submissa, mas empoderada, a partir do estímulo, que repete-se, deve partir do próprio Estado.

Pelo exposto, conclui-se que a participação da comunidade local, no processo de elaboração e desenvolvimento das políticas e atividades que as atenderão, é basilar para o desenvolvimento endógeno. Os autóctones tem papel preponderante, já que são eles que indicam suas necessidades e o que desejam para o futuro de seu território, percebido como patrimônio material e imaterial.

1.3.3 Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Nos últimos anos, o fenômeno turístico movimentou a economia mundial. Nos países tidos como em desenvolvimento, o turismo desponta como possibilidade de emprego, crescimento, desenvolvimento econômico e social. Entretanto, os maiores beneficiários deste fenômeno ainda são os países desenvolvidos, considerando-se que:

[...] mais da metade das chegadas e cerca de dois terços do turismo internacional – que, de acordo com os dados da OMT, chegaram a impressionante quantia de 476 bilhões de dólares em 2000 – continuam reservados aos ricos países industrializados (KRIPPERDORF, 2004).

O Turismo se disseminou pelo mundo, sobretudo após a segunda guerra mundial, como uma ideia de prática turística. Segundo essa concepção, os recursos naturais e culturais são a matéria prima do Turismo, podem ser transformados para atender a demanda. A natureza, suas paisagens, as sensações por ela proporcionadas foram transformadas em produto, ou seja, a paisagem se tornou, também, força produtiva. Bedim (2007) afirma que “o próprio apelo estético da paisagem é entendido enquanto força produtiva, já que a atratividade das formas naturais e culturais insurge como fator histórico geográfico de desenvolvimento econômico e social.”

Entretanto, naquele momento, os recursos naturais oferecidos pela natureza eram considerados insumos de baixo custo, em grande quantidade e de livre acesso, o que permitia seu uso intensivo sem preocupar com possíveis efeitos futuros. Bedim (2007) complementa:

A indevida apropriação da paisagem, por vezes incorporada indiscriminadamente enquanto mercadoria, a reduz a mero produto a ser consumido na lógica de reprodução capitalista. É o risco eminente da mercantilização exacerbada da natureza, invertendo assim o objetivo "ideal" do turismo nas áreas naturais protegidas.

Com essa percepção, com o passar do tempo, e com os diversos feitos do uso exacerbado e irresponsável dos recursos naturais e do território, a sociedade contemporânea começou a analisar criticamente o modelo turístico até então praticado. Uma tendência de preservação ambiental atravessou diversos campos da ciência e da economia. A responsabilidade ambiental passou a ser tema estratégico das empresas, juntamente com a sustentabilidade.

O mesmo aconteceu com o turismo. O perfil do turista vem se alterando nos últimos anos; passou a se preocupar em consumir áreas, meios de hospedagem e de alimentação ambientalmente e sustentavelmente responsáveis. Da mesma forma, a comunidade receptora também passa a exigir práticas turísticas que respeitem seus hábitos culturais, e que não danifiquem seu patrimônio histórico artístico ambiental.

Essa visão do uso intensivo dos recursos e suas possíveis consequências também foi problematizada por Romero (2004), ao afirmar que:

A concentração de atores e objetivos contraditórios sobre um mesmo lugar provoca a deterioração e a degradação dos recursos naturais e culturais, se a qualidade é ultrapassada pela pressão exercida pelas atividades econômicas forasteiras que ali se localizarem.

Percebe-se, assim, que das interações entre visitantes e visitados, características do fenômeno turístico, surgem preocupações relacionadas aos recursos ambientais, que se constituem inclusive como fator desencadeador das visitas. Boa parte dos atrativos turísticos é constituída como patrimônio ecológico/geológico não renovável. Portanto, projetos relacionados a esses sítios devem ser realizados com cautela e em âmbito interdisciplinar, haja vista as diferentes áreas do conhecimento envolvidas pelo fenômeno turístico.

Concomitante a isso, e considerando a participação da comunidade na elaboração de políticas que fomentam o desenvolvimento endógeno, a ideia de Turismo sustentável passa a ir ao encontro aos preceitos da sustentabilidade, na busca de uma atividade econômica com uso racional dos recursos. Hanai (2012) afirma, nesse contexto, que “o turismo se vincula a esta perspectiva, no intuito de propiciar melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente”.

Dessa forma, percebe-se que a ideia de desenvolvimento endógeno está atrelada e alicerça a sustentabilidade no contexto do turismo. Dentro dessa perspectiva, não é possível a concepção de sustentabilidade em relação ao fenômeno turístico se ela não tiver em seus fundamentos e pontos de partida o referencial do desenvolvimento endógeno, de modo a viabilizar o protagonismo da comunidade nas práticas e políticas vinculadas ao turismo.

Nesse contexto, Beni (2006) assevera, no contexto do chamado turismo endógeno, que este se desenvolveu, articulado às premissas da sustentabilidade e de necessidade de preservação do patrimônio histórico, étnico e ambiental, num contexto de que possibilidade de vivências e experiências

mais autênticas e genuínas, sem interferências de cunho comercial, bem como da opressão da obrigação de consumir, das tensões dos conglomerados urbano-industriais, do ter para ser, com o apelo simples de viver ainda não impregnado por artificialismos e tensões dialéticas. Porém, os efeitos positivos do desenvolvimento regional e endógeno dependem da incorporação do território socialmente organizado, da capacidade das populações locais de agir com criatividade a partir da produção do conhecimento, e das inovações geradas pelo seu tecido produtivo (BENI, 2006).

A sustentabilidade e desenvolvimento endógeno são levantados, então, como importante referencial para as práticas advindas da observação do fenômeno turístico, haja vista a necessidade de reflexão sobre os efeitos da atividade humana sobre o território; não só os efeitos econômicos, mas também os ambientais e culturais. Os vínculos com o meio ambiente, tradições culturais e história não podem

ser colocados em xeque pela atividade econômica de caráter exploratório, mas a ela se articularem.

Assim, um consenso em diversas partes do mundo, para os diversos agentes envolvidos, direta ou indiretamente no turismo, passa a se delinear a necessidade de integrar de maneira equilibrada objetivos socioeconômicos, conservação e uso sustentável dos recursos: “una indústria que guiada bajo los criterios convencionales de desarrollo tiene um limite visible de crecimiento” (MOLINA, 1999).⁶

O turismo sustentável propõe, diante desse quadro, desenvolvimento consciente das consequências de suas atividades (inclusive as negativas, buscando alternativas para erradicá-las ou mitigá-las), diante da percepção de que o crescimento desordenado, gerador de crescimento econômico, pode gerar também o esgotamento do patrimônio ambiental, descaracterização da cultura e desigualdade social.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), na busca pela difusão das premissas do turismo sustentável, valorizou, a partir do Código Ético Mundial para o Turismo (OMT, 1999), práticas turísticas responsáveis e atentas ao ambiente ecologicamente equilibrado, em detrimento das práticas sem consciência e massificadas. O turista preconizado pelo Código em questão é aquele que busca o lazer através de atividades que tragam conhecimento e enriquecimento, em relações de respeito com as culturas e ambientes visitados.

A OMT (2003) ainda define turismo sustentável como “aquele que atende as necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Percebe-se, com essa definição, que a OMT pretende defender o turismo como meio de garantir o crescimento socioeconômico das comunidades locais sem, no entanto, comprometer a integridade do patrimônio histórico, cultural e ambiental da localidade, garantindo longevidade às práticas turísticas. Ao inserir o turista na sua definição, a OMT compartilha com ele, inclusive, as responsabilidades pela preservação e manutenção dos recursos. Hanai (2012) pontua que:

⁶ Uma indústria que se guia pelos critérios convencionais de desenvolvimento tem um limite visível de crescimento.

[...] a OMT amplia os princípios do desenvolvimento turístico sustentável à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade.

Krippendorf (2004) sustenta, nesse sentido, que para inserir o turismo sob os três pilares da sustentabilidade (social, econômica e ambiental), o uso excessivo das reservas deve ser proibido, bem como medidas de combate a pobreza devem ser implementadas, principalmente nos países em desenvolvimento.

Rebollo e Baidal (2003) pontuam no sentido que:

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado em um equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do Turismo e a equidade social do desenvolvimento.

Basicamente, o turismo sustentável se liga ao equilíbrio entre os fatores ambientais, sociais e econômicos da atividade. Assim, como princípios norteadores do turismo sustentável, que não fogem aos princípios básicos do desenvolvimento sustentável, têm-se:

- a conservação e otimização dos recursos naturais, sejam eles renováveis ou não;
- consideração das identidades culturais das comunidades receptoras;
- práticas econômicas racionais que garantam ganhos financeiros, melhoria da qualidade de vida e equidade social para todos os envolvidos, sem, no entanto, afetar as práticas tradicionais, garantindo a manutenção dos recursos para as populações futuras.

Ainda, sobre as questões conceituais, necessária a diferenciação entre turismo sustentável e desenvolvimento sustentável do turismo. O primeiro se refere

ao objetivo a ser obtido por meio de um processo, que é o desenvolvimento sustentável do turismo. Esse último se refere às práticas que permitem que o fenômeno turístico local permaneça viável, ao longo do tempo, mantendo as condições ambientais e culturais. Hanai (2012) pontua que o turismo sustentável se relaciona ao objetivo a ser perseguido, enquanto o desenvolvimento sustentável do turismo é o processo necessário para tanto.

Alguns autores consideram que os estudos sobre turismo sustentável são incipientes; outros consideram que as pesquisas produzidas são vagas e, muitas vezes, não se comprometem com a participação dos autóctones, postulado do desenvolvimento sustentável. Hanai (2012), por exemplo, afirma que “verifica-se, portanto, que a concepção de turismo sustentável como um objetivo sustentável e prático para o turismo ainda não alcançou a maturidade”. Hunter (1997), por sua vez, aborda quatro dos enfoques mais frequentes sobre turismo sustentável. São eles:

1- turismo imperativo: voltado para atender as necessidades dos turistas, operadoras e grandes corporações turísticas.

2- produtos turísticos: o foco é desenvolver os produtos turísticos de maneira a aumentar ao máximo as suas potencialidades atraindo mais turistas e operadores.

3- turismo conduzido ambientalmente: o foco é no produto turístico como na abordagem anterior, porém prioriza a preservação ambiental às pressões mercadológicas.

4- turismo *neotenus*: essa vertente preconiza que o Turismo deve ser extinto em áreas onde a preservação ambiental é de extrema importância, como parques e reservas nacionais.

Analisando as reflexões sobre o turismo sustentável, é consenso que, com essa prática, busca-se manter a viabilidade do turismo no decorrer do tempo, bem como a dos patrimônios histórico, artístico, cultural e ambiental de determinadas localidades. É necessário equacionar as práticas turísticas com a preservação, de modo a garantir o turismo por tempo indefinido. Além disso, turistas e comunidade local devem estar envolvidos no mesmo propósito, o que exige constante renovação

em práticas de gestão do turismo, e as benesses da atividade devem ser estendidas a toda comunidade:

A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo operacionalmente ao planejamento futuro com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida das comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário o planejamento turístico integrado ao desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local turismo sustentável (HANAI, 2012).

Molina (1999) também defende que as bases do turismo sustentável tenham surgido do desenvolvimento sustentável na Rio 92, ainda que os princípios ali instituídos não tenham sido direcionados especificamente ao turismo. O autor destaca, ainda, que os países devem assumir juntos os desafios da conservação e do desenvolvimento sustentável, de acordo com suas possibilidades e seu grau de desenvolvimento, além do princípio da certeza total que diz que, mesmo que não se conheça o impacto futuro das atividades humanas no meio ambiente, não se pode deixar de atuar no presente. Além disso, enfatiza que a Agenda 21 reconheceu o Turismo como um dos setores com maior crescimento na economia mundial e que, por essa razão, seus impactos são cada vez maiores nos planos ambiental, social e cultural. Com isso, um dos maiores desafios do turismo sustentável é a mudança nos padrões de produção e consumo.

Após a Conferencia Rio 92, muitos esforços de sustentabilidade no turismo foram desenvolvidos pelo mundo. A Europa pode ser considerada a precursora com várias iniciativas como o Programa Bandeira Azul, instaurado em vários países da Europa Ocidental, com o objetivo de proteger e melhorar a qualidade das praias, além de desenvolver práticas e buscas de soluções sustentáveis para o Turismo. Outra iniciativa de destaque é a *Green Globe*, um programa lançado em 1994 pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo. Trata-se de um projeto que oferece oportunidades de desenvolvimento sustentável para a indústria de turismo e

hospedagem. Seu programa abarca temas como práticas verdes, ecoturismo, *marketing*, temas ambientais para alojamentos. No continente americano, destaca-se o Programa Americano para Desenvolvimento Sustentável do Turismo, promovido pela Organização dos Estados Americanos com atenção aos objetivos propostos na agenda 21.

Esses e outros programas em ação para o turismo sustentável ao redor mundo comungam basicamente dos mesmos objetivos, ou seja, uso racional e adequado dos recursos, participação da comunidade local, inclusive nos benefícios das atividades econômicas e preservações ambiental, cultural, patrimonial e histórica.

A comissão de desenvolvimento sustentável (CDS), um fórum intergovernamental criado para acompanhar as ações da agenda 21, recebeu diversas contribuições de organizações não governamentais (ONGs) ligadas, muitas vezes, ao Turismo. Suas reivindicações e apontamentos são muito pertinentes para o Turismo sustentável. Basicamente, as ONGs lutam pelo acesso das comunidades locais aos recursos naturais, manutenção da base cultural das comunidades, evitando que o turismo fomente atividades inadequadas, como o tráfico de drogas, a prostituição e a criminalidade, responsabilizando os que, de alguma maneira, danificam ou utilizam de forma inadequada os recursos.

Considerando a importância dada às práticas sustentáveis de Turismo, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), declarou o ano de 2002 como o ano Internacional do Ecoturismo. Naquele momento, a segmentação turística ainda era bastante utilizada pelos estudiosos, e o ecoturismo foi considerado relevante instrumento para efetivação de políticas relacionadas à sustentabilidade e conservação do ambiente natural (desde que seja adequadamente planejado, desenvolvido e manejado). A Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2002, definiu ecoturismo como:

Todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve (OMT, 2002).

Alguns anos antes, em 1994, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), juntos com Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), já tinham elaborado o seguinte conceito para a atividade:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MICT; MMA, 1994).

Independentemente da instituição que define o conceito, a maior parte dos conceitos de ecoturismo gira em torno de três princípios básicos: desenvolvimento sustentável, envolvimento das comunidades locais e educação ambiental.

A difusão desses conceitos começou também a transformar os valores dos consumidores. Dessa forma, destinações turísticas que não apresentem aos seus visitantes práticas sustentáveis de manejo do turismo acabarão perdendo espaço no mercado. Essa nova demanda chama atenção também dos operadores que passaram, em alguns casos, a exigir inclusive certificações de práticas sustentáveis. O processo de educação e conscientização dos autóctones também faz com que esses sejam os principais fiscais dos exploradores do turismo.

Apesar das críticas de alguns autores sobre a força e a consistência das políticas de turismo sustentável, assim como o desenvolvimento sustentável, o turismo, sob esse viés, deve ter construção e avaliação contínua com auxílio interdisciplinar para se alcançar os objetivos. Irving et al. (2005) corroboram nesse sentido, enfatizando que

O caminho da sustentabilidade em planejamento turístico não representa um produto acabado ou um ideal pré-fabricado, mas um processo contínuo de construção, que requer avaliação permanente e flexibilidade para mudanças, uma direção possível.

Nesse sentido, mesmo com inúmeros benefícios advindos de práticas sustentáveis de turismo, incluindo-se uma base que garanta os recursos para as comunidades futuras, é relevante frisar que o custo da transformação das práticas usuais para as sustentáveis é alto. São necessários investimentos em infraestrutura, educação ambiental, equipamentos, conscientização, dentre outros.

Para o turismo sustentável, a relação entre turismo e meio ambiente é complementar e, portanto, a infraestrutura local é importante aspecto para a verificação dos limites das atividades turísticas. Essa verificação depende da implementação de comissão interdisciplinar, sob protagonismo de um profissional com visão e postura sobre o exercício da interdisciplinaridade, necessário ao turismo sustentável, que orientará os trabalhos voltados para a educação ambiental, e que verificará, a partir da infraestrutura disponível, a capacidade de recepção local e seus efeitos, para mitigação dos aspectos negativos da visitação (lixo, poluição sonora, degradação dos ecossistemas, fuga de fauna vulnerável, depredação da flora, leito de rios, entre outros). Objetiva-se, dessa forma, cuidar da longevidade das atividades turísticas, ante o impedimento ou diminuição de riscos em relação à perda do patrimônio constituinte da atração a ser visitada.

Destaca-se, ainda, que o turismo é fenômeno que ocorre simultaneamente em todo mundo, com grande capacidade produtiva, porém com baixa capacidade regulatória, o que implica grande esforço para manutenção de práticas sustentáveis. A mudança deve ocorrer inclusive na forma como se vende uma destinação. Ao invés de atrair apenas mais ingressos de turistas, devem ser atraídos turistas com objetivos claros na sustentabilidade, como em áreas ambientais e culturais. Molina (1999) cita o exemplo da Austrália, que o desenvolveu para integrar biodiversidade, ecoturismo e turismo baseado na natureza. Basicamente, o programa se concentra em três pontos principais: sistemas de informação, educação e *marketing* para o turismo, mecanismos de financiamento e o envolvimento da indústria turística nas estratégias de uso dos recursos naturais.

Em suma, o turismo de base sustentável busca conciliar preservação ambiental, participação comunitária, manejo racional do patrimônio histórico e cultural com os objetivos econômicos. “La sustentabilidad turística no persigue la

preeminência de los objetivos de la conservación por sobre los económicos y sociales, sino una integración entre ellos” (MOLINA, 1999)⁷.

Krippendorf (2004) complementa essa percepção, ao afirmar:

Política coerente: O engajamento político é crucial para a proteção dos direitos humanos e para a criação de políticas integradas para equilibrar as preocupações ambientalistas, econômicas e sociais em todos os níveis. Somente então as futuras gerações, em todas as partes do mundo, poderão viver dignamente e aproveitar seus feriados e horas de lazer.

O desenvolvimento de projetos para longo prazo se torna, assim, um dos alicerces da sustentabilidade, demandando, como dito, a participação da comunidade, para interação entre visitantes e visitados, adequada a ambos. Busca-se, então, a inclusão comunitária e efetiva participação política de todos, num projeto de desenvolvimento integrado, e focado na conservação ecológica e nas formas de organização social dentro do território visitado, pois

É preciso buscar o apoio da comunidade desde o início da organização territorial destinada a impulsionar o turismo. Sabe-se que é difícil, mas é possível, até imprescindível, para se alcançarem os resultados satisfatórios do desenvolvimento sustentável do turismo com base local (MAGALHÃES, 2002).

Por fim, Beni (2004) afirma que o turismo se alicerça em 04 pilares: o ambiental, que é a fonte dos atrativos; o social, que alcança os autóctones e seu patrimônio histórico cultural; o econômico, que envolve toda a cadeia produtiva direta e indiretamente envolvida com o turismo, sempre trabalhando em prol da sustentabilidade e; o político, como agente fomentador e criador de políticas que possibilitem práticas sustentáveis com crescimento econômico.

Busca-se, portanto, a conciliação entre os interesses econômicos e ecológicos para que o desenvolvimento sustentável se torne realidade. Convergem

⁷ A sustentabilidade turística não busca a supremacia dos objetivos de conservação sobre os econômicos e sociais, mas sim a integração entre eles.

para este projeto, principalmente, a viabilidade econômica, a priorização do meio ambiente e a justiça social. Há, portanto, três etapas para a verificação da sustentabilidade turística: a ecológica, a sociocultural e a econômica, amparadas pelo desenvolvimento ambiental, empoderamento e autonomia comunitários, além de desenvolvimento econômico focado na persistência de recursos para gerações vindouras.

1.4 GEOPARQUES E AS POSSIBILIDADES DA GEOCONSERVAÇÃO, GEOEDUCAÇÃO E DO GEOTURISMO

1.4.1 Histórico

A preservação ambiental e os temas relacionados a ela tem sido uma constante, desde a segunda metade do século XX. O risco de extinção de diversas espécies de fauna e flora do planeta, as alterações climáticas e suas consequências. em todo mundo, podem ter sido ocasionadas pela destruição do patrimônio ecológico. Diante disso, com o propósito da manutenção de espécies da fauna e flora mundial, inclusive dos seres humanos, ações direcionadas à preservação ambiental começaram a se difundir pelo mundo.

O marco inicial, voltado para as práticas preservacionistas, foi a criação da primeira unidade de conservação da modernidade, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América, em 1872, onde se encontra o gêiser⁸ mais famoso do mundo, denominado *Old Faithful*.

⁸ O gêiser é uma espécie de fonte termal que, periodicamente, tem erupções, ou seja, através dele uma grande coluna de água quente é expulsa para o ar.

Figura 1: Parque Nacional de Yellowstone – Estados Unidos



Fonte: <<http://www.nps.gov/yell/index.htm>>⁹

As primeiras propostas de preservação no Brasil foram feitas pelo Engenheiro André Rebouças, quando em 1876 publicou um artigo denominado “Parque Nacional”, no qual analisa questões referentes à preservação e, inclusive, quanto ao potencial turístico dos parques (URBAN, 1998).

A 1ª Conferência Brasileira para a Proteção da Natureza ocorreu no Rio de Janeiro, em 1934. Neste mesmo ano, a própria Constituição Brasileira dava à União a responsabilidade pela preservação de belezas naturais e monumentos de valor histórico. O artigo 134 da Constituição de 1937 manteve tal encargo.

Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937).

O Parque Nacional de Itatiaia, primeiro Parque Nacional brasileiro – localizado no Maciço do Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais - foi criado em 1937. Posteriormente, em 1939, foram criados o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu. A partir da década de 1960, com o aumento do desmatamento nas regiões norte e centro-oeste, houve aumento da criação de parques em regiões distintas do eixo sul-sudeste, com objetivo de preservar áreas da expansão agrícola. Segundo Oliveira (2002),

No estado de Goiás o surgimento da primeira Unidade de Conservação ocorreu em 1959, com a criação do Parque Nacional

⁹ <http://www.nps.gov/yell/index.htm>. Acesso em setembro de 2015.

do Araguaia, atualmente localizado no estado do Tocantins. A autora também informa que em seguida foram criados mais dois parques, no ano de 1961, o Parque Nacional das Emas e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, ambos em território goiano. Porém, o primeiro parque estadual só foi criado onze anos depois da criação do primeiro parque nacional em território goiano. Em 1970, iniciou-se a implantação da primeira Unidade de Conservação do estado de Goiás, o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, ligado a fatores geológicos e hidrogeológicos.

Em 1965, foi publicado o Código Florestal Brasileiro – Lei 4.771, que distribuía a responsabilidade pela preservação entre União, Estados e Municípios. Em seu art. 5º, o Código diz que:

o Poder Público criará Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos¹⁰.

Já no cenário internacional, destaca-se como marco a Conferência das Nações Unidas de 1972, a qual, diante da constatação da crescente ameaça de destruição de patrimônios cultural e natural, procurou estabelecer critérios para a proteção desses bens únicos. Conforme a Unesco, o patrimônio natural da humanidade consiste em:

Monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; e os locais de interesse natural ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

¹⁰O Código Florestal em questão foi revogado pela Lei 12.651/2012 (“novo código florestal”), o que não desmerece sua menção uma vez que a nova lei contempla as unidades de conservação denominadas parques/reservas biológicas, mas tão somente Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Uso Restrito, e Áreas de Reserva Legal, além de estabelecer critérios para a exploração de florestas, manejo do solo, entre outras questões de cunho agrário ou agrícola. A justificativa para esta exclusão é exatamente que, quando da promulgação do novo código florestal, a proteção dessas áreas já existia por meio da Lei do SNUC e Constituição Federal.

Assim, cabe aos países escolherem os itens que se enquadram nos parâmetros de patrimônio, indicando-os à Unesco. São realizadas visitas aos locais, seguidas de análise técnica pela equipe ligada às questões do patrimônio mundial, a qual poderá recomendar a inscrição do sítio na lista de patrimônios da humanidade, ou solicitar novas informações. A aceitação, recusa ou pedido de mais informações é de competência do Comitê do Patrimônio Mundial, composto por representantes dos subscritores da Convenção de Paris de 1972 (resultante da Conferência Geral da Unesco de 1972, realizada na capital francesa).

Referida norma internacional propõe que os países tenham mecanismos internos de proteção de seus respectivos patrimônios naturais e culturais, através de serviços de proteção, conservação, educação, políticas públicas, pesquisa científica, além da utilização de instrumentos normativos, financeiros e administrativos. O Brasil tornou-se signatário da convenção, em 1 de setembro de 1977.

Um ano antes, em 1971, a Unesco lançou o programa “o Homem e a Biosfera”, voltado à proteção de ecossistemas que, ao depararem-se com a atividade humana, geram mudanças na biosfera e reflexos no meio ambiente. O programa também visa analisar as relações entre os ecossistemas e processos socioeconômicos, valorizando o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental¹¹. Conforme o Ministério do Meio Ambiente, as Reservas da Biosfera são reconhecidas como modelo, sendo que, no Brasil, há sete delas: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço¹².

Seguindo referidas premissas da Unesco, em relação ao patrimônio natural e reservas da biosfera, em 1992, foi encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Entretanto, o mesmo só foi aprovado como lei em 18 de julho de 2000 – Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. De acordo com o artigo 2º a Lei:

¹¹ <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/>. Acesso em 03/04/2016.

¹² <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera>. Acesso em 03/04/2016.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Já no capítulo II, artigos 3º e 4º, da Lei n. 9.985, é apresentada a concepção do SNUC e seus objetivos, dentre os quais se destacam, para o presente trabalho, os incisos IV ao VII, e IX ao XIII:

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

(...)

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

(...)

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Percebe-se, portanto, que o inciso VII do artigo 4º inclui a proteção do patrimônio geológico e geomorfológico dentre as diretrizes do SNUC, constatando-se que os geoparques e a proteção de seus possíveis acervos já se encontram embasados inclusive no normativo nacional.

No que tange ao patrimônio geológico brasileiro, em linhas gerais, afirma-se que o relevo se destaca na paisagem proporcionando cenários exuberantes e mirantes que permitem a contemplação de áreas pouco conhecidas. Na constituição do relevo, destacam-se as serras, os picos, as chapadas e afloramentos de rochas, cujos melhores exemplos são: as chapadas Diamantina (na Bahia), dos Veadeiros (em Goiás), dos Guimarães (em Mato Grosso); Pão de Açúcar (no Rio de Janeiro); picos vulcânicos do Cabugi (no Rio Grande do Norte) e de Nova Iguaçu (no Rio de Janeiro); Cataratas do Iguaçu (no Paraná); Cabo de Santo Agostinho (em Pernambuco); dentre outros. Todos esses diferentes tipos de relevo são formados por rochas sedimentares, ígneas e metamórficas. Esses locais são excelentes para a criação de sítios geológicos-geomorfológicos, hoje muito utilizados para a prática do turismo de aventura por meio de atividades como o *traking*, *happel*, *offroad* e outras (NASCIMENTO, AZEVEDO, MANTESSO NETO, 2007).

O patrimônio geomorfológico pode também ser entendido como geodiversidade. A palavra é composta de 02 vocábulos: *gê*, de origem grega significa Terra e *diversitate*, de origem latina, que significa diversidade. Independente da questão vocabular, o conceito em questão é considerado novo. Brilha (2005) diz que surgiu por ocasião da Conferência de Malven sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada em 1993, no Reino Unido. Vários autores têm tentado definir geodiversidade, principalmente autores de países europeus como Alemanha, Portugal e Inglaterra, além de autores australianos.

No Brasil, o organismo oficial, fomentado e financiado pelo Governo, responsável pelo programa Geologia do Brasil, é a Companhia de Pesquisa de Recurso Mineral / Serviço Geológico – CPRM, criada em 1969, como empresa de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a missão estratégica de organizar e sistematizar o conhecimento geológico do território nacional. Entretanto, a Lei 8.970, de 27 de dezembro de 2004, alterou o regime jurídico vigente para empresa pública, iniciando a era do Serviço Geológico, com foco para a geologia e a hidrologia básicas, com o desenvolvimento concomitante das áreas de aplicações, como geologia ambiental, hidrogeologia e riscos geológicos.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em meados da década de 1990, criou grupo de trabalho instituído como Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), com a participação de várias instituições interessadas, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Brasileira para Estudos do Quaternário (ABEQUA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Petróleo Brasileiro SA (Petrobras), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP). Diante disso, a SIGEP começou a ter, como função principal, o gerenciamento de um banco de dados nacional de geossítios, e sua disponibilização para o público, em geral em inglês e português, na *Internet*. Além disso, a SIGEP já publicou dois livros contendo informações de mais 50 geossítios brasileiros de interesse preservacionistas.

1.4.2 Abordagem conceitual para compreensão dos Geoparques

Para que se compreenda a proposta de criação de geoparques, é necessário o esclarecimento de algumas questões conceituais. Nesse sentido, anota-se que um geoparque deve ser sustentado pelo tripé: geoconservação – geoeducação – geoturismo. Diante disso, necessário que sejam apresentados os fundamentos desse tripé, para que, de posse desse conhecimento, a posterior análise de propostas de implementação de geoparques ocorra de forma objetiva.

Com o panorama exposto, de discussão sobre patrimônio geológico, geoconservação e geodiversidade sendo difundidos, mas sem alcançar local de destaque na criação de novas unidades de conservação, é necessário o diálogo com a realidade estrangeira.

A Rede Europeia de Geoparques (REG), por exemplo, foi composta inicialmente por França, Alemanha, Grécia e Espanha; foi criada em 2000, com o objetivo de estimular a troca de conhecimentos sobre o assunto entre os membros e aproveitar dos recursos em comum oferecidos pela União Europeia. Atualmente, a

REG é composta por oito países e objetiva, conforme Brilha (2005), “promover a geoconservação em seu território e a educação geológica tanto do público como dos estudantes, criando bases para o desenvolvimento sustentável das populações integradas na área de influência dos Geoparque”.

Já em 2004, foi criada pela UNESCO a Rede Global de Geoparques Nacionais (GGN), com sede em Pequim. Seus objetivos caminham de encontro aos objetivos da REG. Para incluir um geossítio na GGN, há uma série de exigências, normas e passos presentes no documento denominado "*Operational Guideline for Geopark Seeking UNESCO's Assistance*". De maneira sucinta, é necessário submeter documento ou dossiê de candidatura (*application dossier*) à Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra (*Division of Ecological and Earth Sciences*) da Unesco. O dossiê deve adotar as determinações da Rede Global de Geoparques e, posteriormente, será submetido a uma avaliação que inclui uma visita *in loco* de especialistas ligados à rede. Importante salientar que o geoparque necessita estar em funcionamento antes de sua submissão à RGG.

Atualmente, a GGN conta com 111 geoparques distribuídos por 32 Estados-membros assistidos pela UNESCO¹³. Nas Américas existem, atualmente, 3 geoparques da RGG: Brasil (Araripe Geopark), Canadá (Stonehammer Geopark) e Uruguai (Grutas del Palacio Geopark).

Ribeiro (2014), em sua tese de doutorado, apresenta o significado dos geoparques para a Unesco:

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), geoparque é uma área onde sítios do patrimônio geológico representam parte de um conceito holístico de proteção (...). Deve gerar atividade econômica, notadamente através do turismo, e envolve um número de sítios geológicos de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens. Aspectos arqueológicos, paleontológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes de um Geoparque.

Brilha (2005) ratifica esse entendimento, afirmando que

¹³<<http://www.globalgeopark.org/homepageaux/tupai/6513.htm>>. Acesso em 18/07/2015.

A criação de Geoparques pode constituir um importante instrumento na concretização do desenvolvimento sustentável. Um geoparque é uma área em que se conjuga a Geoconservação e o desenvolvimento econômico sustentável das populações que a habitam. Procura-se estimular a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, com o envolvimento empenhado nas comunidades locais.

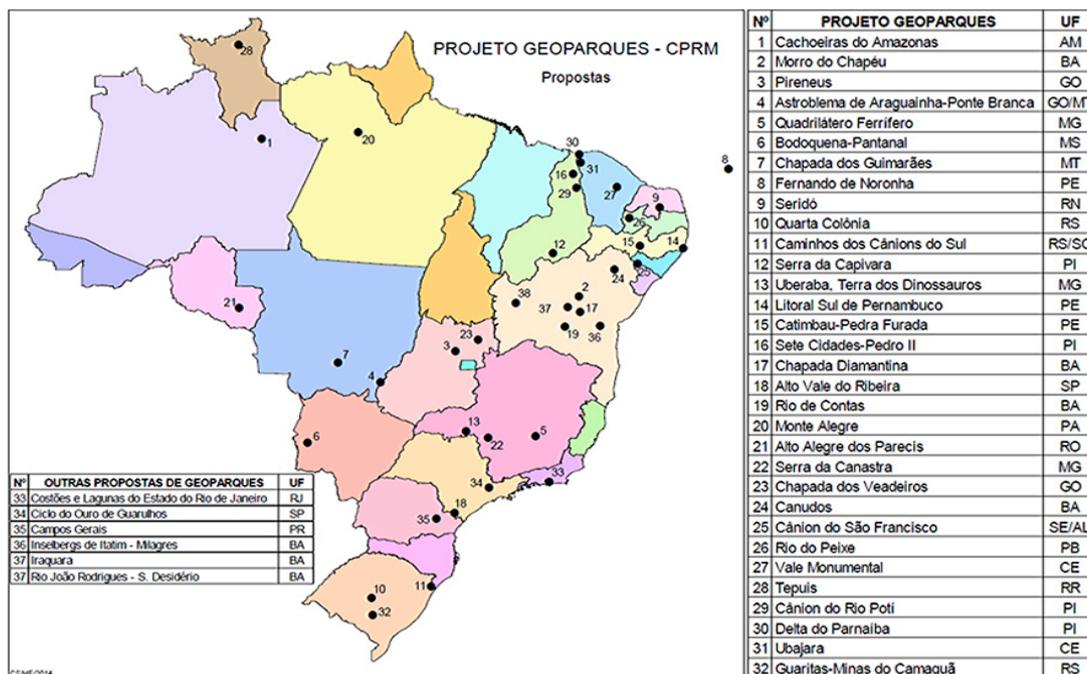
Nos finais dos anos 90, a Divisão de Ciências da Terra da UNESCO promoveu a criação do programa geoparque no seio daquela organização, como resposta a reconhecimento crescente da necessidade de conservação do Patrimônio Geológico (Eder, 1999). Para a UNESCO, um geoparque é um território com limites bem definidos e com uma área suficientemente alargada de modo a permitir um desenvolvimento sócio econômico local, cultural e ambientalmente sustentável. O Geoparque deverá contar com geossítios de especial relevância científica ou estética, de ocorrência rara, associados a valores arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais.

Com essa visão de preservação do patrimônio geológico, em 1989/90, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), junto com a União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for the Conservation of Nature - IUCN*) e da União Internacional das Ciências Geológicas (*International Union of Geological Sciences – IUGS*) iniciou uma listagem com sítios geológicos, ao redor do mundo, de valor universal denominada Lista Indicativa Global de Sítios Geológicos (*Global Indicative List of Geological Sites ou GILGES*), substituída, em 1996, pela Global Geosites da IUGS (*Database on Geological Sites*), objetivando criar uma base de dados global de sítios geológicos.

Referidas ações foram o ponto de partida para um projeto mais amplo, que não tinha como objetivo apenas ações pontuais: o Projeto Geoparques, criado pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Atualmente, no Brasil, as propostas de elaboração de Geoparques¹⁴ foram elaboradas, neste projeto, por um corpo técnico qualificado na área geológica. O Projeto Geoparques tem como escopo a identificação, levantamento, descrição, inventário, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques no território nacional.

¹⁴ À exceção do Geoparque do Araripe, criado em 2006, como o primeiro geoparque das Américas, durante a *2nd UNESCO Conference on Geoparks*, que se realizou em Belfast, Irlanda do Norte.

Figura 2: Propostas de Geoparques – CPRM



Fonte: <http://www.cprm.gov.br/>¹⁵

Após pesquisas e viagens de campo, em 2012, a CPRM publicou o primeiro volume do livro sobre propostas de geoparques (CPRM, 2012). Dentre elas, 14 relacionam-se ao Projeto Geoparques. Na figura 03, é possível identificar as propostas do projeto. Percebe-se grande concentração de propostas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

1.4.3 Geodiversidade e Geoconservação

Iniciando-se a abordagem dos conceitos em questão, basilares para a compreensão da implementação e gestão dos geoparques, importante que se perceba que, no debate sobre o patrimônio geológico, é de extrema relevância o conceito de geodiversidade, difundido pela CPRM (2006) como sendo:

O estudo da Natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que

¹⁵ <http://www.cprm.gov.br/>. Acesso em setembro de 2015.

proporcionam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

Entretanto, para que a geodiversidade se sustente, é necessário que a geoconservação a ela se articule. Apesar de incluída na lei que institui SNUC, a conservação do patrimônio geológico não possui protagonismo quando da criação da maior parte de unidades de conservação no Brasil. O que se observa é que, muitas vezes, esse patrimônio está presente em outras áreas de preservação e, por isso, acaba sendo protegidos indiretamente. Ruchkys (2007) afirma que:

A ocorrência de valores geológicos enquadrados em áreas protegidas, frequentemente, é uma mera coincidência. No Brasil, os fenômenos geológicos têm sido protegidos de forma casual, entre os valores biológicos, estéticos e culturais, em vez de serem por seus próprios valores científicos.

Por se tratar de um elemento novo no meio acadêmico, não há um consenso sobre as dimensões conceituais de geoconservação. Schobbenhaus (2009) destaca que:

O conjunto de geossítios inventariados e caracterizados numa dada região ou no contexto de um geoparque constitui o Patrimônio Geológico. Os sítios geológicos não são apenas objetos tridimensionais naturais, mas eles nos fornecem informações sobre uma quarta dimensão: a história da dinâmica da Terra e a história da vida da Terra (s/p).

Para Brilha (2005), antes de qualquer definição é importante salientar que o patrimônio geológico engloba patrimônio paleontológico, o patrimônio mineralógico, hidrogeológico, dentre outros. Na mesma obra, o autor define geossítio, patrimônio geológico e geoconservação:

Geossítio – ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (afloramentos quem em resultados da ação de processos naturais

quer devido à intervenção humana), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico.

Patrimônio Geológico – é definido pelo conjunto de geossítios inventariados e caracterizados numa dada região.

Geoconservação – tem como objetivo a conservação e gestão do patrimônio geológico e processos naturais a ele associados.

Importante destacar a importância da geoconservação nos processos educacionais. Quando um geossítio de relevância é inserido em algum programa de preservação ambiental, garante-se que estudantes de gerações futuras acessem aquelas informações, estudem e façam relações pertinentes daquele território com a contemporaneidade. Para Brilha (2009),

[...] a geoconservação assegura a manutenção do valor científico dos geossítios, permitindo que as futuras gerações de geólogos continuem a ter acesso aos melhores e mais completos testemunhos da história geológica do nosso planeta.

1.4.4 Geoparques como processo de Geoeducação

A geoeducação, por sua vez, se insere dentro de uma perspectiva em que os geoparques devem fomentar a divulgação de conhecimento sobre determinada fase do passado e evolução da Terra que permitiram certa formação geológica, concebendo-se a geodiversidade como herança coletiva, no intuito de decodificar a paisagem que se apresenta ao visitante, garantindo-o uma visão mais científica dela (BENTO e RODRIGUES, 2010).

A política pública nacional de educação ambiental, apesar de em constante possibilidade de (re)discussão, foi instituída pela Lei 9795/1999, a qual predispõe que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

(...)

[é objetivo da educação ambiental o] incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (BRASIL, 1999).

Um dos objetivos da geoeducação é proporcionar ao cidadão leigo acessos à área geológica e à informações sobre aquele geossítio de maneira clara, sem que o mesmo tenha que ter conhecimento prévio de geologia para entender os conceitos. Ao mesmo tempo, deve-se inserir no conhecimento disseminado informações sobre a importância de preservação ambiental bem como da geoeducação. Segundo Brilha (2004),

O cidadão comum, normalmente com um baixo conhecimento sobre o que são as Geociências e qual a sua importância para a sociedade tem agora a possibilidade de se aperceber do modo como a geodiversidade condiciona todo o desenvolvimento natural e humano. Uma paisagem, por exemplo, deixa apenas de ser apreciada pelo seu valor estético, mas também por aquilo que ela representa em termos de evolução dos processos geológicos, biológicos e humanos.

Não se pode desconsiderar a importância dos geoparques para a educação continuada de técnicos especializados. A manutenção, preservação e possibilidade de visita de técnicos, geólogos e estudantes da área e de áreas correlatas permitem que diversas gerações de cientistas tenham acesso *in loco* das formações geológicas responsáveis por diversas situações do presente, desde a maneira de exploração e formação do território até as necessidades daquela região, como possíveis programas de irrigação ou distribuição de água potável.

Além disso, tendo as práticas geoeducativas como marco para o Turismo no âmbito dos geoparques, viabiliza-se a inserção da comunidade, na qualidade de conhecedora da realidade do território – e constituinte do mesmo.

Visitas técnicas ou apenas excursões de estudantes, independentes do nome, exercem fator preponderante sobre o aprendizado do aluno de qualquer nível escolar. É a junção da teoria com a prática, do conhecimento científico baseado em dados e imagens fotográficas para o empírico. É muito comum, em Minas Gerais,

estudantes quando pesquisam o ciclo do ouro no período colonial fazerem, junto as suas escolas, visitas às cidades históricas, especialmente Ouro Preto, onde ocorria a cunhagem do ouro e a separação do quinto real. Tal prática estimula não apenas os alunos, mas também os docentes que percebem novas maneiras de ensinar, de aliar conteúdo e prática, além do entusiasmo percebido ao verificar o arrebatamento dos alunos. Vale ressaltar que a visita a um geoparque pode ter caráter multidisciplinar, envolvendo perspectivas históricas, econômicas, sociais e ambientais. Para Brilha (2009), os “geoparques constituem locais privilegiados para o desenvolvimento de ações de formação para professores. Dado o caráter multidisciplinar de um geoparque, é possível organizar atividades para professores de diversas especialidades”. Cita que estudantes, ao visitarem uma região granítica conseguem perceber o motivo de tal material estar nas construções ou, ainda, entender que as características do solo interferem diretamente na alimentação dos autóctones.

Práticas geoeducativas em geoparques também são passíveis de gerar excelentes resultados no fortalecimento da aprendizagem. Brilha (2009) comenta que, em Portugal, o nível de visitação de estudantes e professores aos geoparques superou as expectativas. Em Naturtejo, por exemplo, o geoparque, em apenas quatro meses de funcionamento, recebeu 1543 alunos e 167 professores.

1.4.5 Geoturismo

Diante da necessidade de preservar-se o patrimônio geológico e, ao mesmo tempo, de divulgá-lo, delineia-se a ideia de geoturismo, considerado grande parceiro nas ações para a valorização e preservação do patrimônio geomorfológico. Recentemente, Ruchkys (2007) definiu o geoturismo como sendo

[...] um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio o tornado acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.

Entretanto, a primeira definição disseminada pertence ao inglês Thomas Hose (1995), que diz que Geoturismo é o fornecimento de serviços e utilidades para interpretação, para facilitar aos turistas o entendimento a e aquisição de conhecimentos de um sítio geológico e geomorfológico ao invés da simples contemplação.

Apesar dos questionamentos e recentes análises sobre a possibilidade ou não de segmentação do turismo, tal conceito surge para enfatizar a necessidade de preservação dos sítios geológicos, para estimular a visitação nas áreas onde se encontram os geossítios e potencializar a divulgação sobre os mesmos.

De qualquer forma, a segmentação é mencionada apenas para que se estabeleçam critérios mais objetivos sobre o geoturismo, a partir de suas especificidades. Moreira (2010) analisa a situação da seguinte maneira:

O que diferencia o ecoturismo do turismo convencional é o fato dele ser considerado uma segmentação turística responsável, que cumpre critérios e princípios básicos de sustentabilidade, e o geoturismo também segue esses critérios, contemplando os aspectos geológicos como os principais atrativos turísticos. [...]De qualquer forma, o Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Técnico Científico, Geoturismo, entre outros, podem estar vinculados, visto que os meios interpretativos voltados aos aspectos geológicos podem ser utilizados por qualquer uma das modalidades de turismo praticadas em áreas naturais. Assim, o Geoturismo pode compartilhar experiências realizadas em outras modalidades de turismo em áreas naturais e mesmo assim permanecer distinto em seus objetivos. Em combinação com outras formas de turismo, pode adicionar outra dimensão e diversidade ao produto turístico oferecido.

O fenômeno turístico é único, não podendo as suas vertentes serem analisadas de forma desarticulada; nesse sentido, ecoturismo, turismo de aventura, turismo técnico científico, dentre outros, se articulam e se interpenetram com o geoturismo, o qual é concebido a partir da responsabilidade ambiental, seguindo critérios sustentáveis, com o objetivo principal de conservação do patrimônio geológico.

O geoturismo é apresentado como um segmento turístico alinhado ao ecoturismo, em virtude do fundamento na sustentabilidade, uma vez que consiste

em Turismo com responsabilidade ambiental, que busca interpretar e compreender os processos geológicos inseridos na caracterização de determinada paisagem.

Ante a percepção da geodiversidade e da divulgação de uma identidade única para cada lugar, a atividade geoturística apresenta-se como importante vetor para a conservação e sustentabilidade locais, inclusive por ações de cunho pedagógico, focadas na preservação do patrimônio geológico (NASCIMENTO, RUCHKYS, MANTESSO-NETO, 2007).

O perfil do geoturista, segundo Hose (1995), é dividido em duas categorias: o geoturista dedicado que visita os geossítios com propósitos científicos, de crescimento intelectual e pessoal e o geoturista casual que prioriza o prazer ou a simples contemplação de uma paisagem.

Basicamente, apesar das diversas definições, a atividade geoturística, ora defendida, é contrária àquela que contribui para a perda de qualidade ambiental e desgaste da paisagem dos destinos turísticos. Insere-se no contexto de manutenção, para gerações futuras, dos elementos abióticos que marcam a história evolutiva da Terra - da geodiversidade em sentido amplo.

Dessa forma, as atividades geoturísticas são compostas por atividades de geoconservação e atividades de geoeducação, as quais, de forma articulada e interdependente, propiciam uma experiência geoturística, para além das fronteiras da visita contemplativa, num ciclo positivo de indução ao desenvolvimento local (BENTO e RODRIGUES, 2013). Fecha-se, assim, o círculo de sustentação teórica da implementação e gestão dos geoparques, permitindo-se que os visitantes não apenas contemplem a paisagem cênica e natural, mas decifrem-na, interpretem-na.

No Brasil, dentre as iniciativas isoladas de ações geoturísticas, destaca-se o Projeto Caminhos Geológicos do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pelo Serviço Geológico Estadual (DRM-RJ), que foi iniciado, em 2001, de forma pioneira. Conforme Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto (2007), o objetivo principal do projeto é difundir o ensino geológico no Rio de Janeiro, a partir da geoconservação.

Já Estado do Paraná, em 2003, através de seu serviço geológico (Minerais do Paraná S.A – Mineropar), juntamente com o Projeto Sítios Geológicos e Paleontológicos do Estado do Paraná, se associaram para editar material de

divulgação e orientação em relação a estes sítios no respectivo estado, com vistas a valorizá-los, inserindo-os no contexto de rotas turísticas de aventura, ecológica e lazer. Os estados da Bahia e Rio Grande do Norte, em 2003 e 2006, respectivamente, também abrigaram projetos no mesmo sentido, a partir de parcerias entre a CPRM, Petrobrás e Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (NASCIMENTO, RUCHKYS E MANTESSO-NETTO, 2007).

1.4.6 A primeira experiência das Américas: O Geoparque do Araripe

Partindo-se da premissa de que os geoparques se inserem em territórios de valor geológico, histórico, cultural e ambiental, após iniciativa do Governo do Estado do Ceará e da Universidade Regional do Cariri (URCA), no ano de 2006, foi submetida à UNESCO a proposta de inserção do Geoparque do Araripe na Rede Global de Geoparques, que foi aprovada no mesmo ano (BACCI, BOGGIANI, PIRANHA, DEL LAMA, 2009).

A proposta dos geoparques parte da perspectiva apresentada por Albagli (2004), no sentido que:

Da perspectiva do desenvolvimento local, ao contrário, o território atua como elemento de transformação sociopolítico – econômica, representando o locus privilegiado para novas formas de solidariedade, parceria e cooperação entre os diferentes agentes econômicos, políticos e sociais. Constitui-se assim em espaço para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades, estabelecendo-se uma dinâmica virtuosa entre o moderno e o tradicional.

Nesse sentido, importante o destaque que, para que um geoparque tenha o reconhecimento da UNESCO, reitera-se ser imprescindível que a proposta contemple projetos de desenvolvimento regional, o que inclui atividades econômicas, sem prejuízo do compromisso de participação da comunidade de sua construção e desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento da proposta de geoparque se

sustenta na educação, conservação e geoturismo (BACCI, BOGGIANI, PIRANHA, DEL LAMA, 2009).

O Geoparque do Araripe se encontra no sul do estado do Ceará, na porção cearense da Bacia Sedimentar do Araripe e abrange seis municípios da região do Cariri, em área aproximada de 3.441 km², nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Possui nove geossítios de interesse: Colina do Horto, Cachoeira de Missão Velha, Floresta Petrificada do Cariri, Batateiras, Pedra Cariri, Parque dos Pterossauros, Riacho do Meio, Ponte de Pedra e Pontal da Santa Cruz (MOCHIUTTI, GUIMARÃES, MOREIRA, LIMA, FREITAS, 2012).

O Geoparque Araripe foi definido como um território de significativa importância geológica, destacado pela sua rara beleza. Estes patrimônios da Terra são parte de um conceito integrado de proteção, educação e estratégia de desenvolvimento sustentável (HERZOG et. al., 2008).

Localiza-se na Bacia Sedimentar do Araripe,

sequência predominantemente mesozoica, localizada no extremo sul do Estado do Ceará, compreendendo ainda porções dos Estados de Pernambuco e Piauí, numa área aproximada de 10 mil quilômetros quadrados, regionalmente inserida no conjunto geotectônico informalmente referido como bacias inferiores do Nordeste (SALES, 2005, *apud* MACÊDO; PINHEIRO, 2014).

Destaca-se, ainda, que a principal cidade da Chapada do Araripe, Juazeiro do Norte, abriga o geossítio mais visitado do geoparque: a Colina do Horto, local onde se situa a famosa estátua do Padre Cícero, líder religioso tido como santo para os nordestinos. Trata-se, portanto, de local de grande fluxo de visitação, para o qual convergem a história, cultura, religião e geologia – assumindo o turismo sustentável importante papel para a preservação do patrimônio local, em todas as suas vertentes.

Na proposta de criação do geoparque, houve convite de participação à comunidade local, eis que entre os seus objetivos está a melhora em sua qualidade de vida dessa comunidade, construída sobre três pilares, estabelecedores de suas

relações empíricas: a geoeducação, a geoconservação e o geoturismo (GEOPARK ARARIPE, 2011).

Importante destacar que a proposta do geoparque foi concebida sobre a perspectiva de que a comunidade deve se apropriar do geossítio, a partir do conhecimento sobre o local em que vive, procurando obter lucro sem esgotar os recursos naturais ou destruí-los – uma proposta para o desenvolvimento sustentável. Percebe-se, portanto, preocupação com a promoção do crescimento econômico da comunidade atrelado à proteção do patrimônio geológico.

O modelo de desenvolvimento aqui adotado, portanto, relaciona-se com o uso adequado do patrimônio protegido pelo geoparque, sem degradação, de modo que a população possa fazer uso do território para retirar os seu sustento, de forma livre. O desenvolvimento se relaciona com a liberdade dos sujeitos para buscar, dentro de limites éticos, oportunidades de crescer economicamente e ter acesso a serviços de educação, saúde, etc; enfim, ter sua cidadania e bem-estar viabilizadas a partir da exploração consciente e sustentável.

A agricultura faz parte da base da economia da região, que, a despeito de melhoras na renda per capita, mantém a característica de concentração e desigualdade. A maior parte da população economicamente ativa e ocupada no Araripe desempenha atividades laborativas no setor agropecuário, de caráter familiar, o que faz que o setor possua relevante papel econômico e social na região, haja vista garantir trabalho e renda para uma alta parcela da população. Ressalta-se que em todas as cadeias produtivas a falta de água e infraestrutura hídrica insuficiente nas propriedades constituem obstáculo para melhor desempenho das práticas econômico-sociais em questão (BRASIL, 2006).

Dessa forma, percebe-se que ainda que seja inexistente uma criteriosa análise do impacto econômico direto na região do Araripe, a partir da criação do geoparque ali instalado, sobretudo em razão do pouco tempo de sua implementação, a conjuntura econômica existente torna clara a necessidade de alternativas de subsistência à comunidade (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, o setor de serviços (inclusive o ligado ao turismo), proveniente do patrimônio geológico que permitiu a implementação do geoparque, consiste em

potencial possibilidade de emancipação, e conseqüente valorização da identidade cultural do povo do Araripe. Importante, para tanto, que os valores originados na necessidade de geoconservação apresentada pelo geoparque possam convergir de modo a demonstrar a diversidade de elementos considerados construção democrática do território, sejam geológicos, econômicos ou socioculturais.

Entretanto, percebe-se, através de dados recentes (MACEDO; PINHEIRO, 2014), que o Geoparque do Araripe ainda não conseguiu atingir os objetivos propostos, sobretudo os de alavancar o desenvolvimento regional. Houve pouca participação nos eventos promovidos para a educação e capacitação comunitária sobre o geossítio, dificultando a apropriação das possibilidades de sua exploração responsável¹⁶.

O conhecimento sobre geoconservação foi de regular a ótimo para 74% dos entrevistados, ao passo que o geoturismo ainda não se desenvolveu de forma satisfatória, haja vista a pouca existência de turistas. Como a comunidade entendia que o parque ecológico anterior ao geoparque era seu, ela se afastou quando da transformação em geoparque, em virtude da diminuição do sentimento de seu pertencimento ao lugar. Somando-se a isso, não há procura do geoparque em se reunir com a associação de moradores, os quais, por serem alijados dos processos, se afastam do geoparque (MACEDO; PINHEIRO, 2014).

Dessa forma, percebe-se que a implementação do geoparque deve seguir com práticas efetivamente inclusivas e participativas, em todas as etapas de planejamento e gestão, com transparência. Caso contrário, todos os objetivos propostos, e a fundamentação teórica de empoderamento e emancipação da comunidade local através do geoparque – sobretudo através do geoturismo, não passarão de postulados cristalizados em algum documento oficial que visa implementar uma política pública que atinge a poucos. É imprescindível que, desde o primeiro momento, a sociedade civil organizada tenha voz nas deliberações relacionadas ao geoparque, sob pena de que o distanciamento constatado no

¹⁶ Cerca de 80% dos entrevistados em pesquisa de campo conduzida nunca participaram de oficina proposta pelo geoparque, 90% nunca participaram de cursos de capacitação, 74% nunca foram a palestras. A justificativa é que poucas pessoas trabalham no geossítio, o que dificulta a divulgação das atividades e incentivo à adesão comunitária. Além disso, sugere-se como razão para a baixa participação o desconhecimento de que em um geoparque existem atividades educativas, de cunho muito científico para a comunidade leiga. Há também o motivo da confusão do geoparque com um parque ecológico, cujo espaço se volta apenas para receber visitantes (MACEDO; PINHEIRO, 2014).

Araripe se repita em todas as experiências que vierem a ocorrer no Brasil – inclusive nos Pireneus.

1.4.7 Trilhas: uma possibilidade para o geoturismo e para a geoeducação

As trilhas existem há muitos séculos, talvez por milhares de anos, pois através delas é que homem se deslocou, durante muito tempo. Os países eram essencialmente agrários, e os pequenos povoados estavam distantes uns dos outros. As trilhas, geralmente feitas à cavalos, eram os meios de ligação entre esse povoados.

O mesmo ocorreu com o Brasil. As trilhas foram abertas, desde o período colonial, com o objetivo maior de escoar toda a produção da colônia para a metrópole europeia, seja de pau-brasil, cana-de-açúcar, ou ouro. Muitas dessas trilhas foram abertas pelos bandeirantes, que adentravam o território brasileiro em busca de índios, escravos foragidos e ouro.

Muitas trilhas acabaram se expandindo e se tornando, em alguns trechos, as atuais estradas utilizadas pelos carros, ônibus e caminhões. Em Minas Gerais, por exemplo, parte das trilhas utilizadas para o escoamento da produção de ouro e diamantes foram recuperadas formando um grande circuito turístico chamado de Estrada Real. Parte desses caminhos hoje se encontram asfaltados e fazem partes de rodovias com intenso movimento de veículos.

Atualmente, as trilhas são utilizadas por caminhantes ao redor do mundo com diversos objetivos. O caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, por exemplo, é realizado por diversas pessoas com fins religiosos ou espirituais. Lado outro, algumas trilhas têm se desenvolvido em torno da natureza, ou seja, pessoas interessadas na contemplação da natureza ou de belas paisagens realizam longas caminhadas entre matas, rios ou parques ecológicos, caso, por exemplo, daqueles que sobem o Pico da Bandeira, no Estado do Espírito Santo. Para Guimarães e Mariano (2015), “a caminhada em trilhas é hoje uma das principais atividades do ecoturismo”; os autores completam esse raciocínio afirmando que “os percursos,

enquanto atividade de desporto combinado com o turismo de natureza estabelecem a valorização e promoção dos territórios”.

Nesse contexto de trilhas ecológicas, pode-se pensar em trilhas geoturísticas, que têm por base a interpretação e difusão do conhecimento dos aspectos geológicos presentes no percurso, aliando-se inclusive o fator preservação do patrimônio geológico, a partir das informações transmitidas no decorrer da trilha – geoeducação. Moreira (2008) aponta algumas formas de impactar os turistas para o patrimônio geológico, as quais destacam-se trilhas guiadas, excursões, passeios virtuais, trilhas autoguiadas. Nesse ensejo Guimarães e Mariano (2015) dizem que:

A associação das formas naturais com geomorfologia e geologia pode representar importante fator de atratividade e contribuir como instrumento de ordenamento do território. Planejamento, classificação, descrição marcações, sinalizações e manutenção são fatores de extrema importância na implantação das trilhas.

Uma trilha bem planejada deve conter descrição do percurso, caracterização de fauna e flora da área, enquadramento geográfico e breve história da área em que se inserem os percursos.

Considerando o geoturismo como elemento do geoparque e de suas práticas de geoconservação e geoeducação, percebe-se que a implantação de trilhas geoturísticas beneficia todo o *trade* turístico, já que esse agrega valor ao território, sendo mais um atrativo (MOREIRA, 2011).

Do ponto de vista da educação, uma trilha geoturística tem no geoparque papel indutor de ideias de preservação do patrimônio, não apenas geológico, mas de flora, fauna e patrimônio edificado. Contribui para o processo de aprendizagem de alunos, desde os primeiros anos de formação até para estudantes de graduação, pois a vivência do aprendizado auxilia a fixação e compreensão do conteúdo.

No Brasil, trilhas geoturísticas são conhecidas e estudadas em algumas universidades e órgãos públicos. Inclusive, algumas delas já estão em funcionamento, a partir da criação de painéis espalhados pelos caminhos utilizados pelos turistas. É o caso do Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro, desenvolvido, em 2001, pelo Serviço Geológico Estadual – RJ (DRM-RJ), em parceria com Departamento de Estradas e Rodagens (DER), a Companhia de

turismo do Rio de Janeiro (Turisrio), Universidades e instituições não governamentais. São 87 painéis espalhados em 31 municípios fluminenses. (ARAUJO; CASTRO; LOPES, 2011).

Iniciativas similares se encontram em outros Estados como Paraná, São Paulo e Rio Grande do Norte. No Estado da Bahia, a iniciativa partiu da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, com o Projeto denominado Caminhos Geológicos da Bahia, com várias parcerias, inclusive com a Universidade Federal da Bahia e com a Universidade Estadual de Feira de Santana. Foram implantados 05 painéis com o objetivo de divulgar conhecimento geológico em pontos turísticos do Estado (ARAUJO; CASTRO; LOPES, 2011).

Nos capítulos subsequente, intitulado caminhos metodológicos, serão analisados os processos de contradição presentes nas teses apresentadas, em relação ao território, geoparque e geoeducação sob o enfoque do materialismo histórico e dialético.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Concebe-se método como um meio, um caminho estabelecido teoricamente para interpretação da realidade, com possibilidades de contribuição para a melhor compreensão de um dado ou fenômeno – em nosso caso, os geoparques e suas possibilidades para o turismo sustentável. A adequada compreensão do método reflete diretamente na instrumentalização da realidade pesquisada.

Neste sentido, o materialismo histórico e dialético, escolha metodológica da presente pesquisa, é fruto do pensamento marxista, e da crítica e análise da estruturação da sociedade burguesa que lhe são peculiares. Dessa forma, infere-se que o método perseguido para a pesquisa de Marx, sobre o modo de produção capitalista, foi o materialismo histórico, de forma a perceber que o processo histórico sempre esteve atrelado ao incremento das estruturas e superestruturas do capital (MARX, 1996).

Apesar dos inúmeros questionamentos advindos da crise do socialismo real, sobre o referencial teórico de compreensão da realidade proposto por Marx e, conseqüentemente, do método que a sustentou, acredita-se que as interpretações marxistas da sociedade capitalista foram as mais autênticas e pormenorizadas realizadas; reconhecidas, inclusive por aqueles que discordam das ideias socialistas de organização social, o que confere atualidade e pertinência ao método marxista, que deve, a todo tempo, ser contextualizado (PIRES, 1997).

Por isso, são necessárias articulações, de forma objetiva, entre os caminhos investigativos de Marx e as bases de sua teoria, para que assim seja possível a compreensão adequada do método de pesquisa adotado no presente trabalho. Após esse registro, afirma-se ainda que o aprofundamento sobre a teoria social de Marx não é objetivo desse trabalho. Atentemo-nos às considerações necessárias para a visualização do método de pesquisa em questão, esse sim, fio condutor da reflexão a ser realizada.

Um dos legados de Marx é a construção teórica advinda da pesquisa de um determinado objeto, como dito, a ordem burguesa e o modo de produção capitalista que a sustenta. Neste contexto, o processo liberal de emancipação política se deu

de forma restrita à burguesia que ascendeu ao poder, impedindo que a democracia, os direitos e as liberdades fundamentais reivindicados se estendessem a toda a comunidade. Trata-se de um processo de emancipação superficial, e porque não fundado em promessas meramente formais. A partir daí que se originam, portanto, às noções de democracia formal, e igualdade formal, por exemplo.¹⁷

Além disso, considerando que apenas o ser humano pode ser histórico e concreto, determinado e determinante de situações concretas, o método dialético encontra seu objeto de pesquisa na história do ser humano, suas transformações no ambiente e na sociedade. “Não cabe tal pressuposto na natureza, pelo que não faz sentido perguntar-se pela antítese de uma pedra. Uma pedra não é um ser histórico, marcado pelo conflito social” (DEMO, 1995).

Ressalta-se que a realidade concreta está envolta por várias condicionantes, por isso não é possível analisar o indivíduo de maneira isolada, desconsiderando todas as variantes que influenciam e são influenciadas por ele. Assim, para uma análise dialética, a totalidade, ou seja, a percepção de que há diversas variantes, pode ser considerada quase um postulado.

Marx, assim, investigou o nascimento, implementação e problemas da ordem burguesa, elegendo o Estado como objeto a ser desmistificado, não como um produto da consciência, mas um ser material, sempre acompanhado de um forte aparelho burocrático e repressivo (FREDERICO, 2013). Nesse processo investigativo, várias categorias de funcionamento da sociedade capitalista como lucro, trabalho, classes, capital, propriedade privada, dentre outros, foram elaboradas. Nessa linha de raciocínio, Paulo Neto afirma que o processo teórico metodológico de Marx, ao enfrentar a relação entre sociedade civil e Estado, compreende-a como não orgânica: é dialética, tendo o estado não como mediador dos interesses privados e gerais, mas como instância alienada da representação da contraposição privado/público (NETTO, 2004).

¹⁷ As expressões igualdade, democracia, entre outros ideais liberais acompanhados da expressão *formal* expressam a mera previsão na Lei de referidos direitos e liberdades públicas, mas sem nenhuma efetividade prática, na realidade da população. As famosas liberdade, igualdade e fraternidade eram (e até hoje são) garantidas apenas à classe burguesa, que detém o poder econômico, e conseqüentemente, o poder político. Esta é a realidade social, capitalista, criticada por Marx. Em contraponto à esses direitos fundamentais liberais, burgueses e excludentes, haja vista serem apenas *formais*, constrói-se o conceito de direitos fundamentais acompanhados da expressão *material*, que, ao buscar efetividade real, reconhece as desigualdades e inclui a todos, respeitando suas diferenças, especificidades e níveis de intensidade para a garantia dos direitos (MELLO, 2003).

Essa dialética tornou-se meio de superação da separação entre o sujeito e o objeto em um processo investigatório. Entretanto, a dialética não é uma forma de pensamento exclusiva de Marx. Na Grécia Antiga, havia a compreensão da dialética como a arte do diálogo, utilizada, entre outros, por Sócrates, num processo denominado maiêutica, consistente na repetição de vários questionamentos sobre um determinado assunto, aprofundando-se, a cada questão, a compreensão, almejando-se, ao final, a percepção da verdade, da essência sobre a matéria questionada.

Dessa forma, é pressuposta a existência mínima de duas instâncias de diálogo, percebendo-se que, na diferença, na divergência e no conflito é que se conduz o diálogo, e é a partir destes elementos que emerge a verdade. Em suma, percebe-se que a lógica dialética é um meio de compreensão da realidade, como contraditória em sua essência, e em transformação constante (KONDER, 2008).

Saltando-se da dialética grega descrita para o período do Renascimento, percebe-se que a busca pela objetividade, peculiar ao período histórico em questão, levou a separação entre sujeito e o objeto, excluindo-se a abordagem dialética como lógica para percepção do mundo e, conseqüentemente, como meio de estudo científico e filosófico, ascendendo-se o que denominamos lógica formal, a qual prevê a separação entre sujeito e objeto no processo da pesquisa, de forma dualista, impedindo a explicação entre as contradições humanas, e bloqueando o movimento necessário para a sua compreensão (KONDER, 2008).

É preciso destacar-se ainda que a lógica formal não consegue explicar as contradições existentes nas relações humanas e sociais, em virtude do distanciamento em apreço, e conseqüente impedimento da movimentação do pensamento de modo a compreender a realidade dialética do mundo, que se movimenta e é contraditória.

No entanto, em Hegel, no século XVIII, o processo dialético foi revitalizado a partir da percepção da capacidade do homem de intervenção na realidade como sujeito ativo, concebendo-se a dialética como método, a partir da contraditoriedade, em que uma coisa é e não é ao mesmo tempo, e sob o mesmo aspecto,

preconizando-se a contradição, a totalidade e a historicidade (PIRES, 1997). Entretanto, a dialética hegeliana tem seu ponto de partida no campo das ideias, não inicia a investigação de um determinado objeto a partir de sua realidade concreta.

Por isso, é a dialética que fundamenta o pensamento marxista¹⁸, resultado lógico do método materialista histórico, que é apresentada como possibilidade teórica viável para interpretação da realidade que buscamos compreender, eis que a constituição de um Geoparque deve ser analisada através dos mais variados elementos que o constituem, objetivando a compreensão mais completa possível. E não se pode fazer isto através da abordagem da lógica formal positivista, já que insuficiente para tal tarefa, em função exatamente do distanciamento entre o sujeito e objeto por ela proposta. Opta-se também por iniciar-se a pesquisa proposta a partir da realidade concreta do objeto de pesquisa, a saber, a relação entre o Parque Estadual dos Pirineus e o turismo.

Assim, refletindo sobre essa completude e totalidade do objeto de pesquisa, Konder (2008) ainda avalia que a “totalidade é mais que soma das partes que a constituem”. O conhecimento do objeto somente é possível quando se consideram as diversas relações que implicam múltiplas determinações, evidenciadas mediante a análise e a síntese metodológica. Contudo, é importante advertir que apenas pode-se tentar apreender a totalidade, em um dado momento, sob uma determinada circunstância, já que, como mencionado, a dialética considera a realidade em constante transformação. O autor em destaque pondera que

[...] que a totalidade pode ser considerada em um dado momento, em consideradas condições, já que considerando a “dialética como uma maneira de pensar elaborada em função das necessidades de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana – negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando a revê-las, mesmo em face de situações modificadas (KONDER, 2008).

¹⁸Meu método dialético — diz Marx — não só é fundamentalmente diverso do método de Hegel, mas é, em tudo e por tudo, o seu reverso. Para Hegel o processo do pensamento que ele converte inclusive em sujeito com vida própria, sob o nome de ideia, é o demiurgo (criador) do real e este, a simples forma externa em que toma corpo. Para mim, o ideal, ao contrário, não é mais do que o material, traduzido e transposto para a cabeça do homem" (Karl Marx, posfácio da 2.^a edição do t. I do "O Capital").

Já o caráter material da dialética, defendido por Marx e Engels, contrariando o idealismo de Hegel, considera o homem como elemento da natureza, porém com o poder de modificá-la com o seu trabalho. O mundo existe tal qual se apresenta sem a necessidade de algo sobrenatural ou divino para justificar a realidade. As mudanças são operadas pelo homem sob suas circunstâncias. Para defender esse pensamento, Engels formulou as três leis da dialética (KONDER, 2008). A primeira, lei da passagem da quantidade à qualidade, estabelece que as mudanças ocorrem, mas não necessariamente no mesmo ritmo. Uma alteração produzida em um objeto, seja de aumento ou diminuição de matéria altera sua qualidade que automaticamente altera a quantidade.

A segunda lei, da interpenetração dos contrários, reafirma que todas as coisas estão inter-relacionadas, o que implica que nada pode ser analisado isoladamente, principalmente em ciências sociais. Analisando a produção capitalista, tem-se a formação de classe dos trabalhadores e dos capitalistas com interesses antagônicos, mas que se influenciam mutuamente.

A terceira, lei da negação da negação, talvez seja a que melhor sintetize a dialética, diz que as afirmações (teses) e negações (antíteses) são superadas pela síntese.

Ponderando, ainda, que a base norteadora da dialética é a totalidade e a transformação contínua, os dialéticos devem estar sempre dispostos a rever seus pensamentos. A dialética basicamente analisa o passado com referência no presente examinando-o, focando no futuro.

Para tanto, o princípio da contradição, basilar para a dialética, propõe que para refletir sobre uma determinada conjuntura é necessária a aceitação da contradição, perpassá-la e extrair dela o que é essencial – partindo-se do empírico (a realidade, os fatos como se apresentam a primeira vista, de forma mais simples), e, através de reflexões, chegar-se ao concreto (percepção elaborada sobre a essência do objeto, síntese de várias determinações).

Dessa forma, a diferença sobre o empírico e o concreto é exatamente as abstrações, que percebem a realidade de forma mais profunda e detalhada; o estudo parte de uma percepção simples, sobre a qual, após referidas abstrações,

chega-se à compreensão plena do fenômeno observado. Destaca-se que a dialética descrita não descarta ou se contrapõe à lógica formal, mas se vale dela como instrumento, faz com que a lógica formal seja uma etapa da lógica dialética (mas sem se esgotar nela, a lógica formal, concebendo-se por e a partir dela a complexidade do objeto da pesquisa) (PIRES, 1997).

Portanto, quando se fala em materialismo, refere-se ao caráter material na pesquisa marxista, que percebe que os homens se organizam socialmente para a produção e reprodução da vida; já o caráter histórico se refere à forma que essa organização humana ocorreu através da história. A partir destes pilares, Marx desenvolveu seu método, perceptíveis nas análises econômicas por ele empreendidas. Assim, em virtude da impossibilidade de cisão entre a dialética e a historicidade no materialismo marxista, a investigação sob seus parâmetros não pode ser desatrelada do processo histórico; há que se reconhecer os dados como produtos históricos, sob pena de produzir-se uma falsa consciência, por ser reflexo da construção do conhecimento de forma unilateral:

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo porque a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX e ENGELS, 2013).

História, para Marx, é um processo dinâmico e concreto. Cotidianamente, a humanidade faz história, a partir do fundamento da produção material da vida social; não se trata de um processo abstrato, do mundo das ideias apenas, mas material, real. Assim, Marx e Engels (2013) abordam, a partir do processo histórico, as diversas formas de organização da produção, principalmente no que diz respeito a divisão social do trabalho e as formas da propriedade: a tribal, comunal e a feudal, esclarecendo as relações de produção nessas diversas formas de propriedade no transcorrer da história. Dessa maneira, torna-se possível a identificação das bases de produção material da vida social da humanidade, a ser percebida a partir de sua totalidade, pois a realidade é, em si, totalidade:

(Eis porque a teoria de Marx) não se instaura como somatório enciclopédico de saberes autônomos (história + economia + filosofia + política, etc). Contrariamente, é uma estrutura teórica unitariamente articulada sobre a perspectiva da categoria fundamental da realidade social, a totalidade. E a exigência da totalidade não é posta como um simples imperativo metodológico: resulta, precisamente, das investigações histórico-concretas que Marx realizou, focando as formações econômico-sociais capitalistas. (NETTO, 2009).

O que é destacado como relevante para a presente pesquisa, a partir da citação acima, é que, além de lançar as bases para a interdisciplinaridade (ao privilegiar-se o conhecimento de forma total, a partir da articulação de saberes autônomos, mas não limitada ao somatório de referidos saberes), a construção das análises ocorre com duas fontes: a teórica (economia política) e a histórica (o real movimento de construção das classes sociais).

Parte-se, assim, da aparência concreta do objeto de investigação, rumo à sua essência, uma vez que o objetivo é o conhecimento em todas as suas dimensões, de modo a não construir a já apresentada falsa consciência. Identificando-se o dado inicial (ponto de partida), busca-se a identificação dos processos que o justificam e os respectivos reflexos das relações mais simples do objeto estudado até sua relação com totalidade, ou seja, suas imbricações. Aprofundam-se, então, as dimensões do objeto, lembrando-se que a somatória de partes não basta para a reconstrução do todo; as interações ocorridas entre essas partes devem também ser consideradas (MARX, 1982).

Marx entende ainda que o real é fruto de toda uma trajetória dinâmica, que inclui os processos e interações do mundo histórico-social; assim, a essência da realidade concreta se dá a partir da consciência de sua dinamicidade. A verdade em Marx é a harmonia entre conhecimento e realidade, o que torna os dados sócio-históricos importantes elementos de investigação. Por isso, as teorias devem ser confrontadas, em processo dialético, com as respectivas construções históricas e sociais relevantes.

2.1 Categorias de Análise

Considerando o exposto, é possível então identificar as categorias de análise presentes no método materialista dialético, quais sejam: totalidade, práxis, contradição, mediação, objetividade/subjetividade, historicidade, criticidade e autonomia/dependência, as quais são concebidas para que a realidade seja considerada como totalidade real, percebida como um todo estruturado e em dinâmico desenvolvimento.

Essas categorias metodológicas próprias permitem a construção de procedimentos de investigação científicos utilizados na investigação do objeto de pesquisa. Conforme Moesch,

Para o materialismo histórico, o problema da correlação das categorias supõe uma escolha correta do princípio de partida, pelo aspecto ou pela relação fundamental e determinante, sendo a prática social o fator determinante do conhecimento (MOESCH, 1999, p.128).

A totalidade está contida nas mediações e as perpassa, num movimento em que as partes específicas, ou totalidades parciais, se relacionam, numa multiplicidade de determinações recíprocas, alteradas constantemente. Como afirmado, é a busca do pesquisador por alcançar toda a complexidade de variáveis que influenciam e são influenciadas pelo objeto de pesquisa, evitando, portanto, as tendências reducionistas da lógica.

Esta categoria [a totalidade] implica na concepção da realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação, onde os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos e com o todo (KUENZER, 1998, pág. 64).

Nesse sentido, busca-se a compreensão profunda do objeto de estudo, em suas especificidades, para que assim possibilite-se a compreensão e o posicionamento crítico sobre a totalidade que o engloba. Referida compreensão, no

contexto do materialismo histórico, necessita da trajetória dialética da totalidade para a especificidade, e vice-versa.

A *práxis* evidencia a atividade criativa e livre, pela qual se possibilita a transformação do ser e, conseqüentemente, de suas interações sociais. Nesse sentido, reafirma o homem como agente histórico transformador da realidade e da natureza por meio de seu trabalho. A partir disso, é possível conceber o turismo como prática social, na qual o homem transforma, absorve e usufrui do território, uma vez que é agente do processo histórico. Feitas essas considerações, visualiza-se a *práxis* no exercício da articulação entre teoria e prática, ou seja, entre a reflexão teórica e o levantamento de dados de forma empírica:

Esta valorização global da nossa *práxis* torna possível que a técnica – que como já referi, é um instrumento indispensável na construção da sociedade comunicativa – se converte numa dimensão da prática e não, ao contrário, como hoje sucede, que a prática se converta numa dimensão técnica (SANTOS, 1999, pág. 48).

A contradição permite a transformação dos fenômenos, dentro de uma perspectiva em que a reflexão e os sujeitos por ela sejam alterados, em sua historicidade, uma vez que a existência das contradições é elemento que permite que a realidade se desenvolva de um estado qualitativo para outro. Assim, constitui-se pela captação da complexidade do real e suas várias determinações, inclusive os opostos de forma dialética, na busca pela compreensão das respectivas inclusões e exclusões. Sinteticamente, é a categoria metodológica da relação dialética dos opostos:

O pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os pólos dialeticamente relacionados, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade; (...) (KUENZER, 1998, pág. 65).

Por fim, destaca-se a mediação como fundamental para evidenciar as conexões e dimensões entre o concreto e o abstrato. Por articular teoria e prática, por exemplo, pode ser vista como pressuposto da *práxis*. Conforme Goldmann

(1979), na reflexão dialética não existem pontos de partida totalmente certos, ou problemas definitivamente solucionados.

A contradição e a mediação caminham juntas, pois o objeto de estudo, conhecido preliminarmente de forma empírica, necessita da aceitação da sua contradição e, por meio da mediação entre esses contrários, tem-se a construção do pensamento totalizante. Mais uma vez, fica evidenciada a importância do método dialético na pesquisa em turismo, já que este é um fenômeno social complexo que exige a análise e a interação entre as diversas ciências e disciplinas.

A historicidade, atrelada à dialética marxista, parte da ideia que a realidade está sempre em constante mudança. As verdades e a realidade observada são construídas socialmente, a partir do processo histórico (DEMO, 1995).

A criticidade, por sua vez, parte da percepção de que a alienação passiva impede a mudança, e favorece a manutenção do *status quo*, reproduzindo-se práticas passadas (MOESCH, 1999). É necessário, portanto, que se rompa com referida postura de estagnação, através da crítica e da autocrítica, que se harmonizadas permitem a (re)construção positiva da realidade observada (DEMO, 1995).

Assim, as categorias de análise apresentadas viabilizam a investigação em turismo, através da apreensão da diversidade, historicidade, criticidade, mutabilidade e antagonismos da realidade, procurando articulá-la ao pensamento, para que assim, se vislumbrem as determinações mais gerais que possibilitam a compreensão do fenômeno turístico, possibilitando que o concreto seja percebido pela mediação do abstrato, e o todo pela mediação da parte, pois

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações [...] um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 1983, pág.218).

2.2 Categorias Operatórias

Para dar maior objetividade às categorias em questão, em momento posterior discute-se as categorias operatórias, apresentadas no capítulo relacionado à fundamentação teórica. São elas: território usado, interdisciplinaridade e **geoconservação, sendo esta compreendida como elemento de sustentabilidade (grifo nosso)** – todas em interlocução com os geoparques, cuja relação com o turismo é objeto do presente trabalho.

Dessa forma, o conhecimento se constrói a partir da relação entre sujeito e objeto, em perspectiva histórica, considerando-se a base real em que na história se unificam (KUENZER, 1998).

Dessa forma, o pesquisador deve possuir papel ativo e atuante no processo de desenvolvimento da pesquisa, e não o daquele cientista inerte e alheio à realidade pesquisada. Existe um processo interativo durante a produção do conhecimento científico que não pode ser desprezado. Além disso, intenta-se, no materialismo, a busca da essência do objeto da pesquisa, e referida busca tem como termo inicial os dados reais e concretos (NETTO, 2004).

Por isso, a análise dos dados não deve ser fria e estática; os dados devem ser conhecidos, analisados e criticados a partir de sua articulação com o contexto sócio-histórico, sem prejuízo de todos os determinantes imprescindíveis para a concepção da pesquisa de forma a não produzir um conhecimento fragmentado. Dessa forma, permite-se que “todo e qualquer objeto de estudo é real e efetivamente aparece como objeto humano, social e histórico” (ALVES, 2011).

Dessa forma, é imprescindível ao pesquisador, que adota o método materialista histórico-dialético, que perceba o objeto investigado (no caso em estudo, a relação entre geoparques e turismo) não como uma realidade pré-constituída e imutável; mas, pelo contrário, que está em constante transformação ante o dinamismo e interatividade do processo histórico. E que o primeiro exercício dialético é o de confrontar a realidade sobre o assunto pesquisado com o arcabouço teórico disponível, uma vez que a síntese advinda desse exercício é a harmonização entre o conhecimento teórico e a materialidade/realidade sobre o foco da respectiva teoria.

Dessa forma, destaca-se, no que tange à pesquisa em turismo e a criação de Geoparques, haver uma crescente necessidade de perceber novos valores e que se investiguem novas faces do fenômeno turístico – desmistificando-se a visão do fenômeno turístico tão somente a partir do viés econômico, haja vista que o turismo e as interações culturais e sociais que lhe são peculiares exercem forte pressão sobre a construção da subjetividade social. Conforme Moesch:

O turismo constitui-se num fenômeno sociocultural de valor simbólico aos sujeitos que o praticam. Os sujeitos turísticos consomem o turismo, por meio de um processo tribal, de comunhão, de re-ligação, de testemunho, em um espaço e tempo tanto real como virtual, desde que possível de convivência, de presenteísmo. O valor simbólico, perpassado pela comunicação táctil deste fenômeno, reproduz-se, ideologicamente, quando os turistas comungam de sentimentos reproduzidos pela diversão, e quando há a possibilidade de materialização do imaginário, por vezes individual, em societal (MOESH, 2002, p.134).

Não se pode furtar ainda, sobre o assunto, ao magistério de Carvalho e Moesch, cujo ensinamento é o de que:

[o sujeito] é produtor e consumidor, e desta forma se estabelece a lógica da atração social, ou seja, o estar junto. O desafio é resistir à realidade de atividade econômica e mercadológica imposta ao turismo, tida como evidente, romper com os autores que não possuíam qualquer preocupação epistemológica, como os empíricos positivistas, e superar a abordagem do paradigma sistêmico, para o qual o sistema econômico suplanta todos os demais sistemas, na perspectiva de caminhar para a compreensão do turismo como um fenômeno social que implica em processos de contradição na relação entre seus atores e o meio ambiente em que esta prática se efetiva (CARVALHO; MOESCH, 2013, p. 449).

Ante o exposto, percebe-se que o turismo e suas vertentes, atividades diretas e indiretas, não podem ser analisadas sob o prisma do isolamento. Principalmente, porque o fenômeno do turismo só ocorre na existência do território, e, como tal, dinâmico e em constante transformação. Milton Santos (1982) afirma, inclusive, que a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial.

Tendo em vista o turismo como fenômeno social que utiliza o território, dele absorve informações e deixa suas marcas, construindo a dinâmica social, não se

pode excluir o fenômeno turístico como ciência social dos estudos envolvidos no materialismo histórico, nem da dialética como sustentáculo da pesquisa acadêmica em Turismo, tal qual na presente proposta, uma vez que a criação do espaço se dá com a utilização do território. Milton Santos (2008), ao explicar sobre os elementos do espaço e suas interações, das quais se inserem as advindas do fenômeno turístico, afirma que

[...] o estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que função é ação, a interações supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é o espaço como um todo e, igualmente a sociedade como um todo.

Considerando-se, portanto, que o fenômeno em questão configura o território e os hábitos nele presentes, a partir da interação entre seus atores, sejam visitantes ou visitados, o Geoparque, que tem entre seus objetivos a visitação turística, segue a mesma dinâmica. Suas atividades alteram a dinâmica local e, por muitas vezes, reconfiguram o território.

Definido o método a orientar a presente pesquisa, esta partirá, num primeiro momento, de reflexões sobre a questão do território, seu uso e historicidade, a partir do pensamento de Rückert (2005), Moraes (1999, 2005) e Santos (2008, 1982), sem prejuízo de demais autores com produção científica pertinente ao debate suscitado. Adicionam-se à parte da fundamentação teórica do trabalho as relações entre turismo e território, sustentabilidade e interdisciplinaridade.

Neste contexto, seguindo a orientação do materialismo histórico-dialético, as categorias operatórias utilizadas nesta análise serão as de território, turismo, interdisciplinaridade e sustentabilidade. Ato contínuo, serão realizadas reflexões acerca dos geoparques e seus sustentáculos, a saber: o geoturismo, a geoeducação e a geoconservação.

Posteriormente, com a consciência de que 'a percepção é uma reconstrução' (MORIN, 2000), será dado início à etapa de estudo de caso, articulando-se os

elementos teóricos aos dados secundários levantados, a partir da proposta de criação do Geoparque dos Pireneus, realizada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) – Serviço Geológico do Brasil; do Plano Diretor do Município de Pirenópolis; do Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis (2012-2016), do Boletim Dados do Turismo de Goiás, sem prejuízo de demais documentos que apresentem dados socioeconômicos e turísticos relacionados ao município de Pirenópolis/GO, polo turístico da região em que se insere o geoparque. Confrontando-se o histórico socioeconômico da região e as categorias operatórias, é possível a contextualização da reflexão, a partir dos dados sociais apresentados.

Diante dos elementos teóricos e práticos (e considerando a reflexão teórica como prática), será dado início à última etapa da pesquisa, qual seja, a análise dos dados para elaboração das considerações finais, a partir das evidências apresentadas.

Trata-se, portanto, de investigação científica qualitativa, com nível de profundidade descritiva, iniciada pela revisão bibliográfica (a qual permanecerá durante todo o processo investigativo), seguida pela coleta de dados documentais e estudo de caso, de modo a cumprir os objetivos apresentados, permitindo-se então a reflexão sobre o problema delineado inicialmente.

Nesse sentido, destaca-se que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, uma vez que se foca em valores, e não em dados numéricos, buscando uma vinculação significativa entre o problema, dados e o objeto de pesquisa, no presente caso, a relação entre geoparques e turismo. Conforme Alves (2011), a pesquisa qualitativa

tem como justificativa o reconhecimento de que o conhecimento é uma construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos, mediados por processos de reflexão e desvelamento da realidade estudada. Momento em que pesquisador e pesquisados interagem de forma criativa. Conforme Thiollent (1987, p. 132), “mais do que informações ocasionais, certos indivíduos ou grupos implicados numa determinada situação devem se tornar, no decurso da pesquisa, investigadores nesta situação” (ALVES, 2011).

No que diz respeito ao turismo, percebe-se que, na chamada *aldeia global*, as tendências mercadológicas homogeneizantes se proliferam, e a pesquisa em turismo se insere, nesse contexto, como importante elemento de reflexão, em virtude das possibilidades de debate sobre questões como sustentabilidade, cultura, patrimônio, lazer, entre outras, uma vez que são agregadas ao que se concebe, nesse contexto, como fenômeno turístico.

Assim, a pesquisa qualitativa em turismo viabiliza o posicionamento crítico do investigador, que busca compreender o fenômeno turístico ante às determinações mercadológicas, que apresentam produtos turísticos nas mais variadas segmentações do turismo (ecológico, religioso, cultural, entre outros). Dentro da referida abordagem metodológica, os dados podem ser levantados a partir da análise documental e do estudo de caso, ambos propostos no presente trabalho.

O estudo de caso constitui como uma forma de análise mais profunda de uma determinada unidade/realidade, detalhando (a partir de um olhar exploratório e descritivo) um determinado sujeito ou uma situação em particular, como a proposta de geoparques elaborada pela CPRM. Sendo assim, é imprescindível que se perceba a multiplicidade de dimensões dessa situação e dos fenômenos que a sustentam, bem como do contexto em que se situa, inclusive no que tange às divergências e conflitos característicos da situação social (GODOY, 1995). Além disso, necessário se faz, através do estudo de caso, que se perceba a realidade como multidimensional, de modo a contextualizar os dados levantados com o estudo em questão (MORIN, 2000).

Percebe-se, assim, que há harmonia e complementaridade entre o que foi exposto sobre estudo de caso, pesquisa qualitativa e materialismo histórico-dialético, o que traz maior coerência à escolha e caminhos metodológicos percorridos.

Apresentados os referenciais teóricos que levaram a um aprofundamento dos temas discutidos, bem como suas inter-relações, e após a exposição do método de pesquisa – materialismo histórico dialético - que permeia toda a pesquisa, parte-se para o estudo sobre o geoparque dos Pireneus.

Este estudo se baseará na descrição de documentos oficiais secundários atrelados a uma análise crítica, a partir das categorias de análise da dialética

marxista previamente explicitadas no presente capítulo. Os documentos escolhidos possuem direta relação com o objeto de estudo, a saber: Plano Diretor do Município de Pirenópolis, Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis e a Proposta do Geoparque dos Pireneus.

3 GEOPARQUE DOS PIRINEUS: ESTUDO DE CASO

Pirenópolis, município incluído na proposta de Geoparque dos Pirineus sob estudo no presente trabalho, é uma cidade histórica (MDIC, 2006), sendo que o tombamento, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN), ocorreu no ano de 1988. Possui 2.205 quilômetros quadrados, 23.006 habitantes, conforme o último censo demográfico nacional (IBGE, 2010). A subsistência da população depende principalmente da extração do quartzito, além da agropecuária e turismo (MDIC, 2006). No leste do estado de Goiás, faz parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, banhada pelos afluentes do Rio das Almas, das Pedras e dos Peixes (CONCEIÇÃO et al., 2009).

Figura 3: Dados sócio econômicos

Tabela 2 - Dados sócio-econômicos dos municípios na área do Geoparque Pirineus (IBGE, 2009).

População e PIB	Pirenópolis	Corumbá de Goiás	Cocalzinho de Goiás
Estimativa da População (2009) Total 45.613 hab.	20.945	9.372	15.296
Área da unidade territorial (Km ²)	2.228	1.062	1.788
Produto Interno Bruto (2007)			
PIB per capita, Reais	5.600	5.533	4.772
PIB a preços correntes, mil reais	114.584	50.849	70.451
Valor adicionado bruto da agropecuária	28.928	12.317	16.765
Valor adicionado bruto da indústria	11.360	7.100	8.176
Valor adicionado bruto dos serviços	68.332	28.976	41.921
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	5.994	2.457	3.588

Fonte dos dados: IBGE, no site: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)¹⁹

¹⁹ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pirineus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

Inicia-se o estudo de caso da proposta de criação do Geoparque dos Pireneus, a partir da contextualização histórica, socioeconômica e do turismo em Pirenópolis. Na sequência, será apresentada a proposta de criação do Geoparque dos Pireneus propriamente dita, além da apresentação do Plano Diretor de Pirenópolis e do Plano Municipal de Turismo em Pirenópolis, conforme mencionado no capítulo 2.

Posteriormente, referidos documentos serão analisados a partir das categorias de historicidade, totalidade, práxis, contradição e mediação, cuja discussão é permeada ainda pela categoria da criticidade para que, ao final, seja verificado o cumprimento dos objetivos propostos, bem como apresentada resposta ao problema de pesquisa levantado.

3.1 Goiás e Pirenópolis no processo histórico

Considerando-se que, além de importante fator para a contextualização do território sob estudo, uma vez que este é social e historicamente construído, a historicidade constitui uma das categorias de análise deste trabalho, razão pela qual o território goiano e de Pirenópolis será situado no processo histórico.

Pirenópolis está localizada no território do estado de Goiás, portanto, para se traçar um breve histórico sobre a formação do território, deve-se iniciar a narrativa pela ocupação do estado.

As primeiras incursões pelo território goiano ocorreram com o movimento de bandeirantes. Percebe-se que, naquela época, não houve proeminência de um tipo de bandeira específico. Tanto as bandeiras de aprisionamento quanto as de prospecção²⁰ tiveram papel importante na ocupação do território (KILBERT, 2015).

O primeiro povoado do estado de Goiás foi fundado, em 1725, na atual cidade de Goiás, em decorrência da descoberta de ouro no leito de seu rio, denominado rio Vermelho. O povoado foi denominado de Arraial de San'tana e enfrentou diversas

²⁰ As bandeiras de apresamento eram as bandeiras que iam aprisionar a mão-de-obra indígena. Já as bandeiras de prospecção eram as expedições que exploravam os sertões à procura de ouro, prata e pedras preciosas.

lutas entre indígenas que não se sujeitaram à dominação e os colonizadores. Com o massacre dos índios houve a inserção da mão de obra escrava negra na região (KILBERT, 2015).

Basicamente, os primeiros núcleos urbanos da região desenvolveram-se sem muito planejamento, em torno da busca e da exploração do ouro de aluvião – aquele retirado do leito dos rios. Bartholomeu Bueno da Silva, filho do bandeirante Anhanguera, se tornou superintendente das Minas de Goiás, e fundou os primeiros arraiais. Moura (2014) afirma que,

Em 1726, após encontrar o metal precioso às margens do Rio Vermelho, Bartolomeu Bueno se tornou superintendente das Minas de Goiás. Lá fundou os primeiros arraiais da futura capitania: Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Sant'anna. Como superintendente tinha a atribuição de manter a ordem e arrecadar impostos. Por ser o responsável pelo descobrimento do ouro, passou a ter direito ao controle das passagens dos rios e poder de distribuir datas minerais, dentre outros privilégios. Com base no Regimento de 1702, Palacín (1972, pg 34) atesta que o superintendente das minas acumulava cargos dos ouvidores e juízes de fora, tendo toda a jurisdição ordinária, civil e crime das minas.

Com a descoberta dos metais preciosos na região, a Coroa Portuguesa intensificou sua presença na região, fundando então as primeiras vilas. A primeira delas foi o arraial de Sant'Anna, já mencionado. Não se descarta a importância da produção aurífera de outros arraiais, como o de Meia Ponte (atual Pirenópolis). Como era esperado, a descoberta de ouro na região favoreceu a rápida ocupação do território por meio de processos migratórios (KILBERT, 2015).

A decadência do ouro na região, no início do século XIX, oriunda, principalmente do esgotamento das jazidas de exploração com técnicas rudimentares, consolidou outras práticas econômicas, principalmente a pecuária, ligada a estrutura latifundiária, reproduzindo o padrão já existente nas outras capitanias (KILBERT, 2015). Junto ao latifúndio, também se percebe a expansão do modelo coronelista presente nas fazendas de café em São Paulo ou, ainda, nos engenhos de cana de açúcar do nordeste brasileiro.

Apesar do coronelismo, uma prática que se intensificou na época, foi a meação e a parceria nas terras dos “coronéis” – principalmente após abolição da escravidão, em 1888 – o que intensificou, ainda mais, as práticas de dependência coronelista (KILBERT, 2015).

Além da pecuária, no século XIX, foram realizadas tentativas de inserir Goiás no mercado nacional, a partir de indústrias de manufatura e de fundição de ferro, sem sucesso (OLIVEIRA, 2001). Pirenópolis, entretanto, possuía projeção, por tratar-se de polo agropecuário e comercial. A título de exemplo, o primeiro jornal de Goiás, chamado *Matutina Meyapontense*, foi criado na cidade – hoje conhecida como Pirenópolis (JAYME, 1971).

Importante ressaltar que, durante alguns anos, mesmo após o processo de independência e de proclamação da República (já no final do século XIX), o Estado de Goiás tinha uma população incipiente, muitas vezes, dispersa nos imensos latifúndios.

Tal estrutura ameaça se transformar, após 1930, com a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira e sua família, que permaneceu no poder, até o início do governo militar em 1964. Ludovico inaugura as centrais elétricas do estado de Goiás (CELG), o banco do estado de Goiás, e muda a capital do estado da histórica Goiás para Goiânia (construção iniciada em 1933), com objetivo de melhorar o acesso e a expansão da capital (Goiânia era uma cidade mais plana e mais próxima das estradas de ferro) (KILBERT, 2015). Tal justificativa também foi utilizada anteriormente, quando da mudança da capital do estado de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897. Nesta região, também configurou-se, na mesma época, a decadência da produção aurífera e a busca por novas formas de desenvolvimento.

No que diz respeito à cidade, hoje conhecida como Pirenópolis, como dito, foi fundada com o nome de Meia Ponte, entre 1727 e 1731; a data é objeto de controvérsia entre historiadores (JAYME, 1971). Considerando que os fatores, bem como o desenvolvimento dos processos produtivos são determinantes na formação do território, a concepção do município de Pirenópolis acompanhou a dinâmica do território do estado de Goiás.

Tal qual no restante do estado, o povoamento em Pirenópolis foi iniciado com os bandeirantes, a partir da busca de índios e do ouro que se encontrava no Rio das Almas, na Serra dos Pireneus (BARBOSA, TEIXEIRA NETO e GOMES, 2004). Foi povoada inicialmente por garimpeiros, viajantes, tropeiros e escravos, dado que os índios ali existentes foram praticamente dizimados. A abundância da jazida do rio mencionado trouxe mais pessoas interessadas na prática mineradora; entre 1750 e 1800, auge da mineração, o fluxo de imigrantes foi intensificado.

Necessário destacar-se, ainda, o importante papel do comendador do Arraial de Meia Ponte, Joaquim Alves de Oliveira, fazendeiro da região e proprietário de um grande engenho de cana-de-açúcar e de lavoura de algodão. O comendador fundou o primeiro jornal goiano, já mencionado, bem como a primeira biblioteca pública de Meia Ponte. Através de seu prestígio na Corte, em 1832, o arraial de Meia Ponte se tornou vila. No ano de 1853, Meia Ponte se tornou cidade e, em 1890, houve a mudança de nome para Pirenópolis, em homenagem à Serra dos Pireneus, que se estende pelo território do município (BERTRAN, 2000). Essa serra, por sua vez, tem seu nome em homenagem aos Montes Pireneus, que formam uma cordilheira na fronteira de França e Espanha. Entretanto, o aquecimento do comércio em Santana das Almas (atual Anápolis) levou Meia Ponte/Pirenópolis e as atividades do engenho do comendador (que garantia boa parte da prosperidade da cidade) à crise econômica (KILBERT, 2015).

Após alguns anos, graças a proximidade física com a nova capital do Estado, Goiânia, Pirenópolis retomou sua atividade econômica, por meio da extração de quartzito micáceo. O quartzito já era utilizado há algum tempo em Pirenópolis, principalmente para calçamento de ruas, e foi muito importante na construção civil, durante a edificação de Goiânia (KILBERT, 2015).

A mineração trouxe um fluxo de visitantes para a cidade, que simpatizaram com a arquitetura restante do período colonial, com as festas populares e com culinária local. Assim, de forma tímida, começou o fenômeno turístico em Pirenópolis²¹ (KILBERT, 2015).

²¹ Necessário comentar o fenômeno semelhante que ocorreu em Ouro Preto (MG). A cidade, com o declínio da produção do ouro teve uma queda de importância sócio econômica durante que foi retomada com a intensa exploração de minério de ferro, que posteriormente incrementou o turismo na

Um momento importante, no que se refere ao desenvolvimento de toda região Centro-Oeste, foi a construção e inauguração da nova capital do Brasil, Brasília, em 1960. As regiões próximas se beneficiaram e se beneficiam, até hoje, por estarem próximas da capital federal. Goiânia fica a cerca de 200 quilômetros, e Pirenópolis, município sob análise, a cerca de 150 quilômetros do “centro do poder político” (KILBERT, 2015).

Assim, a fundação de Brasília constituiu importante fato histórico na construção do território do município em estudo. O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, responsável pela transferência da capital federal, voltou os olhos ao interior do país, ao propor, em seu Plano de Metas, a integração do cerrado às demais regiões do país, sob três perspectivas: investimento em infraestrutura (trazendo com isso maior fluxo econômico e circulação de riquezas); fomento aos investimentos privados (instalação de indústrias) e a interiorização do país, cujo símbolo maior foi a construção de Brasília (ROCHA NETO et al., 2006).

Com a nova capital federal, a urbanização e crescimento no entorno do Distrito Federal foi intensificada. Investimentos em habitação, por exemplo, marcaram as décadas de 1960 e 1970, exatamente como meio de instrumentalizar o planejamento descrito no parágrafo anterior, povoando a área (MARQUES e BICHIR, 2001). Contudo, o modelo de urbanização não foi distinto dos demais locais no Brasil, inserindo a população de baixa renda na periferia, com o crescimento da produção atrelado ao crescimento da degradação do ambiente e condições de vida (BURSZTYN, 2002).

Destaca-se, ainda, que a ocupação da região Centro-Oeste foi estimulada pelo governo militar, além de procurar integrar a região com o restante do país, com a construção de rodovias como a Belém-Brasília, Brasília-Cuiabá, dentre outras, fomentando o fluxo de pessoas, desenvolvimento econômico no interior do país, além de novos polos populacionais. Tratava-se de região com baixa densidade demográfica, mas, a partir desse cenário, capitais e migrantes foram atraídos (MOREIRA, 2008).

região, graças ao vasto patrimônio arquitetônico da cidade, remanescente no período artístico colonial denominado Barroco Mineiro.

Nesse contexto, percebe-se que o governo militar, iniciado em 1964, mantendo o padrão nacional de desenvolvimento da época, buscou projetar o estado de Goiás para a economia internacional por meio, principalmente, da agricultura. Os latifúndios iniciados, ainda no período colonial, se especializaram, cada vez mais, na exportação. A soja passou a aparecer como importante produto para o mercado internacional, sendo, ainda hoje, importante *commoditie* de exportação do Brasil.

Nesse período, também desenvolveram-se importantes indústrias na região, como a farmacêutica na região de Anápolis, distante, aproximadamente de 60 quilômetros de Pirenópolis. Ainda, nesse período, foi criado o Banco de Desenvolvimento do Estado e de Anápolis (DAIA), para financiar projetos voltados para o modelo de desenvolvimento vigente. Todas essas alterações no território e na economia goiana foram preponderantes para intensificar o êxodo rural na região. Os anos que se seguiram, após o período militar, consolidaram o Estado de Goiás como grande produtor e exportador da agroindústria. O modelo produtivo trouxe o desenvolvimento almejado, entretanto, trouxe a concentração de renda, terra, riqueza e danos ao meio ambiente. O crescimento acelerado dos núcleos urbanos se deu de forma despreocupada em relação ao meio ambiente (THEODORO, LEONARDOS E DUARTE, 2002).

Dessa forma, percebe-se que de uma região inóspita, distante e pouco habitada, em pouco tempo o Centro-Oeste se tornou um importante celeiro agrícola, focado no desenvolvimento econômico, a partir da exploração da natureza, concentração fundiária e de renda. Conforme Burstyn (2002), o cerrado, com cidades inchadas, favelas, atividade agropecuária despreocupada com a sustentabilidade refletem o padrão socioeconômico brasileiro, em que degradação ambiental e das condições de vida tem crescimento diretamente proporcional ao crescimento da produção.

Temos então alguns vetores importantes para a ocupação e desenvolvimento da região geográfica em que se localiza Pirenópolis. O primeiro foi a construção de Brasília (e respectivas vias de acesso ao Distrito Federal, como rodovias); o segundo, as políticas de expansão agrícola. Ambas modificaram o uso dos recursos naturais, repetiram o padrão de urbanização, concentração de renda e riquezas de

regiões detentoras de densidade populacional relevante. A título de exemplo, Theodoro, Leonardos e Duarte (2002) mencionam que, na região, a cultura da soja, a partir dos anos 80, já realizada de forma intensiva, passou a se valer, de forma mais definitiva à tecnologia, demonstrando a opção de desenvolvimento, a partir de latifúndios e exploração não-sustentável do meio ambiente.

3.2 A conjuntura socioeconômica de Pirenópolis

A partir da percepção de que o turismo é um fenômeno apontado como alternativa viável para o desenvolvimento de Pirenópolis e de seus habitantes, necessário que se apresente a conjuntura socioeconômica do município em questão e do estado em que se insere, para que posteriormente o turismo seja analisado de forma dialógica à realidade econômica, importante fator constituinte da realidade desse território.

O município de Pirenópolis apresenta geomorfologia diferenciada, beleza cênica natural peculiar e casario colonial conservado, elementos que sustentam a crescente fenômeno turístico local. Nesse contexto, destaca-se que a extração mineral consiste na atividade de maior expressão econômica no município; como visto, essa atividade é desenvolvida no processo histórico local, desde a fundação da cidade. A geomorfologia diferenciada, tida como diferencial turístico e fundamental para a implementação de um geoparque (fundado, entre outros elementos, na geoconservação), também é útil para a exploração de quartzito, utilizado na construção civil. A formação denominada Cidade de Pedra é um forte exemplo da estrutura geomorfológica local, passível de visitação.

Por constituir a base econômica local, a extração mineral gera expressivo número de empregos diretos e indiretos, além de receita. Destaca-se ainda que a mineração ilegal não é incomum no município (FALEIRO; LOPES, 2010).

A extração do quartzito, muito utilizado na construção civil como pisos rústicos ou fachadas, congrega não apenas Pirenópolis, mas municípios vizinhos como Cocalzinho e Corumbá de Goiás. No que diz respeito a Pirenópolis, corresponde a 30 a 50% da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS) do município. É a principal atividade produtiva de Pirenópolis (BARROS et al., 2002), alavancada desde a construção de Goiânia e Brasília, capitais próximas ao município; destaca-se ainda que a extração mineral de quartzito de Pirenópolis é referência nacional (MDIC, 2006; CAMPOS; SILVA, 2003).

Figura 4: Jazida de extração de quartzito em Pirenópolis



Fonte: <http://argosfoto.photoshelter.com/image/I0000yGxG451ISB4>²²

Segundo o diagnóstico do setor mineral de Goiás, de 2002, a produção do município corresponde a 50% da produção do estado (cerca de 120.000 m²/mês), sendo a Pedreira da Prefeitura a principal fornecedora. O mesmo diagnóstico diz que essa atividade é responsável por cerca de 2.000 mil empregos diretos no município, bem como de receita bruta anual de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais). A região em referência apresenta cerca de 31 títulos de extração mineral, cuja responsabilidade pela concessão é do Departamento Nacional de Produção Mineral. Desses 31, 18 correspondem a exploração de quartzito.

Em divulgação de pesquisa realizada sobre os impactos da mineração em Pirenópolis, apresentou-se a mudança do relevo, a partir da retirada da cobertura vegetal, desmonte de rochas e inadequação da destinação dos rejeitos. Além de

²² <http://argosfoto.photoshelter.com/image/I0000yGxG451ISB4>. Acesso em Fevereiro/2016.

provocar a descaracterização da paisagem, isso contribui para a poluição hidrográfica e desequilíbrio ecológico, afetando diretamente a população, que depende dos recursos naturais para consumo e sustentação das atividades turísticas, uma vez que o depósito de sedimentos no leito dos rios contamina a água, torna-a turva, modifica a vazão dos rios e retira a atratividade turística do município, no que diz respeito à visita de praias fluviais e cachoeiras (FALEIRO; LOPES, 2010).

Diante desse cenário, rearranjos em relação à atividade minerária têm sido propostos, para que haja mais eficiência e mitigação dos danos. Questões relativas à saúde do trabalhador (há casos de silicose em virtude do trabalho nas pedreiras, insolação e esforço físico intenso) e alternativas para o aproveitamento dos rejeitos têm sido objetos de discussão (FALEIRO; LOPES, 2010).

Figura 5: Pilha de rejeitos em jazida de extração de quartzito em Pirenópolis



Fonte: <http://www.pedrasfigueiredo.com.br/historia-das-pedras>²³

Conforme proposto por Barros (2002), há técnicas que permitem a redução de rejeitos, uma vez que “o desmonte atualmente é feito com o uso de explosivos, sem qualquer assistência técnica, gerando grande quantidade de fraturas secundárias, o que reduz o tamanho das placas e gera mais resíduos”. Ainda, no que diz respeito

²³ <http://www.pedrasfigueiredo.com.br/historia-das-pedras>. Acesso em Fevereiro/2016.

ao acúmulo dos rejeitos de modo a descaracterizar a paisagem, percebe-se que este acúmulo remonta décadas, de forma desorganizada, em áreas de risco e a céu aberto (AGIM, 2002).

Exemplifica-se com a Pedreira da Prefeitura, principal área de extração, que possui cerca de 55% de sua área coberta por rejeitos, os quais representam 65% de perda do procedimento rudimentar de lavra (BARROS et al, 2002). O município tem apresentado baixo índice de recuperação de rejeitos, levando ao aumento da poluição e do custo do produto a ser comercializado, e até o encerramento de atividades minerárias de determinadas microempresas ou autônomos, em virtude de questões ambientais. Entretanto, estudos têm sido realizados para melhor destinação dos rejeitos. Destaca-se um que identificou a possibilidade de utilização na pavimentação, fabricação de argamassas e pré-moldados (RUSSO, 2011).

No que tange a aspectos sociais, advindos da mineração, percebe-se que, conforme estudos realizados (MATTOS; RODRIGUES; SANTOS, 2007), os agentes do processo produtivo podem ser subdivididos em empregados, empresas e autônomos.

Conforme pesquisa realizada, constatou-se que as empresas possuem documentação regular na Prefeitura Municipal e Junta Comercial de Goiás, mas cerca de 60% delas possuem cadastro junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral; 35% possuíam de 0 a 5 empregados; 25%, de 06 a 15 empregados; 40%, acima de 15 empregados. 50% desses empregados lidavam com a extração, e os demais se subdividiam nas atividades de beneficiamento do quartzito. 15% recebiam menos de um salário mínimo; 29% recebiam um salário mínimo e meio; 17% um salário mínimo, mais produção; 13%, um salário mínimo; 13% dois salários mínimos e meio; 6%, 3 salários mínimos mais produção e; 3%, com dois salários mínimos mais produção. A jornada de trabalho prevista em lei era praticamente integralmente respeitada (97%), mas o mesmo não acontecia com o registro em carteira (MATTOS; RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Prosseguindo-se com o relato de dados levantados, autônomos têm produção escoada principalmente para o Distrito Federal e Pirenópolis, contando com ajudantes, sem vínculo trabalhista, e renda de dois salários mínimos para 87%. A carga horária era de, no máximo, 40 horas, sendo que a metade possuía idade

maior de doze anos; era comum a presença de menores de 14 anos nas minas. A renda média mensal variava de 1 a 3 salários mínimos, sendo que, dentro do universo de produtores pesquisados, 83% residia em Pirenópolis, há mais de 21 anos. Excluindo-se os empresários, 25% tinham até 20 anos de idade, 25% estavam na faixa etária entre 21 e 40 anos, e 36% mais de 40 anos. Em relação à escolaridade, 21% haviam concluído o primário, 17% o primeiro grau, e 15% o segundo grau. Os demais não haviam concluído o primário (MATTOS; RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Por fim, destaca-se que a pesquisa realizada e referenciada ainda constatou problemas sociais e familiares em cerca de 50% dos entrevistados. Os respectivos índices foram de 23% de analfabetismo, 14% de alcoolismo e 9% de uso de drogas. O nível de renda médio era de 1 a 3 salários mínimos para 80% dos entrevistados, que apresentavam índice de 80% de 1º grau a título de escolaridade (MATTOS; RODRIGUES; SANTOS, 2007).

A partir dessa conjuntura, perceptível à comunidade de Pirenópolis e Poder Público, no ano de 2003, a pedido do Ministério do Meio Ambiente e com patrocínio deste, do SEBRAE – GO e de 14 membros da Associação dos Mineradores de Pirenópolis, o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) enviou profissionais a Pirenópolis, propondo um trabalho de capacitação dos mineradores para as melhores técnicas para desmontar as rochas, uso racional de explosivos (utilizados na fase inicial da extração de quartzito), diminuição e aproveitamento de rejeitos e danos ambientais. Como resultado, houve maior planejamento das atividades, diminuição de custos com explosivos, melhoria das condições de trabalho e maior aproveitamento dos rejeitos (CAMPOS, SILVA, 2003).

Entretanto, foi o Arranjo Produtivo Local (APL) de Quartzito de Pirenópolis que apresentou maior racionalidade e perspectivas sustentáveis para a mineração local. Trata-se de iniciativa do Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, juntamente com a Federação das Indústrias de Goiás, Instituto Eivaldo Lodi e Secretaria de Indústria e Comércio da Superintendência de Geologia e Mineração (PIRENÓPOLIS, 2010).

O APL foi concebido com o objetivo de organizar a cadeia de produção do quartzito, estimulando a gestão participativa e fortalecimento/criação de associações

e cooperativas ligadas a atividade minerária, inclusive capacitando os produtores, visando, assim, maior participação do quartzito da região no mercado nacional e internacional (PIRENÓPOLIS, 2010).

No período de janeiro de 2005 e novembro de 2007, o programa do Arranjo Produtivo Local (APL) promoveu a legalização e transferência de gestão da Pedreira da Prefeitura (principal área de extração de quartzito) à associação de mineradores local, além de otimização da comercialização, produção, condições de trabalho e sustentabilidade. Cursos de capacitação foram oferecidos, além de assessoria técnica para mineradores autônomos (SENAI, 2011).

A legalização se deu, em abril de 2005, através da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta entre mineradores e órgãos de fiscalização (Ibama, Ministério Público, DNPM e Prefeitura), concedendo-se autorizações provisórias de lavra (CREA-GO, 2009). Novos termos foram assinados, cada vez com maior adesão dos mineradores, sob compromisso destes em providenciar, até 2010, licenciamento ambiental e minerário, projetos de recuperação ambiental, além de outras medidas. Relatórios anuais das atividades deveriam ser entregues, além de um relatório final, trienal – periodicidade em que os Termos de Ajustamento de Conduta devem ser renovados, até a recuperação da área (CREA-GO, 2009). Atualmente, a maior parte dos mineradores faz parte da Associação dos Mineradores de Pirenópolis e Cooperativa de Pedras de Pirenópolis, fato que permitiu a consolidação Arranjo Produtivo Local (MDIC, 2006).

3.3 Turismo em Goiás e em Pirenópolis

O Ministério do Turismo, juntamente com o SEBRAE e com a Fundação Getúlio Vargas realizam, desde 2008, um estudo de competitividade do turismo, a partir de 65 municípios, espalhados pelo território nacional, considerados municípios indutores do desenvolvimento do turismo nacional (GOIÁS TURISMO, 2015).

O índice de competitividade é atribuído ao município com base em 13 critérios: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, *marketing* e promoção do destino, cooperação regional, monitoramento, economia local, políticas

públicas, aspectos sociais, ambientais e culturais, capacidade empresarial (GOIÁS TURISMO, 2015).

Pirenópolis foi um dos 65 municípios selecionados para participar do programa. Na análise dos dados, Pirenópolis possui média de 53,5 pontos. Um resultado baixo em relação aos indicadores, porém superior à média dos municípios estudados dentre as não capitais, a saber, de 53,1 pontos (GOIÁS TURISMO, 2015).

Com o objetivo de monitorar a evolução da arrecadação tributária do turismo, O estado de Goiás firmou uma parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado para levantar os dados. Constatou-se que, “no período de 2006 a 2013, a arrecadação do setor de Turismo, em todo o estado, cresceu 134%, aumentando cerca de R\$ 50 milhões em tributos arrecadados anualmente” (GOIÁS TURISMO, 2015). Nesse cálculo, não se encontram os tributos municipais e federais, o que indica que a arrecadação pode ter sido ainda maior. Os principais contribuintes para o setor são “o transporte rodoviário de passageiros intermunicipal e interestadual, restaurantes e lanchonetes e o setor hoteleiro” (GOIÁS TURISMO, 2015).

Nesse ínterim, verificou-se também que a formalização de empregos diretos no setor turístico foi acima da média do estado. Enquanto Goiás, no período analisado, teve um crescimento de 15%, o setor de turismo teve um aumento de 23%. O mesmo ocorreu com a formalização de empresas. No setor turístico, o aumento foi de 29,2%, enquanto a média do estado foi de 15,6%. Analisando um espaço temporal maior, o crescimento foi estrondoso. Entre 2001 e 2012, o número de empreendimentos turísticos cresceu cerca de 5.469%. Vale ressaltar, ainda, que no *ranking* nacional de prestadores de serviços turísticos, dados de 2012 indicam que Goiás está em 6º lugar, na frente de muitos estados tradicionalmente turísticos como a Bahia, por exemplo (GOIÁS TURISMO, 2012).

Em 2012, a diretoria de pesquisas da Goiás Turismo realizou pesquisas de demanda em alguns dos destinos goianos mais procurados. Alguns dos municípios pesquisados foram Alto Paraíso, Pirenópolis, Rio Quente, Cidade de Goiás e Caldas Novas. Pirenópolis e os demais municípios mencionados apresentaram características similares nos quesitos avaliados (GOIÁS TURISMO, 2012):

- maioria dos turistas oriundos de Brasília e Goiânia;
- motivo da viagem: lazer
- cerca da metade dos turistas possuem renda entre 5 e 10 salários mínimos;
- mais da metade dos entrevistados já conhecia o destino;
- mais de 85% das viagens não foram organizadas por agências de turismo;
- mais de 60% dos turistas se hospedaram em pousadas;
- maioria dos destinos recebem turistas por 2 ou 3 dias;
- mais de 90% utilizaram carro próprio;
- mais de 95% dos entrevistados pretendem voltar ao destino.

Isso demonstra que existe certa regularidade nas características das viagens desses turistas – tanto em seu perfil, quanto em suas expectativas – o que favorece e facilita o desenvolvimento do turismo para esse público além de possibilitar investimentos na busca de novos nichos de mercado.

Feitas essas observações, necessário atentar-se que o crescimento populacional do Distrito Federal e entorno, como dito, incrementou a visitação na cidade de Pirenópolis, que além dos habitantes da capital federal contava também com visitantes de Goiânia, o que estimulou o fluxo econômico, populacional e imobiliário – alterando a rotina dos visitados. Importante que se perceba, assim, que o até então tradicional uso do centro histórico, por moradores, foi dando espaço para o setor hoteleiro, de alimentação e comercial em geral. O crescimento da demanda turística em Pirenópolis trouxe consigo o desafio da conservação da natureza e patrimônio histórico local, uma vez que “a *indústria* do turismo habilmente altera as condições geográficas do mundo que a história da humanidade construiu nesses longos anos de existência. (...) Tudo em prol da satisfação do turista” (BARBOSA, 2001).

No que diz respeito aos atrativos locais, destacam-se a arquitetura colonial portuguesa, além de cachoeiras, formações rochosas, vegetação do cerrado. Destaca-se, além da rica biodiversidade, a Cidade de Pedra, sem prejuízo de

fazendas fundadas no período escravocrata e cultura local (SILVA et al, 2007). Soares e Bessa (1999) afirmam que esse patrimônio "está se tornando uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de pequenas cidades do cerrado, pois apresenta novas possibilidades de crescimento regional". Os autores enfatizam que o turismo, em cidades como Pirenópolis, possibilitam a superação da estagnação econômica, pois a partir da promoção do bem estar dos visitantes criam-se empregos e renda.

Importante a observação que Pirenópolis traz heranças culturais anteriores ao período desenvolvimentista mencionado (as chamadas *rugosidades* por Milton Santos, apresentadas em capítulo anterior). Ao articular-se isso à conjuntura de desenvolvimento acelerado demonstrada, percebe-se que os territórios públicos destinados ao lazer em cidades maiores, como Goiânia e Brasília, foram reduzidos para que os setores econômicos os ocupassem, numa perspectiva proposta por Villaça (1998), de que indústrias e serviços reivindicam espaços.

Nesse sentido, Villaça (1998) enfatiza que o turismo e lazer, em pequenas cidades próximas de centros urbanos, vem acompanhados da ideia de visita a um patrimônio histórico e atrativos naturais preservados e acessibilidade. Tulik (2000) complementa que o poder aquisitivo, em cidades maiores, possibilita a busca de turismo e lazer a partir da rede hoteleira ou da segunda residência²⁴, como meio para que sejam desfrutadas conquistas sociais. Assim, verifica-se que, a partir dos anos 70, houve estímulo de visitação a Pirenópolis, por parte dos habitantes abastados em Brasília e Goiânia (cidades de fundação recente e planejadas), principais emissores de turistas à região.

Sendo assim, apesar de ter sido iniciado antes, o fenômeno do turismo, em Pirenópolis, começou a ser reconhecido, inclusive pelo poder público e para as entidades paraestatais, no final da década de 1980/início da década de 1990. Um marco muito importante foi o tombamento do centro histórico do município, em 1988, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Não se pode esquecer também do grande potencial ambiental da cidade representado, dentre outros pelo Parque Estadual dos Pireneus, criado em 1987.

²⁴ Sinteticamente, no fenômeno do turismo de segunda residência, as pessoas, moradoras de outros municípios, adquirem imóveis para passarem temporadas, como finais de semana, férias e feriados.

Com isso, empreendedores locais, bem como brasileiros, goianos e até estrangeiros começaram a investir em pousadas e restaurantes, assim como lojas voltadas para o turismo (venda de artesanato, souvenirs e itens de gastronomia típica) – como dito, nos territórios anteriormente ocupados pelos autóctones.

Percebe-se também, nesse momento, um maior reconhecimento do poder público quanto ao desenvolvimento do turismo. Por meio da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), com parcerias locais, é implementado, em Pirenópolis, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo e o Plano de Execução Descentralizada, fomentando práticas de turismo local com auxílio e participação ativa da comunidade.

Além disso, alguns programas de capacitação também foram implementado em Pirenópolis, com o objetivo de preparar melhor a comunidade para o turismo, bem como mitigar o desemprego na região. O PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) desenvolveu o primeiro curso de condução de visitantes da localidade. Em 1991, tem-se a criação Associação dos condutores de Pirenópolis.

Consolidando o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social de Pirenópolis, em 2001 foi aberto na cidade um campus da Universidade Estadual de Goiás, com cursos voltados para a capacitação de profissionais para turismo. Mais uma vez, percebe-se situação semelhante em Ouro Preto (MG), com a criação dos cursos técnicos de Turismo (no atual Instituto Federal de Minas Gerais) e de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Diante desse cenário de desenvolvimento do Turismo, é importante destacar que houve migração dos antigos moradores do centro histórico para a periferia, de modo a acomodar os turistas. Entretanto, isso não significa que haja um compartilhamento de valores e visões de mundo entre visitantes e visitados, tampouco que os residentes tenham espaço no comércio e serviços proporcionados pelo turismo de forma integral. Conforme Dias e Aguiar (2002), "os postos de trabalho abertos pelo turismo são geralmente sazonais – ocorrendo durante os períodos de alta temporada – e os níveis salariais de um modo geral são comparativamente baixos". Muitas vezes, a oferta de serviços ligados ao turismo é realizada por sujeitos que se mudaram para a cidade, para aproveitar as

oportunidades econômicas advindas do fluxo de visitantes. Mendonça (2003) afirma que:

Na maioria das localidades, é possível observar, ao lado de uma modificação na distribuição espacial dos moradores, das atividades econômicas e dos locais destinados ao lazer, o surgimento de um centro e, em contrapartida, de uma periferia. É lá que são reorganizados os antigos moradores, bem como os segmentos produtivos menos 'pitorescos', de maneira que o contato entre visitantes e nativos, a inserção destes na paisagem urbana, aconteça apenas em obediência às necessidades da produção, do consumo e da prestação de serviços aos turistas.

É preciso que a comunidade autóctone participe das definições políticas locais, e que não se adaptem a propostas que aproveitem a cultura, o meio ambiente e o patrimônio histórico como um bem de consumo sob viés mercadológico – pois assim o turismo de saída para a opressão econômica, se torna mais um instrumento para que ela se mantenha. Além disso, necessária a percepção de que "a organização territorial dos lugares turísticos não responde somente à lógica do lugar, do meio e da população, ela é a reprodução de atributos valorizados nos centros urbanos emissores "(LUCIARI, 1998).

3.4 Pirenópolis: Reflexões Documentais e seus Reflexos

Durante processo reflexivo de construção deste trabalho, dois documentos foram resgatados como fundamentais para o entendimento da formação do território de Pirenópolis, bem como seu uso, através das transformações advindas das atividades produtivas do homem sobre ele. São eles o Plano Diretor do Município de Pirenópolis e o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis. O terceiro documento, O Projeto Geoparque dos Pireneus, é fonte dos questionamentos e da pesquisa realizada.

A seguir, esses documentos serão descritos e, posteriormente, analisados de maneira crítica com fulcro nas categorias de análise do método materialista dialético descritas no capítulo anterior. Apenas com a finalidade de reintroduzir o assunto, tais

categorias (totalidade, *práxis*, contradição, mediação, historicidade, criticidade) serão brevemente retomadas.

A totalidade está ligada às articulações entre as partes, às especificidades e aspectos presentes na investigação científica – as quais, em sua multiplicidade e interlocução, são alteradas constantemente. A totalidade se reflete na percepção do pesquisador, em buscar da complexidade dos dados pesquisados, o que os influencia e o que é influenciado pelo objeto de pesquisa. Referido diálogo entre o específico e o geral, entre a parte e o todo, permite uma compreensão mais profunda do objeto.

A *práxis* se apresenta através da atividade transformadora do ser e do que o circunda (e, portanto, das interações por esta atividade realizadas). Assim, corrobora-se a concepção do homem como transformador da realidade no processo histórico, por meio do trabalho. É o que permite, por exemplo, a construção do turismo como prática social humana, transformadora do território no processo histórico. Ademais, a *práxis* pode ser vislumbrada na articulação entre a teoria e a prática, ou seja, a partir da convergência entre os referenciais teóricos e os dados empíricos que a eles se relacionem, na análise de uma realidade.

A contradição parte da premissa que a transformação da realidade ocorre no processo histórico, a partir das contradições entre os fenômenos nela existentes. É percebida, portanto, através das várias determinações do real, inclusive dos seus opostos, que se contrapõem numa dinâmica dialética, permitindo assim visualização mais adequada no processo de pesquisa.

A mediação permite as visualizações entre o concreto e o abstrato, fazendo a ponte entre a teoria e a prática, concebendo-se, portanto, como pressuposto da *práxis*, e caminhando junto à contradição, pois a realidade observada de forma empírica necessita da assunção de suas contradições, e, através da mediação entre os opostos, se constrói o pensamento totalizante.

Além disso, diante da ideia de que a realidade está em constante mudança, assevera-se que as mudanças do real acontecem no processo histórico; tal percepção faz com que a historicidade também seja uma categoria de análise

própria do materialismo histórico-dialético, o qual também parte da pressuposição de que a realidade é construída social e historicamente.

Já a categoria da criticidade, por sua vez, tem como ponto de partida a ideia que a alienação e passividade impedem a mudança e as transformações do real; extrai-se, portanto, dessa categoria, a necessidade de ruptura com a comodidade e manutenção do *status quo*. Referida ruptura ocorre por meio da crítica e autocrítica, focadas na (re)construção do objeto de investigação e realidade a partir dele observada.

Destaca-se ainda que as categorias de análise mencionadas, definidas *a priori*, ganham maior objetividade e foco no desenvolvimento da discussão dos dados a partir das categorias operatórias. No presente trabalho, repete-se que as categorias operatórias são interdisciplinaridade, território usado e sustentabilidade.

3.4.1 Plano Diretor do Município de Pirenópolis

Em 1995, a Lei Orgânica do Município de Pirenópolis de 1990, determinou em seu artigo 182 que o poder legislativo elaborasse um plano diretor para a cidade com objetivo de planejar e organizar o planejamento territorial, bem como preservar e proteger o patrimônio ambiental e arquitetônico.

Mais de vinte anos após a determinação da Lei Orgânica, em 12 de dezembro de 2002, foi aprovada pela câmara municipal a Lei complementar N°002/200, denominada Plano Diretor do Município.

Foi dividida em duas partes: primeira chamada “de sustentabilidade da cidade”, estabelece as regras para uso e ocupação do solo de maneira racional com foco em princípios de preservação do patrimônio e proteção do meio ambiente; a segunda parte, denominada de “instrumentos de controle” tratam das regras de conduta no uso do solo da convivência e das penalidades para os desvios de conduta.

A Parte I foi subdividida em IV títulos. O título I descreve que a cidade deve promover o desenvolvimento econômico e social de maneira equilibrada e

sustentável, compatibilizando a geração de emprego em três áreas principais: o turismo, a produção mineral e o artesanato. Nas linhas contemporâneas à época, preconiza um turismo que respeite as dinâmicas da comunidade, com vistas ao desenvolvimento de práticas turísticas histórico culturais e o desenvolvimento do ecoturismo, como forma de estimular o a preservação ambiental. Da mesma forma, enuncia que a exploração mineral do quartzito deve ser feita da forma menos agressiva possível ao meio ambiente, procurando, inclusive mitigar os impactos causados pelos mais de dois séculos de exploração. O artesanato deve ser estimulado por meio de um centro de produção e capacitação de artesãos. Ainda, nesse título, são determinadas diretrizes para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da melhoria da infraestrutura como a instalação de redes de esgoto, criação de praças, projetos habitacionais, recuperação de bairros.

O título II abarca temas que envolvem métodos de preservação ambiental, incluindo as áreas verdes urbanas, mananciais e vestígios de vegetação cerrado espalhados pelo território. Determina ainda que o zoneamento deve, além de estimular a preservação do meio ambiente, determinar áreas com potencial de exploração mineral, agropecuária e turística.

O título III orienta quanto às maneiras de tornar Pirenópolis uma cidade mais atrativa, através da preservação do patrimônio histórico cultural e ambiental, além do desenvolvimento de infraestrutura adequada para turistas e autóctones, com melhoria da sinalização, dos passeios etc.

O título IV foca nas diretrizes para desenvolver melhorias nos meios de circulação da cidade. Determina quais serão as vias principais e secundárias, tipo de trânsito e de veículos possíveis. Prevê, ainda, intervenção viária e paisagística com a implantação de vias e calçadas largas e arborizadas.

A parte II, denominada Instrumentos de Controle, também foi dividida em IV títulos. O título I trata das diretrizes para o ordenamento territorial, com ênfase na preservação do patrimônio ambiental, incluindo os cursos de água protegendo inclusive áreas ciliares dividindo o espaço em zona de ocupação urbana, zona de preservação ambiental, zona de proteção paisagística, área de desenvolvimento econômico e zona rural. Nas áreas residenciais define quais são as atividades que geram incômodo e seu nível de tolerância.

O título II determina como pode ser feito o parcelamento do solo de Pirenópolis, que varia de acordo com sua localização na cidade, sendo, então diferente no centro histórico, nas áreas mais afastadas e na zona rural. Além disso, define quais são as áreas de uso e interesse público, as obrigações do loteador, largura de vias etc.

O título III é curto e apenas define que o poder público crie regras para desapropriações, preempções e operações urbanas consorciadas, seguindo a Lei Federal Nº 10.527 de 10/07/2001. O título IV das disposições finais diz que o controle da aplicação do plano diretor é de responsabilidade da Agência de controle urbanístico de Pirenópolis e que o departamento técnico de licenciamento urbano (DETEL) será responsável pelos alvarás de construções bem como emissão de habite-se.

Após a simples descrição do documento é possível levantar diversas considerações sobre a maneira de construção do mesmo. Conforme mencionado na primeira parte do Plano Diretor de Pirenópolis, já é aludida a sustentabilidade como pilar das ações a serem desenvolvidas em seu nome. O documento afirma que a base da economia do município é o turismo, a extração mineral e o artesanato, pelo menos as políticas públicas se voltarão para essas áreas. Esse pode ser considerado um ponto negativo, já que, apesar da proeminência das atividades citadas, a cidade pode e deve desenvolver-se também em outros setores da economia, inclusive domínios da agricultura, pecuária ou tecnologia.

Em relação ao turismo, o Plano Diretor o trata como atividade meramente econômica, dizendo que sua prática deverá ser fundamentada no uso racional dos recursos naturais e que o modo de vida da comunidade não poderá ser alterado em sua decorrência, não ponderando sobre a possibilidade emancipatória da população com a o fenômeno turístico. Paulo Freire, precursor da pedagogia crítica, conceitua empoderamento como sendo a “capacidade do indivíduo realizar, por si mesmo, as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer” (BAQUERO, 2012). Considerando ainda esse conceito de Paulo Freire, porém com um olhar sobre comunidades, Romano (2002) diz que o empoderamento é “(...) um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus

próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade para produzir, criar e gerir”.

Além disso, o Plano limita a ação do fenômeno turístico ao ecoturismo e ao turismo histórico e cultural, mais uma vez frustrando possibilidades de novas áreas de desenvolvimento. O ecoturismo, por sua vez, é mencionado de maneira vaga e apenas considera-se que sua atividade deverá respeitar as leis referentes à proteção ambiental vigentes.

Da mesma forma, a extração mineral de quartzito micáceo é citada de forma explícita no texto do Plano. Entretanto, assim como ocorre com turismo, o legislador citou, de maneira vaga e imprecisa, as formas de sua exploração, enfatizando apenas que a atividade dar-se-á de maneira sustentável, com reaproveitamento de rejeitos e recuperação de áreas degradadas. Apesar do mérito em se considerar a sustentabilidade no processo de extração, não é mencionada nenhuma possibilidade de uma norma específica, uma fiscalização mais rígida ou, até mesmo, uma punição aos mineradores que degradam o meio ambiente. Não se deve esquecer que o papel de fiscalização da atividade minerária no Brasil compete ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Contudo, isso não exime o município de fiscalizar, realizar denúncias ao Ministério Público, quando cabível, e de criar políticas que garantam uma mineração sustentável.

Quanto ao artesanato, última atividade econômica citada no Plano Diretor, pode se considerar preterida pelo legislador, que em apenas um artigo definiu suas diretrizes. Tal situação pode ter ocorrido pela baixa representatividade do setor na economia. Entretanto, pode-se, inclusive, considerar esse posicionamento um grande contrassenso, já que o artesanato é a atividade econômica citada que gera menos danos ao meio ambiente, à cultura e ao patrimônio local, além de ser a que possibilita uma maior e real participação dos autóctones no processo produtivo, sem que esse altere sua cultura e seu modo de vida.

Ao contrário do que ocorreu com as atividades econômicas, o legislador definiu e detalhou o uso e a ocupação do solo no município, incluindo, em seu texto, a sustentabilidade, a preservação de áreas ciliares e dos leitos dos rios, e de áreas verdes urbanas. Mencionou a importância na instalação e expansão de serviços básicos como a rede de esgoto para a melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto, apesar da preocupação com a melhoria de vida das pessoas, não foram citadas maneiras de participação popular na construção, desenvolvimento e fiscalização das políticas públicas presentes no Plano Diretor do Município. A preservação do meio ambiente, bem como do patrimônio cultural e arquitetônico, são de extrema relevância, justamente por isso estão no texto do Plano; todavia, empoderar a comunidade para que não apenas saiba, mas participe do processo de preservação é fundamental para a eficácia de qualquer política pública que seja implementada.

Considerando ainda as categorias de análise basilares do método materialista histórico dialético, utilizado nesta pesquisa, compreende-se que quando o Poder Executivo elenca apenas três atividades econômicas relevantes para o município, preterindo as demais existentes, bem como desconsiderando novas possibilidades, demonstra uma perspectiva fragmentada, a partir do conhecimento produzido também dessa forma, não privilegiando a complexidade ou o pensamento totalizante. Reiterando ainda o caráter material da dialética Marxista que considera o homem como um ser capaz de transformar a natureza, a partir do seu trabalho, o reducionismo nas atividades econômicas subjuga, inclusive, a capacidade da população em criar, desenvolver e empreender.

Além disso, mesmo as práticas econômicas citadas - o fenômeno turístico, a extração de quartzito e o artesanato - são tratadas no Plano apenas sob o viés econômico. Assim, sob o olhar da *práxis*, categoria de análise que reafirma a capacidade transformadora do homem no ambiente e na sociedade, como agente ativo do processo histórico, percebe-se que o Poder Executivo não considerou as demais alterações oriundas do processo produtivo, inclusive aquelas que ocorrem no território e na comunidade. Ou seja, não considera que o território está em constante transformação; que ele se constrói, ao mesmo tempo em que é construído pelas práticas socioeconômicas.

Observando ainda a categoria da totalidade que preconiza que o conhecimento não deve ser fragmentado (argumento também defendido pela interdisciplinaridade), para que não se tenha uma percepção compartimentada do objeto de estudo, ao identificar as atividades produtivas apenas pelo olhar econômico, além de não ter evidenciado o caráter multidisciplinar das atividades

produtivas, bem como suas influências no território constituído, demonstra que não buscou-se uma compreensão densa do objeto de estudo, no caso as atividades econômicas em Pirenópolis que, através da capacidade transformadora do homem, formam o território usado do município.

Analisando ainda a mediação, categoria que evidencia as conexões entre o concreto e o abstrato, conjugada com a contradição que auxilia, por meio da formação de antíteses a captação da complexidade do real, (conforme mencionado essas categorias caminham juntas), as atividades econômicas foram consideradas apenas como objeto de estudo empírico sem a construção do pensamento totalizante a partir dos seus contrários, para que se pudesse realmente perceber as influências e consequências do trabalho e da exploração do território sobre as pessoas e sobre o próprio território usado (formado alterado constantemente pelo seu uso). O termo sustentabilidade, por exemplo, utilizado como princípio do Plano Diretor de Pirenópolis, não foi explicado, nem mesmo citadas práticas sustentáveis a serem desenvolvidas pelas atividades econômicas, demonstrando maior interesse do poder público nos fatores financeiros e produtivos (desconsiderando-se valores e interesses da comunidade), evidenciando o real uso do território em Pirenópolis, construído, muitas vezes, a partir dos interesses dos atores detentores de poder político e econômico, com o auxílio da lei.

Analisando pelo viés histórico, a extração do minério quartzito micáceo foi fundamental na formação do território de Pirenópolis e de sua comunidade, porém a maneira predatória dessa exploração acarretou inúmeras consequências ambientais na região. Além disso, não se levou em consideração que, por se tratar de uma extração de mais de 200 anos, o quartzito pode estar entrando em fase de redução de sua capacidade produtiva.

3.4.2 Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis

Considerada privilegiada geograficamente, Pirenópolis está próxima de Goiânia, Anápolis e Brasília, grandes centros que concentram grande população e alta renda per capita, o que pode propiciar um fluxo turístico considerável, dado que

além dos atrativos históricos e ambientais, Pirenópolis apresenta um vasto calendário de eventos que, além de atraírem muitos turistas e investimentos, contribuem para a preservação e disseminação da cultura goiana. Dentre esses eventos, destacam-se o Festival Gastronômico de Pirenópolis, a Festa Literária de Pirenópolis (Flipri), o Canto da Primavera, a Festa do Divino e as Cavalhadas.

Devido ao seu potencial turístico e a sua importância no Estado de Goiás, Pirenópolis foi escolhida para ser um dos 65 municípios brasileiros participantes de um estudo de Competitividade dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Ministério do Turismo. O objetivo foi determinar índices que contribuem positivamente e negativamente para o turismo das cidades analisadas, dentre elas Pirenópolis.

O plano diretor, seguindo a linha de alguns autores, segmenta o turismo objetivando determinar áreas importantes para a atividade, identificando como potencial o turismo cultural, o pedagógico, o turismo de negócios e eventos e o ecoturismo.

O turismo cultural foi considerado pelo vasto patrimônio arquitetônico preservado da cidade, bem como pela preservação de diversos hábitos locais como a festa do divino e as cavalhadas, conhecidas em todo Brasil. O turismo de negócios e eventos é marcado pelo ambiente tranquilo da cidade e sua satisfatória rede de pousadas preparadas para receber eventos e encontros empresariais de pequeno porte, apesar da ausência, na cidade, de um centro de convenções. O turismo pedagógico envolve as viagens técnicas com objetivo educacional, independente do grau escolar do visitante, já o ecoturismo foi considerado pelo grande número de atrativos na cidade que envolvem a prática de turismo na natureza, entretanto, devido as práticas atuais desse segmento, o plano considera que o turista atual apenas deseja o banho de cachoeiras em dias de sol, não se preocupando muito com o fator essencial da prática ecoturista: a preservação.

De acordo com o nível de desenvolvimento, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis classificou os segmentos turísticos da seguinte maneira:

Desenvolver: apresenta potencialidade turística para o mercado, ainda sem estruturação, com deficiência de recursos humanos, equipamentos e infraestrutura.

Qualificar: possui estrutura turística para atender ao mercado, mas ainda apresenta necessidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos turistas, bem como capacitação de pessoal e qualificação de equipamentos.

Qualificar e promover: apresenta produto(s) estruturado(s) e qualificado(s), apto(s) para promoção e comercialização no mercado, mas com vistas à necessidade de qualificação constante (PIRENÓPOLIS, 2012).

Por essa análise, considerou o turismo cultural, o turismo de negócios e eventos e o pedagógico com demanda a desenvolver. Já o ecoturismo e o turismo de aventura com demanda efetiva devendo, entretanto, qualificar e promover e, o turismo de lazer (cachoeira e sol), já com demanda efetiva, necessitando apenas qualificação.

Utilizando técnicas de planejamento oriundas das teorias da Administração definiu como missão²⁵ do turismo em Pirenópolis:

Desenvolver o turismo de forma sustentável em suas três dimensões: ambiental econômico e sócia e, subsidia r políticas públicas para o setor, a fim de proporcionar qualidade de vida e renda aos moradores, satisfação dos visitantes e preservação do patrimônio cultural e natural (PIRENÓPOLIS, 2012).

Já a visão²⁶ para o turismo foi definida como: “Ser reconhecido, até 2016, nos principais polos emissores do país como um destino de turismo natural e cultural com infraestrutura adequada, organização e qualidade.” (PIRENÓPOLIS, 2012).

Como valores²⁷ foram definidos: “a goianidade, pirenopolidade, qualidade de produtos e serviços, conservação e valorização do patrimônio, cultural e natural, hospitalidade, costumes e tradições e respeito à comunidade local” (PIRENÓPOLIS, 2012).

²⁵ A missão expressa a razão de existência do negócio, no caso o plano municipal de Turismo de Pirenópolis

²⁶ A visão é definida como aquilo que a empresa deseja ser a médio e longo prazo ou seja, onde ela se vê no futuro.

²⁷ Valores são princípios que a organização possui que orientam e justificam suas atitudes. Devem ser muito bem pensados, pois não devem ser alterados.

Para o diagnóstico da situação de uma empresa, uma das ferramentas estratégicas mais utilizadas pela Administração Moderna é a análise SWOT³¹.

A partir da análise estratégica, baseada nas técnicas de análise SWOT, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis identificou os pontos fortes e fracos e as ameaças oportunidades do fenômeno turístico na cidade.

Em relação aos pontos fortes, do ponto de vista do Turismo, foram elencados diversos pontos positivos dos quais se pode citar a beleza da cidade, quanto ao patrimônio arquitetônico, natural e cultural, a gastronomia, presença de guias especializados, dentre outros. Quanto à infraestrutura foram elencados a existência de uma rádio comunitária, acesso à telefonia celular e *internet*, iniciativas na área de segurança pública, presença de hospitais, aeroportos próximos, acessos rodoviários e transporte público. Em relação ao meio ambiente, foram elencados a grande riqueza de fauna e flora, presença do parque estadual dos Pireneus, monumento Cidade de Pedra, **Proposta de Criação do Geoparque dos Pireneus (CPRM) (grifo nosso)**, existência do conselho de Meio Ambiente (Condema). Quanto à cultura destaca-se a existência de forte tradição cultural, da secretaria de cultura e uma ênfase na produção e comercialização de artesanato local.

Em relação aos pontos fracos, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis elenca, de forma resumida, a ausência de profissionalismo dos empreendimentos, estruturas precárias dos atrativos com elevado custo, falta de integração entre os integrantes do trade, problemas na divulgação do município e seus atrativos, baixa participação e conscientização da comunidade em relação ao turismo, baixa integração da zona rural no fenômeno turístico, especulação imobiliária do centro histórico com transformação de imóveis residenciais em comerciais. Considerando os eventos, existe a falta de uma agenda consistente e regular, além da carência de um centro de convenções. Foi relatado também falta de planejamento interpretativo adequado nos atrativos na sinalização para localização (PIRENÓPOLIS, 2012).

³¹ Criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, a análise SWOT estuda a competitividade de uma organização segundo quatro variáveis: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Com essa técnica, possível levantar as forças e fraquezas da empresa, das oportunidades e ameaças do meio em que a empresa atua.

Já quanto a infraestrutura, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis diz que a rede de saneamento e esgoto é insuficiente, bem como o abastecimento de água. As vias públicas se encontram em má situação de conservação, assim como as placas de sinalização, os jardins, praças, canteiros, banheiros públicos. Foi constatada ausência de coleta seletiva de lixo, já a coleta geral é irregular e não atende todos os bairros da cidade, ou seja, não há programa para gestão de resíduos. A segurança pública foi considerada fraca, a delegacia possui baixo efetivo, não abre aos finais de semana e não possui cadeia. O atendimento à saúde pública também foi considerada insuficiente. Transporte público precário e insuficiente. Vias públicas mal conservadas, sem acesso para os portadores de deficiência, falta de regras claras para o trânsito municipal. Quanto ao meio ambiente, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis cita a ausência de um código Municipal Ambiental, destruição gradativa dos patrimônios geológico, paisagístico e arqueológico, ocupação irregular do solo, tratamento de esgoto precário, ausência de políticas preservacionistas quanto ao meio ambiente, inclusive quanto ao monumento cidade de pedra, falta de fiscalização quanto a lei de uso e ocupação do solo, poluição de rios, ausência de políticas de educação ambiental.

Analisando a cultura, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis (PIRENÓPOLIS, 2012) identificou que as associações são pouco atuantes, desconexas. Além disso, apesar do rico acervo da cultura local, há pouca divulgação e disseminação desse conhecimento, inclusive entre os locais, falta de uma agenda cultural.

Continuando a análise SWOT, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis (PIRENÓPOLIS, 2012) identificou algumas oportunidades para o turismo na cidade. Dentre elas, destacam-se localização privilegiada (próximo de Goiânia, Brasília e Anápolis) com ligações viárias, linhas de ônibus, participação no programa de municípios indutores do Ministério do Turismo, possibilidade de receber recursos do Ministério do Meio Ambiente para preservação do cerrado. Quanto às ameaças, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis (PIRENÓPOLIS, 2012) identificou a situação precária da via de acesso ao município, população flutuante que aumenta criminalidade, descaso do poder público na preservação do patrimônio arquitetônico.

Apesar desse documento ter sido elaborado por técnicos especializados, inclusive do SEBRAE, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis apresenta incongruências relevantes. Em seus trechos introdutórios, a beleza cênica da cidade e de suas paisagens naturais, bem como a capacidade da população em manter seus traços e festas culturais. Apesar disso, o texto afirma que a população está engajada na proteção da memória coletiva e na construção do fenômeno turístico sustentável. Contudo, não fica evidenciado, em nenhum momento, a participação popular substancial na criação do plano.

No texto, conforme mencionado também, é citada a participação de Pirenópolis no programa de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, criado pelo Ministério do Turismo. Apesar da pontuação do município estar divulgada, demonstrando suas fragilidades, nada de concreto foi proposto com base nesses dados.

Para demonstrar as potencialidades do turismo em Pirenópolis, o Plano utilizou da segmentação do Turismo, algo não mais usual e amplamente criticado pela academia, inclusive porque, quando segmenta-se a atuação de uma atividade, automaticamente você restringe suas possibilidades. Utilizando essa metodologia, os pesquisadores identificaram o turismo cultural, de negócios & eventos, o ecoturismo e o turismo pedagógico. Essas são áreas de destaque para o Município, mas não por isso deve-se preterir demais ramos do turismo (caso continuasse a ser utilizada a linha da segmentação).

No caso do Plano de Turismo, foram elencados diversos pontos referentes à cidade, divididos em 09 objetivos (1. preservação e valorização da identidade cultural; 2. Preservação do meio ambiente; 3. adequar a infra estrutura de apoio ao turismo; 4. estabelecer políticas públicas e parceiros que favoreçam o desenvolvimento do turismo; 5. Estudos e pesquisas de interesse turístico; 6. implantação, estruturação e diversificação da atividade turística; 7. Fomento ao associativismo e ao empreendedorismo; 8. Qualificação dos serviços e dos profissionais da cadeia do turismo (oferta); 9. Promoção e comercialização do destino) que foram destrinchados em estratégias de atuação. Os pontos são bastante relevantes, porém apenas cita-los sem pesquisar as causas e as

consequências atuais de determinadas situações torna a pesquisa muito empírica, o que pode levar a conjecturas equivocadas.

Da mesma forma, soluções foram enumeradas para cada item elencado na análise swot. Entretanto, as soluções foram, como mencionado, pontuais sem detalhamento ou aprofundamento. A tabela de estratégias para os pontos elencados possui apenas quatro colunas – ação, prazo, parceiros para execução, articuladores da ação. Não foram destacados os meios possíveis para que a solução proposta fosse alcançada, da mesma forma que não foram cogitadas possibilidades de outras soluções, como se as apresentadas fossem únicas e infalíveis. Nesse contexto, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis identificou mais de 150 ações necessárias para o desenvolvimento do turismo, que deveriam ser executadas em 4 anos (2012-2016). Os pontos levantados são relevantes e necessários, mas o município é pequeno e possui baixos recursos, além do tempo ser exíguo para tão numerosas mudanças.

O procedimento relatado foi utilizado inclusive quando é mencionada a proposta de criação do Geoparque dos Pireneus, objeto desse estudo.

Figura 6: Estratégias para o Turismo em Pirenópolis

Objetivo 2 - Preservação do meio ambiente

Estratégia 1- Criar e implementar áreas de conservação, programas, normas e ações para conservação do meio ambiente

AÇÃO	PRAZO	PARCEIROS PARA EXECUÇÃO	ARTICULADORES DA AÇÃO
Implementar a unidade de conservação (categoria: monumento natural) no Morro do Frota.	Médio	Semarh	Condema
➔ Criar Geoparque dos Pireneus.	Médio	CPRM	Condema

Fonte: Pirenópolis, 2012³²

³² GOIÁS. **Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis**. Pirenópolis: SEBRAE, 2012.

Analisando criticamente, na ação, o plano cita apenas “criar o Geoparque dos Pireneus”, não há indicação ou diretriz de como isso deve ser feito, não foi considerado um estudo prévio de sua viabilidade, seus impactos sociais, econômicos ou ambientais. Vale mencionar que também não foi citado o geoturismo como prática turística nem a geoeducação, basilar para um Geoparque. Quanto ao prazo, o documento apenas cita médio. Considerando que o Plano de Turismo foi elaborado para 2012-2016, um prazo médio seria de dois anos, um prazo adequado para a preparação do Geoparque, mas totalmente inadequado e inexecutável dentro de um Plano que propõe mais de 150 ações pontuais para serem executadas, em 04 anos, em um município pequeno, com pouco orçamento e uma população de pouco mais de 23.000 habitantes.

Como parceiros de execução, o Plano cita a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que conforme mencionado, trata-se de uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas Energia. A CPRM é responsável pelo Programa Geologia do Brasil, realizando levantamentos Geológicos, levantamentos Geofísicos, avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, levantamentos Hidrogeológicos, gestão da Informação Geológica, análises Químicas e Minerais do Laboratório de Análises Minerais.

Dentro do programa de gestão territorial da empresa, consta o Projeto Geoparques do Brasil, no qual a CPRM faz um levantamento de sítios geológicos que, por seu interesse científico ou por sua beleza natural, poderiam se tornar um Geoparque. A empresa não possui quadro técnico especializado para realização de estudos socioeconômicos ou turísticos para projetos de implantação de geoparques. Sua função de levantar os sítios geológicos de interesse já foi feita e entregue para o poder público municipal bem como publicado no livro Projeto Geoparques. Isso demonstra que o plano deveria sugerir mais parceiros para a execução de suas ações.

Em suas considerações finais, o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis apenas entrega aos interessados o produto da pesquisa realizada, porém, além de não apresentar formas concretas de execução e implementação de suas ações, como mencionado, não apresenta nenhuma forma de monitoramento para identificar

quais ações estão sendo realizadas e se de fato estão atingindo os objetivos propostos.

Considerando mais uma vez a metodologia aplicada no trabalho, o materialismo histórico dialético e suas categorias de análise, quando menciona-se a manutenção de traços culturais por parte da comunidade em seus festejos e tradições e, considerando a já mencionada historicidade, a manutenção de tradições corrobora não apenas para a preservação da cultura popular, mas colabora na percepção do presente e planejamento do futuro a partir de práticas passadas.

Entretanto, a participação da comunidade na construção do plano de turismo é uma contradição já que apesar de ser citada como agente ativo na produção do documento, não fica explícita em nenhum momento qualquer colaboração popular, mas sim apenas dos empresários do setor turístico, que acabam por formar, transformar e construir o território usado com base no interesse de um pequeno grupo.

O fato de se divulgar apenas os resultados numéricos da pesquisa sobre municípios indutores do turismo demonstra uma possível fragilidade da pesquisa, pois quando dados numéricos são divulgados, para uma boa interpretação da realidade empírica captada pela pesquisa deve-se analisar o contexto dos pontos elencados (historicidade) bem como o uso da contradição para se apreender ao máximo o objeto estudado.

Sobre a segmentação do turismo presente no plano, além de limitar as possibilidades do fenômeno turístico no município, demonstra a fragmentação do conhecimento que impede a construção do pensamento totalizante bem como acaba por balizar a práxis, aqui entendida na junção de teoria e prática na busca em desvelar o empirismo.

A análise Swot é uma ferramenta utilizada no ramo de administração de empresas, muitas vezes para identificar a viabilidade de um empreendimento, com vistas ao mercado e ao lucro. Essa ferramenta pode ser utilizada como uma das maneiras de diagnosticar a realidade do turismo em Pirenópolis. Entretanto, a mesma não engloba todos os fatores, principalmente aqueles ligados ao campo social ou mesmo o território usado como fruto de interações sociais e suas práticas

relacionadas. Mais uma vez, percebe-se ausência da categoria da totalidade ou, pelo menos, a busca dela para identificar a complexa dinâmica de Pirenópolis para assim sugerir novas práticas.

Apesar disso, mesmo que de maneira insipiente, o documento quando elenca diversos parceiros para auxiliar o poder público na implementação do Plano de Turismo, percebe-se um viés multidisciplinar ou até interdisciplinar, faltando pontos de interlocução entre os possíveis parceiros e diretrizes para implantação do plano.

Assim como no Plano Diretor do Município, o Plano Municipal de Turismo não considerou a historicidade ou o processo histórico de formação do território usado de Pirenópolis, desconsiderando a historicidade, basilar da dialética marxista.

Por fim, verifica-se que, em ambos documentos, houve preocupação em identificar a sustentabilidade como pressuposto para as políticas e ações propostas. Entretanto, quando se enuncia a base de um projeto deve-se antes pesquisá-lo, no caso específico da sustentabilidade, o materialismo histórico dialético se adequa como método já que o objeto enuncia interlocução entre os usos dos recursos e do território de forma a favorecer o desenvolvimento social; toda pesquisa social necessita, antes que se perceba sua historicidade, seus contrários e, por meio da mediação, buscar identificar toda a complexidade das relações estabelecidas. Portanto, não basta citar a sustentabilidade, mas faz-se necessário identificar e pesquisar as formas de aplica-la nas políticas propostas.

3.4.3 Proposta do Geoparque dos Pireneus

O documento ora descrito constitui importante aspecto para o presente estudo de caso, uma vez que, sobre ele, recaem de forma direta os objetivos, objeto e problema da pesquisa proposto. Ademais, adianta-se que a análise dos dados se dará a partir da interlocução dessa proposta de implementação de geoparque com elementos a serem apresentados oportunamente.

A proposta de criação do geoparque dos Pireneus é de autoria de três geólogos empregados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM),

empresa pública já apresentada. Os autores, Thomé Filho, Moraes, Paula (2012), iniciam a proposta com uma breve introdução, descrevendo o relevo e altitude da região que abrange a proposta, situando-a no Planalto Central brasileiro, com rara e espetacular beleza cênica:

Todo esse conjunto de geologia interessante e, frequentemente, rara; paisagens; cachoeiras; sítios históricos e arquitetura colonial constituem-se em um pólo de atração turística de alto potencial para ser desenvolvido. A proximidade do Distrito Federal e entorno, mais a população do eixo e Região Metropolitana de Goiânia, num total estimado em 5,8 milhões de habitantes, propiciam fluxo crescente de turismo, somente considerando as populações vizinhas. No entanto, devido à alta qualidade dos atrativos, a área tem potencial para se tornar um elemento de atração nacional e, mesmo, internacional (THOMÉ FILHO; MORAES; PAULA, 2012).

Terminada a introdução, prossegue-se com a descrição da localização da área proposta para implementação do geoparque. Ela assume a forma de um polígono de aproximadamente 715 quilômetros quadrados. Conforme se observa na figura, está majoritariamente localizada no município de Pirenópolis, mas por estar em área limítrofe com os municípios de Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás, nestes também se insere, conforme a figura que se segue:

Figura 7: Localização Geoparque dos Pireneus



Figura 1 - Localização do Geoparque Pireneus e vértices do polígono delimitador da área do Geoparque.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³³

A proposta continua, com a descrição geral do geoparque. Primeiramente, é feita uma caracterização do território, tomando por base o clima, relevo, vegetação, hidrografia, história, infraestrutura e população.

No que tange ao clima, a proposta apresenta-o como sendo, na região do geoparque, tropical semiúmido, composto de uma fase seca (abril a setembro), e uma úmida (outubro a março). Prossegue com o relevo, que sinteticamente possui um conjunto de serras alinhadas, com encostas côncavas e vales, com altitude máxima de números superiores a 1200 metros, além de datar a formação geológica da região, cuja gênese se deu no Cretáceo Superior, sendo alterada durante o Paleógeno. A vegetação se insere no bioma Cerrado, com praticamente todos os seus tipos de vegetação e alto índice de preservação nas áreas mais elevadas. A área do geoparque está entre as bacias hidrográficas do Paraná/Prata e Tocantins.

³³ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

O Rio Corumbá, da bacia do Prata, nasce no pico dos Pireneus e segue para o sul – local em que também nasce o Rio das Almas, seguindo para o norte. Ambos os rios tem afluentes, e, apesar da estiagem de 04 a 05 meses anuais, a maioria dos rios são perenes.

A história da região foi descrita, em linhas gerais, principalmente no que tange à existência e desenvolvimento de Pirenópolis, a partir da mineração, nos idos de 1727, com a extração de ouro. Posteriormente, com estagnação e despovoamento advindos do esgotamento dos aluviões, a economia entra em fase de dificuldade, arriscando na agropecuária, com um tímido sucesso. A estrada de ferro que chegou ao sul de Goiás, no início do século XX, auxiliou a economia local, que foi incrementada de fato com a construção de Goiânia (anos 40) e Brasília (final dos anos 50) – ocasião em que o quartzito micáceo de Pirenópolis foi largamente explorado pela construção civil nesses locais.

A proposta, ao se voltar à infraestrutura e população da região do geoparque, afirma que esta possui uma boa rede viária principal, e que as sedes dos municípios em que se localiza o geoparque possuem ligações viárias asfaltadas até Goiânia ou Brasília. As opções de hospedagem também são mencionadas, destacando Pirenópolis, com cento e vinte estabelecimentos de hospedagem, sem contar aluguéis de temporada e *camping* e a boa rede gastronômica da cidade. Há um fluxo turístico intenso de Brasília e Goiânia a Pirenópolis, aos finais de semana. O PIB (Produto Interno Bruto) da região é apresentado, bem como a população e área. A geologia do geoparque possui um tópico próprio, em que, de forma técnica, o conhecimento geológico define a idade, composição e processos históricos da formação geológica do geoparque, ocorridos há milhares de anos.

Os autores da proposta selecionaram 20 locais com potencial para serem geossítios na região do geoparque, a partir de sua história geológica, valor geocientífico, raridade das estruturas, as quais apresentam também beleza cênica e de espécies, presentes no bioma do cerrado, além de tradições culturais e interessante história.

Figura 8: Distribuição espacial e localização do Geossítios que compõe o Geoparque dos Pireneus

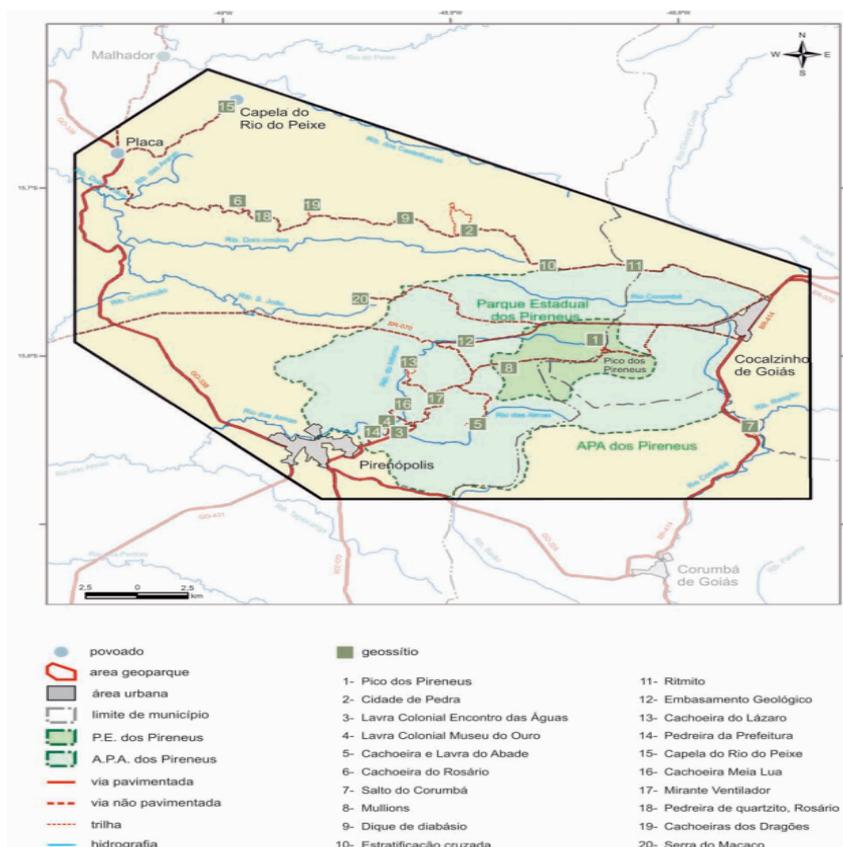


Figura 6 - Distribuição espacial e localização dos Geossítios que compõem o Geoparque Pireneus.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)²⁹

Alguns geossítios também compõem a área do Parque Estadual dos Pireneus. A proposta apresenta os seguintes geossítios, com os respectivos atrativos:

- Geossítio nº 01: Serra e Pico de Pireneus:

Com formação quase exclusiva de quartzito e quartzito micáceos, se estende por pouco mais de 40 quilômetros. Passa ao norte de Pirenópolis e sul de Cocalzinho de Goiás. O Pico dos Pireneus, maior do sul de Goiás, tem 1390m de altitude. O nome da serra e pico são

²⁹ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

em homenagem aos Montes Pirineus (divisa natural entre França e Espanha); aqui se escreve Pireneus, contudo, em virtude de a palavra francesa ser *Pirenées*, grafia tida como erudita no século XIX. Descreve-se ainda a Festa do Morro ou do Pico dos Pireneus, ocasião em que é realizada uma romaria, em que uma imagem da Santíssima Trindade é carregada por 20 quilômetros, de Pirenópolis ao Pico dos Pireneus. A festa ocorre sempre no dia de lua cheia do mês de julho. Há uma missa e um acampamento, o qual não necessariamente segue a tradição religiosa, resumindo-se a diversão de jovens em busca de contato com a natureza – trata-se do único momento em que é permitido acampamentos no Parque Estadual do Pireneus. O parque foi criado em 1987, transformando a região em área de proteção ambiental.

Figura 9: Vista do Pico dos Pireneus



Figura 7 - Vista do pico dos Pireneus de um ponto na BR-070 (de N-NE).

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³⁰

- Geossítio nº 02: Cidade de Pedra:
Localizado na Serra da Água Limpa, com formação de quartzito, estendendo-se por 14 quilômetros, e altitudes médias entre 1100 e 1240m. O desnível do geossítio permite vislumbrar paisagens

³⁰ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

deslumbrantes do alto da cerra: vegetação de cerrado, com florações diversas. Em virtude da distância e, principalmente, dificuldade de acesso, essa área não é visitada por turistas, tão somente técnicos, geralmente ligados à geologia. Em 2005, a região foi reconhecida como integrante da zona de expansão urbana descontínua de Pirenópolis e Zona de Proteção Ambiental. Nesse geossítio, o relevo foi dissecado de forma interessante, desagregando as rochas e dando-las aspecto de muralhas e ruínas.

Figura 10: Cidade de Pedras



Fonte: <http://mochileiro.tur.br/cidadepedra.htm>³⁴

- Geossítio nº 3: Lavras Coloniais em aluvião: De importante valor histórico, está próximo ao povoado que originou a cidade de Pirenópolis, apresentando vestígios da mineração do século XVIII.
- Geossítio nº 3.1: Lavra Colonial Encontro das Águas: Lavra em aluvião, com roteiro de visitação de aproximadamente 240m, em área próxima ao camping do Restaurante Pedreiras, ou Camping Encontro das águas;

³⁴ <http://mochileiro.tur.br/cidadepedra.htm>. Acesso em Março de 2016.

- Geossítio nº 3.2: Canal do Desvio do Rio das Almas: Provavelmente o rio em referência teve seu curso alterado nesse ponto para permitir a lavra no leito original e de aluviões na parte da margem direita do canal. Tem aproximados 430m, e foi construído com matacões e blocos arredondados, empilhados de modo a formar o muro do desvio. Essa parede está preservada em alguns trechos, destacando-se que há pontos de depredação e de entulho recente de rejeitos de quartzito.
- Geossítio nº 04: lavra colonial museu do ouro: preservada, a lavra possui roteiro e trilha de visitação de até 1200m, organizada por seu proprietário. Possui canais de água desativados, pequenas muralhas utilizadas para a minera o. O geossítio também   de interesse histórico; por isso, os autores afirmam que   necessária pesquisa para se compreender qual   o processo de minera o utilizado   época, além de sugerir um levantamento cartográfico de todos os pontos em que houve minera o da época do período colonial, para posterior sele o do que deve ser preservado desses garimpos antigos.
- Geossítio nº 5: Cachoeira e Lavra do Abade: além de cachoeira, possui importante lavra de ouro do séc. XIX. Esse geossítio também foi cenário de um conflito pela água de uma próspera companhia de minera o (e o francês que a possuía) com a elite de Pirenópolis. Em 1887, a pequena vila em que se localiza o geossítio foi queimada por vinte e quatro homens encapuzados, vindos de Pirenópolis. Atualmente, as ruínas da minera o e constru es da vila são atrativo para visita o. Há uma cachoeira que já   um local independente e estruturado para visita o, com centro de visitantes com banheiros, além de indica o das espécies vegetais visíveis da trilha até a cachoeira.

Figura 11: Cachoeira do Abade



Figura 29 - Cachoeira do Abade.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³¹

- Geossítio nº 6: Cachoeira do Rosário: ponto de visitação de interesse científico e turístico, com vegeta o tipo mata de galeria preservada, além da possibilidade de vislumbrar (atrás da cachoeira) o contato entre quartzitos e xistos granatíferos. Possui centro de visitantes e restaurante rústico, e trilha até a cachoeira.

³¹ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

Figura 12: Cachoeira do Rosário



Figura 30 -
Cachoeira do Rosário.

Figura 31 - Contato
entre quartzito e xisto.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³²

- Geossítio nº 7: Salto do Corumbá: O rio corumbá é um dos principais da bacia do Prata que banham Goiás; aluviões auríferos em sua bacia deram origem ao povoamento da região e fundação de Corumbá de Goiás. Na época da 2ª guerra mundial, uma razoável quantidade de rutilo foi minerada na bacia do Corumbá, auxiliando a indústria no abastecimento de óxido de titânio. A região foi explorada pelo mesmo francês minerador mencionado no geossítio nº 5, que construiu um canal desviando o Rio Corumbá, além de fazer um curte na rocha, tudo para auxiliar a atividade minerária de lavra. Atualmente, a área possui um camping e restaurante, além de trilha para a cachoeira em mau estado.

³² THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

Figura 13: Canal do Poço Rico



Figura 35 - Canal aberto na rocha para drenar o Poço Rico.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³³

- Geossítio nº 8: Mullions: O ponto em questão, dentro do Parque Estadual, tem esse nome em virtude das deformações na superfície das rochas em formato de pão, peixe ou bastão. Há blocos de quartzito de 4 a 5 metros de altura, e pequenas cavernas. Local usado para escalada.
- Geossítio nº 09: Dique do Diabásio: Na serra da Agua Limpa, esse geossítio apresenta rochas diabásicas, de cor de ferrugem, as quais, cortadas, tem interior de cor verde escura. O local torna-se interessante pois não apresenta predominantemente o quartzito, tal qual no restante da área do geoparque.
- Geossítio nº 10: Geossítio de interesse científico, indica que a formação geológica da região, os quartzitos, se deu pela ação do vento.

³³ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

- Geossítio nº 11: Ritmito: De interesse científico geológico, em virtude da preservação das estruturas sedimentares a formar as rochas da região.
- Geossítio nº 12: Embasamento Geológico: Afloramento de veios graníticos deformados e rompidos, relacionados à formação geológica da região, sem maiores atrativos turísticos.
- Geossítio nº 13: Cachoeiras do Lázaro: Compreende as cachoeiras do Lázaro e Santa Maria, no ribeirão do inferno. As cachoeiras estão a uma distância de 750m uma da outra, pelo rio. Por trilha, a distância é de 1,5km. Constituem afloramento de quartzito micáceo, com uma praia fluvial de areia branca.

Figura 14: Canal do Lázaro

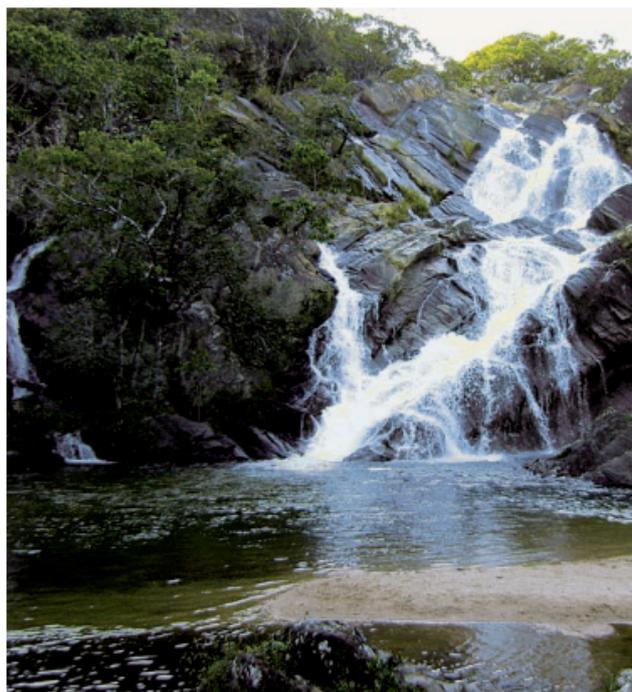


Figura 46 - Cachoeira do Lázaro.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³⁴

³⁴ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil**: Propostas. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

- Geossítio nº 14: Pedreira da Prefeitura: Os quartzitos da região podem ser desagregados em placas, o que a torna atrativa para a construção civil. A extração do quartzito constitui importante atividade na região, ocorrendo principalmente de forma manual, precedida pelo uso de explosivo. Uma das principais fontes de emprego da região. A pedreira é a maior e mais antiga área de exploração contínua de Pirenópolis. O rejeito de sua produção é problema ambiental grave no município, entulhando o Rio das Almas. Pesquisas tem sido realizadas para encontrar alternativas e usos adequados ao rejeito. Poderia se transformar em um local de visitação, principalmente para demonstrar as etapas de extração do quartzito.
- Geossítio nº 15: Capela do Rio do Peixe: Localizado em um distrito de Pirenópolis, é geossítio de interesse cultural e histórico. Foi um vilarejo fundado no século XVIII, durante o ciclo do ouro. No local ocorre famosa romaria, em louvor a Sant'Ana. Os romeiros acampam em barracas por doze dias. A romaria começa 17 de julho, com uma procissão que sai de Pirenópolis, atravessa 37km até o geossítio, no dia 18 de julho. Na festa que é realizada, há queima de fogos, fogueiras, leilões, novenas. As informações apresentadas em relação à festa pelos autores da proposta tem fonte no site *wikipedia*. Há uma cachoeira na entrada do geossítio.
- Geossítio nº 16: Cachoeira Meia Lua: A cachoeira se localiza no curso do Ribeirão do Inferno, principal afluente da cabeceira do rio das Almas. Uma das poucas cachoeiras do geoparque cuja rocha visível é o quartzito, mas sim, a granada-clorita-moscovita xisto grafitoso. Possui área para acampamento e trilha calçada, com bancos de descanso, o que torna o geossítio atrativo para os turistas.

Figura 15: Cachoeira Meia Lua

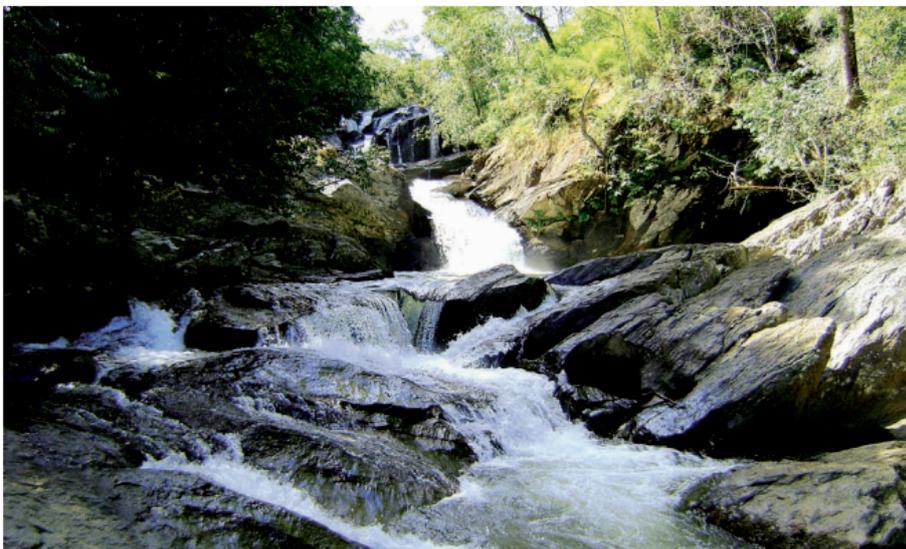


Figura 52 - Cachoeira Meia Lua.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³⁵

- Geossítio nº 17: Mirante Ventilador: No alto da serra, permite avistar Pirenópolis e uma grande área de extração de quartzito.
- Geossítio nº 18: Pedreira de Quartzito Rosário: No caminho para as cachoeiras do Rosário e dos Dragões, é possível visitar uma pedreira de placas de quartzito. Entretanto, a disposição dos rejeitos dessa lavra é caótica, o que prejudica não só o meio ambiente, mas a própria atividade extrativista. Isso é comum nas pedreiras da região, são poucos os mineradores que racionalizam suas frente de lavra.
- Geossítio nº 19: Cachoeira dos dragões: No córrego chapadão, o desnível das rochas criou belas cachoeiras, no próprio córrego ou em seus afluentes. Todas de rocha de quartzito micáceo, sendo que uma das que ficam no córrego Chapadão é a Rei dos Dragões.

³⁵ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil: Propostas**. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

Figura 16: Cachoeira dos Dragões



Figura 57 - Cachoeira dos Dragões. Foto Mauro Cruz.

Fonte: THOMÉ FILHO, MORAES, PAULA (2012)³⁶

- Geossítio nº 20: Serra do Macaco: Com altitude máxima de 1250m, faz parte de um conjunto maior da serra São João. No topo da serra, a rocha é a do quartzito. Na parte baixa e no fundo do vale é encontrada granada biotita hornblenda plagioclásio-gnaiss. Local usado para alpinismo, com bela vista.

Desde a elaboração da proposta, os autores mantêm contato com representantes comunitários, como proprietários de locais dentro dos geossítios com estrutura de visitação, além de associações de moradores, guias turísticos, hotelaria,

³⁶ THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil: Propostas**. Rio de Janeiro: Cprm, 2012, p. 111-150.

secretaria municipal de turismo, IPHAN e UnB, que sempre demonstram o interesse no desenvolvimento do turismo. Aos atrativos turísticos locais, podem ser agregado valor, como as informações geocientíficas.

A criação de um geoparque, além do apoio comunitário, conta com apoio governamental federal, no que diz respeito ao desenvolvimento regional de forma sustentável. O Ministério da Integração Nacional, inclusive, tem incentivado a interlocução com geoparques europeus. O Instituto de Geociências da UnB tem estudado a região em que se propõe o geoparque dos Pireneus. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pirenópolis tem articulado ações com órgãos governamentais e associações, de modo a desenvolver a proposta do geoparque. Além dos atrativos naturais, há os atrativos históricos e culturais, manifestações religiosas e uma já estabelecida rede de atendimento turístico na região.

Há um aeroporto em Pirenópolis com pista que suporta voos regionais, e estrutura hoteleira com mais de 120 estabelecimentos, além de restaurantes, lanchonetes e boa estrutura de recepção ao turista.

Os dois principais geossítios, Pico dos Pireneus e Cidade de Pedra, estão em área legalmente protegida. É necessário incrementar a segurança e o controle de acesso ao Pico dos Pireneus – que merece roteiros de visitação, trilhas e placas indicativas/informativas em bom estado. A Cidade de Pedra é protegida pela dificuldade de acesso (estrada intransitável). Há a necessidade de um plano de manejo, criação de roteiros, colocar placas, treinar guias e seguranças para o local. O Pico dos Pireneus e a Cidade de Pedra são geossítios que juntos abarcam cerca de um terço da área proposta para o geoparque.

Dos demais geossítios, menciona-se que os que possuem cachoeiras estão em áreas particulares, já exploradas turisticamente, com interesse dos proprietários na conservação – já existindo placas informativas e indicativas. Os geossítios 10 e 11 devem ser protegidos contra o entulhamento; o geossítio 09 e 12 são locais de rochas resistentes e de fácil manutenção, não demandando proteção mais especializada.

Os geossítios 17 e 20 devem ser protegidos pela erosão, pois o tráfego de pessoas que removem vegetação e que criam canais de escoamento da água podem induzir a erosão (recomendação válida para os demais geossítios).

Os geossítios consistentes em pedreiras merecem um plano de lavra racional, de modo que os rejeitos sejam aproveitados. A APA dos Pireneus engloba a maior parte das cachoeiras e outros pontos de interesse, incentivando a conservação do meio biótico dos geossítios, além de contribuir para disciplinar a lavra do quartzito na pedreira.

Os casos que dependem de maior proteção são os geossítios em que se localizam as lavras coloniais. Apontam-se evidências de exploração da área, destinatária de entulho da exploração do quartzito.

Por fim, o anexo A apresenta um sintético histórico da região dos geoparques, e o anexo B, uma história relacionada ao minerador francês que instalou próspera companhia de mineração na região, mas que foi expulso pela comunidade de Pirenópolis. Esta história é transcrita no presente trabalho, como anexo.

Apresentado o último documento, faz-se necessária uma análise mais profunda do Projeto Geoparque dos Pireneus, assim como realizado com os demais documentos estudados nesse trabalho. Primeiramente, é relevante destacar que a proposta de implementação do Geoparque dos Pireneus descreve o território, concebendo-o predominantemente a partir das suas características físicas como clima, relevo (e formação geológica) e vegetação. O enfoque no desenvolvimento econômico é percebido a partir da descrição da infraestrutura: malha viária e respectiva ligação com os grandes centros de Goiânia e Brasília, Produto Interno Bruto e capacidade de hospedagem, sustentada majoritariamente por turistas de Goiânia e Brasília, aos finais de semana.

Percebe-se, portanto, que a proposta, quando se foca em elementos constituintes do território não ligados diretamente à natureza, vincula-os ao poder econômico e ao mercado: a capacidade do município de gerar riqueza e de se desenvolver economicamente. O turismo é apresentado como um produto, uma vez que é mencionado no momento em que são apresentados os dados relacionados à capacidade dos hotéis, pousadas e campings. A desconsideração do turismo,

enquanto fenômeno, é perceptível ante a ausência de menção das possíveis interações sociais advindas da relação entre visitantes e visitados e seus respectivos reflexos socioculturais, bem como de necessidade de participação comunitária na definição das respectivas diretrizes de ação; o enfoque é a estrutura receptiva da cidade e a possibilidade de geração de renda e emprego³⁵ pelo turismo. Nesse contexto, percebe-se que essa concepção do turismo não é privilégio dessa proposta, ou do Plano Municipal do Município de Pirenópolis; os dados relacionados ao turismo em Goiás, descritos no início deste capítulo, se voltam basicamente às questões econômicas, de possível tradução em valores financeiros, riqueza e bens³⁶.

Essa constatação é corroborada pela observação de que o geoturismo, o ecoturismo e seus desdobramentos pedagógicos (em relação à educação ambiental e conservação do patrimônio geológico) também não foram contemplados. Assim, percebe-se que o território foi delineado na proposta, a partir de elementos físicos e biológicos, e concebendo os elementos socioculturais a partir da capacidade da região, desde sua fundação, em gerar bens e riqueza, tanto pela mineração, quanto pelo turismo empresarialmente concebido (o que inclusive é reforçado pelo Plano Municipal de Turismo, que analisa as possibilidades e traça parâmetros para o turismo a partir de técnicas oriundas da Administração de Empresas).

Percebe-se então o uso do território para fins econômicos, e o Geoparque dos Pirineus, se analisado diante da proposta de um geoparque, e em diálogo com o Plano Diretor e Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis, seria uma forma de manutenção ou incremento desse uso. O entendimento de Milton Santos, ao demonstrar que o conhecimento técnico consiste em importante vetor a definir o uso do território aqui se confirma, uma vez que, o conhecimento técnico despreendido

³⁵ Destaca-se, nesse contexto que, embora o emprego esteja ligado à comunidade, e possibilidade de melhores condições de vida, se pensado sem participação popular, permitirá a permanência da visão dos empregadores, que estão focados na proliferação de suas riquezas, e não na qualidade de vida do empregado ou melhora dos indicadores sociais. Assim, sem participação comunitária na definição dos parâmetros de trabalho a partir do turismo, há a tendência de precarização das condições de trabalho, o qual, a partir de sua exploração, se torna instrumento de submissão, e não de emancipação.

³⁶ Conforme demonstrado no início do estudo de caso, o Poder Público apresenta os dados do turismo em Goiás se voltando, sinteticamente, a valores empresariais, como *marketing*, arrecadação fiscal, serviços e equipamentos. Chega, inclusive, a estabelecer um índice de competitividade entre os municípios.

para a elaboração da proposta não apresenta novos vetores para delinear a formação do território, mas reforça os existentes, de forma articulada ao Poder Público Municipal.

Nesse sentido, o histórico do município de Pirenópolis, a partir da mineração é descrito. Como a cidade foi fundada e se desenvolveu com a mineração, é impossível que essa questão não seja abordada, já que, até hoje, é a atividade econômica de esteio da economia local (como apresentado, a maior parte da arrecadação fiscal do município é proveniente da atividade minerária).

Diante desse cenário, os problemas ambientais advindos da mineração, são mencionados na proposta sem maiores considerações. A questão da sustentabilidade ou da apresentação de alternativas sustentáveis para solução ou mitigação dos dilemas entre mineração e meio ambiente, seja pela implementação do geoparque, ou de qualquer outra maneira, não é mencionada.

As propostas de enfrentamento dos impasses geoecológicos, advindos da mineração, como o Arranjo Produtivo Local, ou o Termo de Ajustamento de Conduta proposto pelo Ministério Público, mencionados outrora, não foram apresentadas. Assim, percebe-se que o ideal da sustentabilidade, paradigma teórico que sustenta os elementos fundamentais para a implementação de um geoparque, conforme a Unesco, não é apresentado. Questões que poderiam ser apresentadas, como um diagnóstico da situação ambiental do território e as respectivas possibilidades de solução ou mitigação, a partir do geoparque, no que diz respeito sobretudo à geoconservação e geoeducação, passaram ao largo da elaboração da proposta.

Considerando ainda a questão ambiental, vale ressaltar que a Proposta do Geoparque dos Pireneus não apresenta ou sugere a elaboração de um EIA RIMA Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental que, pela própria Resolução CONAMA Nº 001 (1986) – Conselho Nacional do Meio Ambiente -, deve ser elaborado por profissionais das diversas áreas envolvidas no caso específico, identificando também, mais uma vez, a necessidade e importância da construção do conhecimento interdisciplinar. Vale ressaltar que o EIA/RIMA é obrigatório em áreas de relevante interesse ambiental e, parte do Geoparque dos Pireneus se encontra no Parque Estadual dos Pireneus, sendo, portanto obrigatório referido estudo.

Emerge deste ponto um paradoxo em relação à situação do Geoparque dos Pireneus: como harmonizar uma proposta de geoparque, amparada na geoconservação, em um município cujo território depende do extrativismo mineral, e, portanto, da descaracterização desse patrimônio?

A redução dos danos ambientais, advindos da mineração, constituem um grande desafio (senão o maior) para Pirenópolis. Planejamento, monitoramento, fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis e investimento em tecnologia sustentável devem fazer parte da agenda das políticas públicas locais.

Por mais que haja uma visão negativa em relação à mineração, necessário observar que se trata de atividade com raízes históricas e culturais no município, constituindo o meio de subsistência de boa parte da população. Atividades econômicas como a agropecuária, por exemplo, comum no território goiano, também possui severos impactos ambientais (se praticada sem planejamento sustentável da produção), já que é iniciada a partir do desmatamento, modifica a estrutura e capacidade de infiltração de água no solo (podendo gerar até erosão), e se vale de defensivos que afetam diretamente a saúde do povo.

Os dados econômicos, sociais e ambientais relacionados à extração de quartzito têm reflexo inegável sobre o turismo, o qual, por apresentar crescente vocação para o ecoturismo, tem convivido com a dicotomia entre mineração e turismo – o conflito é latente, com os devidos grupos maximizando ou minimizando os impactos da mineração conforme seu interesse (MATTOS; RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Assim, percebe-se que, na proposta sob análise, a instrumentalidade ambiental do geoparque circunscreve-se à geoconservação com finalidade de pesquisa geocientífica ou contemplação turística, sem maiores considerações sobre o horizonte possível pela geoeducação e turismo num sentido mais amplo, descrito apenas como atividade em ascensão, mercantilmente concebida. Deste ponto, é possível observar que, no que diz respeito ao turismo, o geoparque é apresentado como (mais) um produto turístico local, de viabilidade garantida pela capacidade de recepção das empresas locais ligadas ao ramo hoteleiro. Não se pretende afirmar que as possibilidades econômicas do turismo sejam em si prejudiciais, mas que elas

devem se agregar a valores de sustentabilidade advindos, no caso dos geoparques, da geoeducação e geoturismo.

Dando seguimento à discussão, são pertinentes as propostas de melhoria do acesso ao geossítio nº 02 (Cidade de Pedra), preservação das reminiscências da mineração dos séculos XVII e XVIII presente nos geossítios nº 03, 04, 05 e 15, que além da geoconservação, demandam a preservação de patrimônio histórico.

Para que esses valores sejam agregados, imprescindível que a elaboração de proposta de geoparque seja feita com a participação equânime de todos, para que os detentores do conhecimento técnico-científico num sentido restrito, do poder econômico, e do Poder Público não se sobreponham aos interesses da comunidade, mas que atuem em paridade na definição dos rumos do geoparque.

A proposta de geoparque foi elaborada por profissionais da área geológica, com notório e inquestionável saber técnico, mas sem demonstração de participação comunitária (apenas menção de que esta foi consultada). Entretanto, para que se enquadre nos parâmetros teóricos apresentados em relação aos geoparques, a proposta deveria ter contado com participação ativa da comunidade envolvida. Isso toma grande importância ao refletir-se no caso específico de Pirenópolis, pois, como demonstrado, a comunidade local foi remanejada para a periferia da cidade, para que ocorresse o desenvolvimento do Turismo (para dar espaço aos turistas e rede de hospedagem). Considerando-se essa submissão do povo na dinâmica do turismo local, a proposta de geoparque emerge como um possível meio de garantia de centralidade aos autóctones; não geográfica, mas de visibilidade, no que tange à definição dos rumos e fundamentos de propostas como a de criação de um geoparque.

A visibilidade, empoderamento e autonomia populares podem ter, no turismo, um aliado, desde que concebido de forma separada da visão empresarial. Contudo, a proposta, ao não prestigiar valores comunitários, reforça políticas verticalizadas e privilegia a lógica turística já estabelecida. Corrobora-se com a observação que os documentos analisados no presente trabalho são genéricos, sem discriminação do lugar de fala da comunidade.

Diante desse panorama, assevera-se que a proposta de geoparque elaborada está distanciada do modelo apresentado pela UNESCO. Além de impedir novas possibilidades relacionadas ao turismo, meio ambiente e economia, impede o reconhecimento internacional do geoparque, já que está circunscrita à relevância do patrimônio geológico, e distante do geoturismo e geoeducação. Dessa forma, inviabiliza o tripé vislumbrado a partir da indissociabilidade entre geoturismo, geoeducação e geoconservação quando da implementação de um geoparque.

Necessário que se tenha a interdisciplinaridade como valor fundante da elaboração da proposta de qualquer geoparque, o que não ocorreu com a do geoparque dos Pireneus analisada. Aliás, a interdisciplinaridade poderia ter suprido os pontos de inviabilidade de implementação e reconhecimento do Geoparque dos Pireneus. Ao ser elaborada com base no conhecimento disciplinar da Geologia, ou privilegiando essa disciplina, permitiu-se, ainda que de forma não intencional, que elementos que vão além do patrimônio geológico sejam abordados de forma superficial – basta destacar, a título de exemplo, que ao referenciar uma festa religiosa no geossítio nº 15 (Capela do Rio do Peixe), a fonte apresentada é o site *wikipedia*, situação que poderia ser abordada de forma mais consistente e científica se um profissional da área estivesse participando formalmente e ativamente das deliberações referentes à proposta.

Pontua-se que as práticas socioeconômicas que delinearão o uso do território no Centro-Oeste e em Pirenópolis, com reflexos na condução da oferta de serviços e práticas turísticas, devem ocorrer de forma mais democrática. Para tanto, fenômenos como o aquecimento do mercado imobiliário, segregação dos autóctones (ou permissão para participação apenas em caráter subordinado) e valorização de atributos opostos à memória cultural local devem ser vistos com cautela. A postura dialógica entre os valores de mercado e os comunitários deve ocorrer de forma horizontal e paritária, de modo que as interações proporcionadas pelo turismo sejam efetivas e sem traços impositivos, tendo como pilar a sustentabilidade (econômica, social e ambiental).

O tripé geoconservação, geoeducação e geoturismo, e a ampla reflexão em relação aos geoparques por ele sustentada, não pode se desvincular da abordagem interdisciplinar, trazendo ao centro das deliberações prévias à apresentação das

propostas, não só todas as áreas do conhecimento, mas todos os atores sociais que ao geoparque convergem, permitindo não só uma proposta mais plural e sustentável, mas uma (re)definição do uso do território do geoparque por critérios democráticos e participativos.

Ressalta-se ainda que a análise da proposta de criação do Geoparque dos Pireneus no presente trabalho teve como vetores e critérios de objetividade os conceitos relacionados à sustentabilidade, turismo e território usado, explanados no primeiro capítulo, e eleitos como categorias operatórias.

Considerando-se ainda as categorias e análise definidas *a priori*, a saber, totalidade, práxis, contradição, mediação, historicidade e criticidade, destaca-se que, ao analisarem-se os componentes integrantes do território descritos na proposta (valorização de aspectos econômicos, prestígio dos elementos físicos/naturais), quando foi demonstrada a necessidade de agregação de valores socioculturais ao turismo (ampliando a importância do turismo para além dos interesses econômicos), foi aplicada a categoria da totalidade (articulação das especificidades e composição dessas especificidades a formar o todo da proposta).

Destaca-se também que, ao verificarem-se os elementos que constroem o território e definem o seu uso, e necessidade da convergência de vários aspectos para a concepção do turismo, além da totalidade, tornam-se presentes as categorias da mediação (como forma de se perceber as conexões e dimensões entre o concreto e o abstrato, articulando os elementos e construindo a totalidade – e, portanto, com a totalidade dialogando) e da práxis (que concebe o homem como agente transformador da realidade). Referida análise, ao criticar a falta de prestígio a todos os elementos constituintes do território – apontando o seu uso para o capital, e demonstrando a necessidade de proposição de criação do geoparque a partir da geoconservação, geoeducação e geoturismo, teve como condutoras categorias operatórias de território usado e interdisciplinaridade.

Da apresentação do conflito entre o extrativismo mineral e a geoconservação, fundamental ao geoparque, ganham contorno as categorias da contradição (relação dialética entre os opostos, meio para que o objeto de pesquisa seja observado a partir de sua complexidade – e que, a partir dessa complexidade e conflitos nela existentes, salte-se de um estado qualitativo para outro), totalidade (especificidades

econômicas, sociais e ambientais que se apresentam no conflito e formam o todo a ser transformado no conflito), mediação (conectando as especificidades do conflito e do objeto investigado que formarão a totalidade) e *práxis* (já que do conflito originado da prática humana haverá uma transformação do território e do objeto pesquisado). Ao apresentar-se a sustentabilidade como esteio dessa transformação e alternativa possível para solução do conflito/contradição em questão, modificando o uso do território e a forma de se apreender o turismo e a atividade minerária, através de um exercício articulado entre essas áreas do conhecimento presentes no real, percebem-se, trilhando o debate, as categorias operatórias apresentadas no capítulo 02 deste trabalho, a saber, sustentabilidade, território usado e interdisciplinaridade.

A historicidade está presente na análise de todos os tópicos, vez que deles não pode ser dissociada; pelo contrário, é a pedra fundamental, que tem na insustentável história de construção do território de Pirenópolis o ponto de partida de todos os debates, sobretudo diante da noção que as transformações do homem sobre a realidade apresentadas (realizadas e propostas), as articulações entre as partes e o todo, em conflito e mediadas de modo a construir a totalidade sempre ocorrem no processo histórico.

Percebe-se assim, que as categorias de análise não podem ser vistas de forma isolada e estática; fazem parte de uma dinâmica de conexão e constante transformação; se interpenetram a todo o tempo, permitindo que não se observem fragmentos de realidade, mas sim que esta se mostre a partir de sua complexidade.

A criticidade, por sua vez, parte da verificação que, conforme afirmado, a realidade está em constante transformação, através do homem no processo histórico. Assim, a criticidade permeou toda a discussão, à medida que a mudança das premissas em relação à proposta de geoparque e ao turismo que nela se insere foram uma constante da análise, impossibilitando alienação passiva e estagnada no processo investigativo.

Ante a realidade apresentada e as correlações feitas considerando-se o processo histórico de construção do território de Pirenópolis a partir das práticas econômicas do município, e, após a análise dos documentos formais hora apresentados, construiu-se um quadro sintético, demonstrando-se como se porta o

território usado, a participação comunitária, as forças produtivas e a educação ambiental em três distintos cenários: mineração, turismo atual e uma nova possibilidade frente à possível implantação de um Geoparque e do Geoturismo.

Quadro 1: Pirenópolis a partir das práticas sócio econômicas

Componentes elementares Espaços Estruturais	Mineração	Turismo	Geoparque e Geoturismo
Território Usado	Viés puramente econômico. Território apenas como matéria prima a ser explorada. Redução da capacidade produtiva; Uso não renovável. Retira da natureza e não produz / reproduz benefícios. ATROFIA DOS RECURSOS. O foco da atividade é a viabilidade econômica. Quando não for mais de interesse, o legado negativo de depredação restará à população.	Uso mais consciente. Território deixa de ser matéria prima para ser protagonista da “atividade econômica” . HIPERTROFIA DOS RECURSOS. Conservação do território é fundamental para continuidade do Turismo. Necessita de capacitação e normatização. (Plano Municipal do Turismo de Pirenópolis necessita reformulação)	Possibilidade de uso sustentável do território. Uma nova era de exploração racional que alia preservação, critérios de relevância social (elevação da qualidade de vida da população), prudência ecológica e viabilidade econômica.
Participação comunitária	Reduzida (apenas na produção). Os lucros se concentram nas mineradoras. O poder econômico é dominante. Aos trabalhadores as possibilidades de ascensão e de protagonismo na produção são pequenas. Alienação do trabalhador.	Ampliada, porém ainda com mecanismos de concentração de renda (redes hoteleiras e gastronômicas). A população possui certo grau de protagonismo, seja em pequenos comércios, na produção de artesanato, na busca por capacitação para trabalhar com trade turístico, ou até mesmo como guia turístico independente.	Comunidade como protagonista, o poder público passa a ser parceiro, bem como a iniciativa privada. Os objetivos deixam de ser unicamente econômicos, pois a população deve ter melhoria na qualidade de vida (basilar no desenvolvimento sustentável e na constituição do geoparque)
Força produtiva	Minério é a força produtiva da mineração, entretanto é um produto finito e sua extração gera diversos impactos ambientais e sociais. Uma atividade que “concentra as riquezas nas mãos de poucos, mas que divide os prejuízos com a população.	A força produtiva do turismo vem da dimensão estética da paisagem (natural e arquitetônica). A comunidade ainda possui papel de coadjuvante, não se apropriando do seu território.	A força produtiva do geoturismo vem da dimensão estética da paisagem (atratividade) aliada com a participação comunitária que passa a protagonista e difusora do território. Poder público possui o papel indutor de empoderamento da população, por meio da Geoeducação.
Educação Ambiental	Incipiente. A exploração mineral se iniciou no período colonial e se mantém até os dias atuais, muitas vezes desrespeitando inclusive a legislação vigente (trabalhadores sem	Uma das principais práticas econômicas de Pirenópolis é o turismo. Existe a consciência da preservação para manutenção do fluxo turístico. Porém pouco é feito junto as comunidades e	A Geoeducação faz parte do tripé sustentáculo do Geoparque. A comunidade se apropria de seu território através da geoeducação, que inclusive deverá conscientizar sobre as

	equipamentos de proteção, por exemplo)	com os turistas para disseminar práticas conservacionistas.	práticas mineradoras historicamente presentes e sobre maneiras de torna-la menos prejudicial ao ambiente.
--	--	---	---

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui vasto patrimônio natural, arquitetônico e histórico. Dentre esses atrativos, o presente trabalho destaca o patrimônio geomorfológico e os mecanismos para sua preservação, especificamente o Projeto Geoparque dos Pireneus, analisado sob a perspectiva do materialismo histórico dialético sob o prisma do território usado, na sustentabilidade e na interdisciplinaridade.

Percebendo que para a ocorrência do fenômeno turístico conforme observado no decurso do presente trabalho, é imprescindível a percepção de que território e turismo estão em constante inter-relação, afirma-se que o território não existe de maneira isolada; é permeado por todas as interações sociais e econômicas que nele se desenvolveram no processo histórico.

A partir da perspectiva da teoria do território usado de Milton Santos, o território é construído com base nas atividades que nele se desenvolvem. Essas atividades provem da capacidade que o homem possui de transformar a natureza e o ambiente para atender seus interesses. O uso do território impacta diretamente a comunidade que se desenvolve em torno das relações que nele se estabelecem. Tal fato fornece ao território um caráter dinâmico, de constante mudança e adaptação, numa relação simbiótica entre natureza, território e homem.

No estudo de caso, percebeu-se que o território de Pirenópolis, tradicionalmente e prioritariamente usado pelas atividades de exploração mineral – inicialmente pelo ouro, posteriormente pelo quartzito – passou, nos últimos anos, a contar com o fenômeno turístico como uma vertente de construção do território. Destaca-se que referido fenômeno vem tomando considerável proporção, seja pela quantidade de turistas, seja pelo aumento de práticas a ele relacionadas. O território passa a se configurar com possibilidades além da tradicional mineração, com novos usos onde residências históricas se tornaram comércios, hotéis e pousadas. Concomitantemente, a cidade começa a se adaptar a um novo olhar: o do visitante.

Nesse cenário, com vistas a aumentar a importância do Turismo na região, novas possibilidades de atração para os turistas são percebidas, mas, ao mesmo

tempo, urge a necessidade de preservação. O território, suas características naturais e sua cultura agregada, já tão desgastados pela histórica atividade minerária, não poderiam perder uma de suas principais fontes de recursos na atualidade: o turismo, que se alicerça exatamente nesse patrimônio natural sob ameaça.

Com esse foco, práticas sustentáveis passaram a ser prementes em Pirenópolis o que levou, inclusive, na elaboração de instrumentos normativos analisados, indicando atividades focadas no desenvolvimento sustentável, que preconizam o crescimento atrelado ao uso racional dos recursos, de forma a não comprometer as gerações futuras. Esse pensamento, objetivando a manutenção e preservação do território de Pirenópolis, vem sendo paulatinamente agregado ao fenômeno turístico na cidade.

Nesse mesmo contexto, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) apresenta o Projeto Geoparques dos Pireneus, a partir de uma ideia recorrente na Europa, oriunda da preocupação com a preservação do patrimônio geomorfológico. O projeto da CPRM preconiza que a área de um Geoparque deve ser constituída de geossítios de importância cênica e/ou científica. O projeto, conceitualmente engajado com a sustentabilidade, vai ao encontro do Plano Diretor do Município de Pirenópolis, bem como com o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis. Dessa forma, foi logo incorporado ao plano estratégico, para incrementar o fenômeno turístico no município.

O presente trabalho se desenvolveu a partir dessa reflexão sobre território, sustentabilidade, interdisciplinaridade; inicialmente, por meio de levantamento teórico-bibliográfico e suas interlocuções com o geoparque e com o fenômeno turístico. Posteriormente, foram analisados aspectos sobre o turismo em Pirenópolis, bem como dados socioeconômicos foram correlacionados ao desenvolvimento do território e seu uso. Também foram considerados pontos sobre práticas sustentáveis em geral e as praticadas no município.

Com isso, constatou-se que, diante dos parâmetros desenvolvidos pela UNESCO³⁷, o projeto dos Pireneus necessita de uma visão no mínimo multidisciplinar para que o geoparque seja implementado e reconhecido.

Percebe-se que a proposta do Geoparque dos Pireneus foi extremamente minuciosa no levantamento dos geossítios; destaca-se ainda que a proposta se insere em território em que o fenômeno turístico já se faz presente de forma contundente. Além disso, existe na proposta a noção de que a principal beneficiária do projeto deve ser a comunidade. Entretanto, nos aspectos que a ela poderia haver alguma referência, não se levanta, por exemplo, a questão relativa a possíveis efeitos no território usado, manifestação ou consulta popular (por meio de audiências públicas, por exemplo) sobre o interesse no projeto, ou ao menos sua divulgação.

Recorda-se que um dos elementos do tripé que ancora o desenvolvimento do geoparque é a geoeducação, com o objetivo de difusão dos conhecimentos geomorfológicos (de maneira acessível para leigos) para a população e visitantes, de modo a gerar interesse na preservação, não apenas dos itens ligados à geomorfologia, mas de todo o patrimônio circundante. No caso específico de Pirenópolis, a formação de seu território e de sua comunidade está intimamente ligada às formações geológicas e minerais, já que o minério foi e é determinante nas interações sociais locais e na dinâmica espacial. Assim, a geoeducação pode, inclusive, inserir e empoderar a comunidade em seu próprio território, em sua história, e a partir disso construir uma nova realidade, com fins realmente sustentáveis.

Considerando ainda a preservação do patrimônio geomorfológico, a geoeducação possui papel fundamental. Inicialmente, contextualizando a população quanto às origens das rochas atualmente exploradas economicamente, quanto aos impactos dessa exploração histórica e as possíveis formas de mitigar a problemática relacionada à preservação do ecossistema local. Para que o projeto atinja esse

³⁷ Pelas diretrizes propostas pela Unesco, para que um geoparque obtenha reconhecimento internacional (e que possa integrar a Rede Global de Geoparques), além das propostas estabelecidas para o Geoparque dos Pireneus, é imprescindível que seja considerada a viabilidade de desenvolvimento das atividades econômicas pelo geoparque, de forma sustentável, principalmente por meio do turismo. O geoparque deve, ao mesmo tempo, fomentar a preservação do patrimônio geológico, por meio da geoeducação, transmitir conhecimento para visitantes e autóctones e estimular o desenvolvimento sustentável pelo turismo gerando novas fontes de renda para a comunidade.

ponto, deve ser realizado um estudo entre geólogos, biólogos e pedagogos, de modo a tornar esse conhecimento acessível e presente na vida cotidiana das pessoas na cidade.

O turismo, entendido no projeto geoparques como propulsor de desenvolvimento econômico e social, deve se fazer presente ante a necessidade de estudos relevantes para verificar se o fenômeno turístico constituído em Pirenópolis comporta um atrativo do porte do geoparque, inclusive para examinar a viabilidade econômica do empreendimento (viabilidade analisada sob o prisma da sustentabilidade, repete-se).

Muitas vezes, políticas públicas verticalizadas são implementadas sem prévio estudo e consulta pública, não atingindo sua finalidade que, no caso específico, é preservar o patrimônio geológico, assegurando o desenvolvimento sustentável através do geoturismo, reforçando a identificação da população com sua região. Além do impacto socioambiental, que deve ser no mínimo previsto, essas políticas são onerosas e podem não atender aos anseios da população que, por isso, merece protagonismo, visibilidade e fala durante todo o processo. Assim, o Geoparque deve surgir como um projeto integrador, buscando, dentro dos princípios enunciados pela UNESCO, desenvolvimento sustentável para sua comunidade – em todas as vertentes presentes na concepção de sustentabilidade.

Nesse contexto, observa-se que o Geoparque dos Pireneus pode ser auxiliar na mitigação dos impactos ambientais presentes em decorrência da histórica exploração mineral, principalmente por meio da geoeducação e consequente conscientização e preparo cidadãos (visitantes e visitados) para uma nova fase de exploração, alicerçada na sustentabilidade.

Apesar das ausências presentes no projeto, não se pode furtar do reconhecimento do mérito da CPRM e de seus profissionais pela iniciativa, inserindo o Brasil nos ideais mais contemporâneos de preservação do patrimônio geológico.

Considerando-se que se trata de um projeto, e como tal é passível de ajustes para suprir as inconsistências verificadas, propõe-se a criação de um grupo interministerial, buscando alcançar características interdisciplinares. Nesse panorama, a CPRM pode participar como representante do Ministério de Minas e

Energia (MME), e do conhecimento técnico geológico; o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio), representando o conhecimento ambiental, poderiam fazer um diagnóstico da área, e preparar as áreas de conservação a receberem visitantes, com qualidade e segurança. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que possui dentre as suas atribuições a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, além de assegurar o desenvolvimento econômico, com o uso sustentável dos recursos naturais, poderia auxiliar na construção das práticas sustentáveis do Geoparque. O Ministério da Educação pode contribuir na elaboração das bases da geoeducação no Brasil, que após consolidada seriam adaptadas para cada proposta de Geoparque. O Ministério da Cultura poderia participar assegurando a preservação das práticas culturais e tradicionais do município evidenciadas, principalmente em suas festas populares e em seu artesanato, reconhecidos por sua riqueza de detalhes e qualidade.

O Ministério do Turismo, pela sua competência e caráter multidisciplinar trabalharia como articulador de todos os colaboradores, além de se responsabilizar pela implementação e capacitação da comunidade para receber o Geoparque.

Durante o trabalho ficam evidenciadas as possibilidades de um geoparque impulsionar o desenvolvimento sustentável através do geoturismo, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade socioeconômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios, indústrias de hospedagem e novos empregos.

Dessa forma, o geoparque pode dar uma nova dimensão ao turismo de Pirenópolis sendo concebido como uma possibilidade de mudança para a (re)configuração do Turismo no município, com maior participação da comunidade, que muitas vezes se encontra alijada da empresa turística que ali se firmou. Para tanto, é necessário vontade política, já que educação e turismo demandam investimentos. Ademais, é importante refletir se o empoderamento das comunidades periféricas a partir do conhecimento, da educação e valorização da cultura, evitando assim políticas verticalizadas (mais democráticas, participativas) é de interesse do Poder Público.

Formalizada a proposta, mediante os parâmetros em questão, uma última fase de apresentação à comunidade, para reparos, é imprescindível para que o geoparque seja legitimado, e que por ele a comunidade, sentindo-se integrada ao território, possa ser investida do protagonismo a que faz jus.

Como primeiro passo para que esse cenário ganhe concreção, sugere-se a implementação de trilhas geoeeducativas, nas quais guias especializados da comunidade caminhem com visitantes, alunos e crianças, explicando de maneira clara e simples os geossítios, ao mesmo tempo em que os contextualizem quanto à importância das formações para economia e para sociedade, sempre destacando a relevância da preservação. Conforme mencionado no decorrer deste trabalho, essa prática já foi implementada em algumas cidades brasileiras com êxito. Poderia ser iniciado um projeto de trilha para a cidade de Pedra, por exemplo, dada a popularidade do atrativo, seja pelo misticismo da região, seja pelas formas curiosas que se apresentam.

Por fim, torna-se imprescindível a compreensão que a geoeeducação e geoturismo, presentes no geoparque, consistem em vetor - sob o prisma da sustentabilidade - para mitigar a exploração desordenada que se construiu no território de Pirenópolis no processo histórico, e que tanto prejudicou o ecossistema local. Houve tentativas de legalizar e organizar a problemática relativa às práticas socioeconômicas e o uso do território, conforme analisado. Contudo, não foram obtidos resultados razoavelmente positivos no que diz respeito à geoconservação frente ao extrativismo mineral. Nesse sentido, é que o geoparque, por práticas pedagógicas e turísticas que se projetam para a comunidade local e visitantes, pode ser um forte aliado na superação do paradigma de exploração da natureza que, embora em crise, permanece vigente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOIANA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MINERAL (AGIM). **Diagnóstico do Setor Mineral Goiano**. Convênio MME/SMM/DNPM/AGIM, Goiânia, 2002.

AGNEW, J.A. e DUNCAN, J.S. **The power of place: bringing together geographical and sociological imaginations**. Boston: Unwin Hyman, 1989.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Lima; MORELLI, Gustavo. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-64.

ALVES, Maria Lúcia Bastos. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 3, dezembro 2011.

BACCI, Denise de La Corte; BOGGIANI, Paulo César; PIRANHA, Joseli Maria; DEL LAMA, Eliane Aparecida. GEOPARQUE – estratégia de conservação e projetos educacionais. **Revista do Instituto de Geociências –USP**, Geol. USP, Publ. espec., São Paulo, v. 5, p. 7-15, outubro 2009.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, abr. 2012.

BARBOSA, Altair Sales, TEIXEIRA NETO, Antônio, GOMES, Horieste. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.

BARROS, Tércio Pina de. **Definição da Geometria e Distribuição dos depósitos de Quartzito Ornamental na Região de Pirenópolis – GO**. Convênio nº 008/2001-MME/DNPM/AGIM. Goiânia, 2002.

_____; NETO, Yusley Ferreira; JORGE, Edson Cabral; CUBA, Elias Antônio. **Difusão de tecnologia mineral para aproveitamento dos rejeitos granulados de lavra de quartzito ornamental na região de Pirenópolis - GO**, fev. 2002 .

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC. 2001.

_____. Como certificar o turismo sustentável?. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.5-16, nov. 2003.

_____. Relações públicas e o desenvolvimento sustentável do Turismo. **Organicom**, ano 3, n. 5, 2º semestre de 2006, p. 181-187.

_____. Sistema de turismo – SISTUR: estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.15-34, maio 1990.

BENTO, Lilian Carla Moreira; RODRIGUES, Silvio Carlos. O Geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural abiótico – uma reflexão teórica. **Revista Pesquisas em turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas-SP, v.2, n.3, p. 55-65, 2010.

_____. Geoturismo em unidades de conservação: uma nova tendência ou uma necessidade real?. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo – SP, v.25, p. 77-97, 2013.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: Do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 10/02/2016.

_____. **Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o Novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15/01/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17/01/2016.

_____. **Lei 8.970, de 28 de dezembro de 1994.** Transforma a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em empresa pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8970.htm. Acesso em: 17/01/2016.

_____. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 14/02/2016.

_____. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 12/03/2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Araripe.** Brasília: 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio081.pdf. Acesso em: 14/11/2015.

_____. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT); Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília: 1994. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf. Acesso em: 14/11/2016.

_____. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 13/01/2016.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. Geologia, os geólogos e o manto da invisibilidade. **Comunicação e Sociedade**, n. 6, p. 257-265, 2004.

_____. **Património geológico e geoconservação:** a conservação da natureza na sua vertente geológica. Editora Palimage: Portugal, 2005.

_____. A Importância dos geoparques no ensino e divulgação das Geociências. **Revista do Instituto de Geociências - Usp**, São Paulo, v. 5, p.27-33, out. 2009.

BUARQUE, Sergio C.. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURSZTYN, Marcel. A cara do Brasil. In: DUARTE, Laura Maria Goulart e THEODORO, Suzi Huff (Orgs.). **Dilemas do cerrado**: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPOS, Antônio Rodrigues de; SILVA, Marco Antônio Rezende. Assistência técnica na exploração de quartzito em Pirenópolis (GO). **IV Simpósio de Rochas Ornamentais do Nordeste**, Fortaleza (CE), 16 - 19 nov. 2003. CETEM, nov. 2003. Disponível em: www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2003-070-00.pdf. Acesso em 26 de abril de 2016.

CARVALHO, Maysa Sena de; MOESCH, Marutschka Martini. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, p. 442-457, mai/jul-2013.

CATAIA, Márcio Antônio. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade & natureza**, v. 23, p. 115-125, 2011.

COMISSIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y EL DESARROLLO. **Nuestro futuro comum**: relatório Brundtland. Cidade: Nações Unidas, 1987.

CONCEIÇÃO, Luana Fantinatti da; COSTA, Carolina Ferreira da; BARRETO, Marcelo Barbosa; NASCIMENTO, Diego Tarley do; OLIVEIRA, Ivanilton José de. Geologia e Turismo: potencialidades para a geoconservação e a promoção do geoturismo no município de Pirenópolis – GO. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n.3, dez. 2009, p.74-9, Goiânia/GO.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23> .Acesso em: 04 de março 2016.

CPRM. **Mapa geodiversidade do Brasil**. Escala 1:2.500.000. Legenda expandida. Brasília: CPRM/Serviço Geológico do Brasil, p. 68, CD-ROM, 2006.

CREA-GO - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Goiás. Meio Ambiente. Prazo quase esgotado. **Revista do CREA-GO**, ano IV, n. 10, p. 28-29, nov. 2009, Goiânia, GO.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DIAS, Reinaldo e AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo**. Campinas: Alínea, 2002.

FALEIRO, Flávio Fernandes; LOPES, Luciana Maria. Aspectos da mineração e impactos da exploração de quartzito em Pirenópolis – GO. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n.11, agos/2010. Goiânia, GO.

FARIAS, Mayara Ferreira de; SONAGLIO, Kerlei Enele. Perspectivas multi, pluri, inter e transdisciplinar no turismo. **Revista Iberoamericana de Turismo-Ritur**, Penedo, v. 3, n. 1, p.71-85, 2013.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx 1843/1844**: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GARRUTTI, Érica Aparecida; SANTOS, Simone Regina dos. A interdisciplinaridade como forma de superar a fragmentação do conhecimento. **Revista de Iniciação Científica da FCC**. São Paulo, v.4, n.2, p. 1887-197, 2004.

GEOPARK ARARIPE. **Relatório de recomendações**. Crato. Consorcio Ambiental/IBI TUPI, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa. Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20/29, mai/jun 1995.

GOIÁS TURISMO. **Boletim dados do turismo de Goiás**. Ed. n. 4/2012, 2013.

_____. **Boletim dados do turismo de Goiás**. Ed. n. 5/2014, 2015.

_____. **Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis**. Pirenópolis: SEBRAE, 2012.

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira; MARIANO, Gorki. Uso de trilhas como estratégia de geoconservação. **Anuário do Instituto de Geociências - Ufrj**, Rio de Janeiro, v. -, n. 38, p.40-53, jan. 2015.

GUSDORF, Georges. Professores para quê?. In: MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Escrituras, 2000.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/sp, v. 8, p.198-231, jan. 2012.

HERZOG, André, et al. **O Geopark Araripe Ceará/Brasil: uma pequena história da evolução da vida, das rochas e dos continentes**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.

HOSE, Thomas. Selling the Story of Britain's Stone. **Environmental Interpretation**, 10: 16-17, 1995.

_____. Geotourism in Almeria province, southeast Spain. **Tourism**, 55: 259–276, 2007.

HUNTER, Colin. Sustainable tourism as an adaptative paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, New York, v. 24, n. 4, p. 850-867, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pirenópolis (GO). In: IBGE Cidades 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 08/05/2016.

IRVING, Marta de Azevedo; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair P.; MELO, Gustavo de M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 4, 2005, pp. 1-7.

JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: Ed. UFG, 1971.

KILBERT, Erika Cristiane. **Pirenópolis - Limites e possibilidades de desenvolvimento do Turismo**. 2015. 251 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Mestrado Profissional em Turismo, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília - Unb, Brasília, 2015.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KRIPPERDORF, Jost. Rio: 10 anos depois: cartão vermelho para o turismo. In: MOESCH, Marutschka Martini; GASTAL, Susana. **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 43-48.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção Estudos Culturais em Educação), p. 55-75.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÉLÉ, Sharachchandra. Sustainable development: a critical review. **World Development**, Pergamon Press, Oxford, Great Britain, v. 19, n.6, p. 607-621, jun. 1991.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2006.

LOPES, Laryssa Sheydder Oliveira; ARAÚJO, José Lopes; CASTRO, Alberto Jorge Farias. Geoturismo: Estratégia de Geoconservação e de Desenvolvimento Local. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 35, p.1-11, abr. 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística – um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Foraleza: Ed. UECE, 1998.

MACÊDO, Joalana Araújo; PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. O Geoparque Araripe e o seu impacto no desenvolvimento local da comunidade Riacho Meio: Barbalha, Ceará, Brasil. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, vol. 18, n.2, maio/ago. 2014.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, Curitiba: UFPR/PRPPG, 2001.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O Capital**: o processo de produção do capital – livro 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano de desenvolvimento provisório do Arranjo Produtivo local**: APL do Quartzito de Pirenópolis, 2006. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248268674.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins. Turismo sustentável, classes sociais e subjetividades. In: MONTORO, Tânia Siqueira (Org.). **Cultura do turismo**: desafios e práticas socioambientais. Brasília: Thesaurus, 2003.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO (MICT), MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). 1994. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília, DF.

MOCHIUTTI, Nair Fernanda; GUIMARÃES, Nilson Burigo; MOREIRA, Jasmine Cardozo; LIMA, Flávia Fernanda; FREITAS, Francisco Idalécio. Os valores da geodiversidade: geossítios do Geopark Araripe/CE. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, vol 35, p. 173-189, 1/2012.

MOESCH, Marutschka Martini. **A construção metodológica dialética: por uma epistemologia do Turismo**. Dissertação – Mestrado em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. Para além das disciplinas: o desafio do próximo século. In: GASTAL, Susana (org.). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sergio. **Turismo sin limites**. México, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico**. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília, MI, 2005.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. Geoturismo: uma abordagem histórico-conceitual. **Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v. 3, p.5-10, 2010.

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Patrimônio geológico em unidades de conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas**. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Florianópolis, 2008.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Trad. Vera A. Harvey. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1987.

_____. **Ciência com consciência**. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Edição revista e modificada pelo autor. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. Geoturismo: uma abordagem histórico-conceitual. **Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v. 3, p.5-10, 2010.

MOURA, Nadia Mendes. Hipóteses sobre a ocupação do território goiano nos Setecentos. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.). **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite; MEDEIROS, Carlos Alberto Freire; GOMES, Cristiane Soares Cardoso Dantas. Gestão em Geoparques: Desafios e Realidades. **Revista brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n 2, 2015.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite; AZEVEDO, Úrsula Ruchkys; MANTESSO NETO, Virgínio. Geoturismo: um novo segmento de Turismo no Brasil. **Periódico de Turismo**, v.03, n. 02, nov/2007.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Introdução. In: MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX**: um estudo da casa meia-pontense. Goiânia: AGEPEL, 2001.

OLIVEIRA, Sandra de Fátima. Unidades de conservação (UCs): contexto histórico e a realidade do Estado de Goiás. In: **Abordagens Geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia, IESA, 2002.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Código Ético Mundial para el Turismo.** Santiago de Chile, 1999.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Declaração de ecoturismo de Quebec.** 2002. Disponível em: <http://www.worldtourism.org/sustainable/IYE/quebec/anglais/declaration.html>. Acesso em: 22/03/2016.

ONE WORLD NEWS SERVICE. **Climate and equity:** an international agenda, 1999. Disponível em: <http://www.oneworld.org>. Acesso em: 25/06/2016.

PEREIRA, Bruno Bedim. O espaço capitalista da natureza e seu (contra)uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas - um ensaio teórico **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro vol. 7, n. 3, p. 75-89, 2007.

PIAGET, Jean.; GARCIA, Rolando. **Psicogênese e história das ciências.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação.** v.1, n. 1, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REBOLLO, Vera; José Fernando; IVARS BAIDAL, Josep Antoni. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VÁLDES PELÁES, Luis; PÉREZ FERNANDEZ, José Manuel, DEL VALLE TUREO, Eduardo A. **Experiências públicas y privadas em el desarrollo de um modelo de turismo sostenible.** Ovideo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003. P.105-129.

RIBEIRO, Luiz Carlos Borges. **Geoparque Uberaba:** terra dos dinossauros do Brasil. 2014. 123 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA NETO, João Mendes; MENON, Francinalva G. da S.; NÓBREGA, Maria das Dores S.; LIMA, Saimon Freitas Cajado de. Brasília e seu entorno: considerações sobre os desafios de metrópole emergente **Revista Múltipla**. Brasília, ano XI – vol. 14 – n. 20, junho de 2006, p. 103-117.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge Osvaldo; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. 116 p.

ROMERO, Hugo. Ciência Ambiental para o Turismo e o Desenvolvimento Sustentável: cartão vermelho para o turismo. In: MOESCH, Marutschaka Martini; GASTAL, Susana. **Um outro Turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 49-67.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília, MI, 2005.

RUCHKYS, Ursula de Azevedo. **Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais**: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. Tese (Doutorado em Geologia), Instituto de Geociências da UFMG. 2007.

RUSSO, Mário Luiz Cabello. **Reciclagem de resíduo gerado na extração de quartzito**, 2011. Tese (Doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Minas), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica, Materiais e de Minas da Escola de Engenharia. Belo Horizonte, MG, 172f.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Espaço e Método**. 3º ed. São Paulo, Nobel, 1992.

_____. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Ano 6, n. 16, (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. pág. 109-110

SANTOS, Silvana Sidney Costa; HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida. A complexidade e a religação de saberes interdisciplinares: contribuição do pensamento de Edgar Morin. **Rev. bras. enferm.**, vol. 65, n. 4, p. 561-565, 2012.

SCHOBENHAUS, Carlos.; SILVA, Cássio Roberto da. O papel indutor do serviço geológico do Brasil na criação de geoparques. **Anais do I Fórum do Patrimônio Cultural**. Ouro Preto, 2009.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás. **APL de Quartzito**. Disponível em: <http://www.senaigo.com.br/site/conteudo.php?id=171>. Acesso: em 26 de abril de 2016.

SILVA, Boanerges Cândido da; SILVA, Maclovina Correa da; SILVA, Bianca Ortiz Redez da; CAIXETA, Júlio César; MAIA, Luciana Ananias. O potencial da Cidade das Pedras para incrementar o ecoturismo em Pirenópolis-GO. **Revista P@artes**. São Paulo, jun. 2007.

SOARES, Beatriz Ribeiro; BESSA, Kelly Cristine F.O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. Universidade Federal de Goiás: **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 19 2, Ed. UFG, Goiânia: 1999.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; e Correa,

Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: _____. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE Editora e Paralelo 15, 2006.

_____. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. In: **Territórios turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009.

THEODORO, Suzi Hoff, LEONARDOS, Othon H.; DUARTE, Laura Maria Goulart. Cerrado: o celeiro saqueado. In: DUARTE, Laura Maria Goulart e THEODORO, Suzi Hoff (Orgs.). **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO): Proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geoparques do Brasil: Propostas**. Rio de Janeiro: Cprm, 2012. Cap. 5. p. 111-150.

TULIK, Olga. **Residências secundárias no estado de São Paulo – Identificação de centros emissores de demanda**. In: LAGE, B.H.G e MILONE, P.C. (Orgs.). Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Unesco, Paris, 1972. Disponível em www.whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso: em 03/04/2016.

_____. **Directrices y criterios para Parques Nacionales interesados en recibir asistencia de la UNESCO para integrar la Red Mundial de Geoparques (GGN)**. Abril de 2010. Disponível em http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/ciencias%20naturales/ciencias_de_la_tierra/Directrices_y_Criterios_Geoparques.pdf. Acesso: em 24/05/2015.

UNESCO. **World Geopark. 2004**. Disponível em: <www.worldgeopark.org>. Acesso em março de 2015.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora UFPR/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.

VERA REBOLLO, José Fernando; IVARS BAIDAL, Josep Antoni. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VÁLDES PELÁES, Luis; PÉREZ FERNANDEZ, José Manuel, DEL VALLE TUREO, Eduardo A. **Experiências públicas y privadas em el desarrollo de um modelo de turismo sostenible**. Ovideo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003, p.105-129.

VICENTE, Luiz Eduardo; PEREZ FILHO, Archimedes. Abordagem sistemática e geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 323-344, set/dez., 2003.